



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

CARINA DA CONCEIÇÃO MEDEIROS CABRAL

**Categoria da «Casa Comum»: propostas para
uma reflexão antropológica**

**Reformulação da UL3 do 6.º ano do programa de
EMRC, «A Partilha do Pão»**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:**

Mestre Juan Francisco Garcia Ambrosio

Professor Doutor António Manuel Alves Martins

**Lisboa
2022**

Agradecimentos

Chegada a hora de agradecer, dedico este espaço a todos os que deixaram em mim uma marca indelével na realização deste relatório, como também no percurso percorrido neste mestrado.

Ao Professor Juan Ambrosio agradeço o seu apoio contínuo neste percurso. Obrigada por acreditar em mim.

Ao Professor António Martins pelo seu acompanhamento.

À Professora Eduarda Arruda pela sua compreensão, tolerância e serenidade.

Aos meus grandes amigos que foram um suporte emocional indispensável neste caminho,
Malvina Sousa e José Paulo Machado.

Aos colegas de curso que me desafiaram a sair da minha zona de conforto. Obrigada pelas partilhas, pelos desafios e pela compreensão.

À minha Mãe pelo exemplo de força, luta e determinação que sempre me transmitiu.

Ao meu Pai pelo apoio que sempre me deu no seu eloquente silêncio.

Agradeço à minha família da Escola Básica e Integrada de Água de Pau pelo constante suporte, compreensão e alento que me deram.

ÍNDICE GERAL

RESUMO / ABSTRACT.....	3
SIGLAS.....	4
INTRODUÇÃO.....	5

CAPÍTULO I -CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E INTEGRADA DE LAGOA E DA TURMA DE ESTÁGIO

1.1. Caracterização do Meio e da População.....	8
1.1.1. Escola Básica e Integrada de Lagoa: estruturas e recursos humanos.....	9
1.1.2. Presença da disciplina de EMRC na escola.....	10
1.2. Caracterização da Turma.....	10
1.3. Unidade Letiva «A Partilha do Pão».....	13
1.3.1. Enquadramento da UL.....	13
1.3.2. Relevância Pedagógica da UL.....	15
1.4. Planificações e relatórios de aulas da UL «A Partilha do Pão».....	17
1.5. Conclusão: Análise Crítica da UL.....	55

CAPÍTULO II - UMA NOVA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SUSCITADA PELA CATEGORIA DE «CASA COMUM»

2.1. <i>Laudato Si'</i> : chave para uma reflexão antropológica.....	57
2.2. Modelos éticos para fazer face à crise ecológica.....	61
2.3. Relatos da Criação: Narrativas de domínio ou ecológicas?.....	64
2.3.1. As narrações bíblicas.....	64
2.3.2. O valor próprio dos seres vivos.....	69
2.3.3. O ser humano ordenado para Deus.....	72
2.3.4. A Criação enquanto mediação teologal.....	74
2.4. A categoria de «casa comum».....	75
2.5. Ecologia integral.....	80
2.5.1. A ecologia integral e a questão social.....	80
2.5.2. Tudo está interligado: chave relacional à imagem da Trindade.....	82
2.5.3. Diagnóstico do Papa Francisco para uma Ecologia Integral.....	84
2.5.4. As bases para uma ecologia integral.....	87

2.5.5. Ecologia integral: algumas propostas.....	88
a) Modelo ecológico circular.....	89
b) As cidades como ecossistemas.....	90
c) A realidade humana na ecologia integral.....	90
2.6. O imperativo de uma espiritualidade ecológica.....	92
2.7. Conversão cristã e conversão ambiental.....	95

CAPÍTULO III - REVISÃO DA UL «A PARTILHA DO PÃO» À LUZ DA *LAUDATO SI'*

3.1. Introdução	98
3.2. Reflexão Teológica a partir dos objetivos da UL3 «A Partilha do Pão».....	100
3.3. Reflexão Teológica a partir dos objetivos da UL1 «A Pessoa Humana».....	113
3.4. Contributos de EMRC para a formação integral dos alunos na linha de uma conversão ecológica.....	121
3.5. UL «Um marco na “Casa Comum”».....	123
CONCLUSÃO.....	128
BIBLIOGRAFIA.....	133

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Programa da UL 3 «A Partilha do Pão» do 6.º ano.....	124
Tabela 2 – Proposta da nova UL «Um marco na “Casa Comum”».....	127

RESUMO

O relatório que se apresenta foi construído, tendo como ponto de partida o quadro conceptual delineado para a unidade letiva «A Partilha do Pão». Relevamos, na proposta de Educação Moral e Religiosa Católica, a importância oblativa inerente à pessoa humana.

O conceito de pessoa não se desvincula de uma ecologia integral na qual o ser humano e a natureza se interligam. A *Laudato Si'* veio enriquecer a reflexão sobre o cuidado a ter com a obra da criação, fazendo do ser humano um participante ativo desta.

Na sequência da confrontação entre a referida encíclica e a argumentação teórica da unidade letiva «A Partilha do Pão», ousamos acrescentar a proposta de uma nova reflexão antropológica, situada naquilo que o Papa Francisco designa a «casa comum», que se alicerça na interligação entre todos os seres vivos. Foi recriada uma nova unidade letiva titulada «Um marco na “Casa Comum”» que congrega duas vertentes: a ecologia e a antropologia.

Palavras-chave: antropologia, casa comum, interligação, dimensão relacional, ecologia integral, partilha, EMRC.

ABSTRACT

This report which is being presented was done having as basis the conceptual table related to the school unit “The sharing of the bread”. We focus on the proposal of the Catholic Religious and Moral Education concerning the importance of offering related to the human being.

The concept of person does not unlink from an integral ecology in which the human being and nature get interconnected. *The Laudato Si'* has enriched the reflection about the caring we should have with the creation masterpiece, making the human being an active participant of the latter.

In the sequence of the confrontation between the mentioned encyclic and the theoretical argumentation of the school unit “The sharing of the Bread”, we dare to propose the emancipation of a new anthropological reflection, based on what Pope Francis calls the common house, which is based on the interconnection between all living beings. A new school unit entitled «A milestone in the “Common House”» has been created which brings together two strands: healthy ecology and healthy anthropology.

Key-words: anthropology, common house, interconnection, relational dimension, integral ecology, sharing and EMRC.

SIGLAS

AAS – *Acta Apostolicae Sedis*

CV – *Caritas in Veritate*

DSI – Doutrina Social da Igreja

EBIL – Escola Básica e Integrada de Lagoa

EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica

FT – *Fratelli Tutti*

GS - *Gaudium et Spes*

LG - *Lumen Gentium*

LS – *Laudato Si*

NMI - *Novo Millennio Ineunte*

PES - Prática de Ensino Supervisionada

QA – Querida Amazônia

UL – Unidade Letiva

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, enquadra-se no âmbito da disciplina de Prática Supervisionada e Relatório, tendo sido orientado pelos Professores António Martins e Juan Ambrosio. Encontra-se dividido em três capítulos: 1. Caracterização da escola e da turma em que decorreu o estágio; 2. Uma nova reflexão antropológica suscitada pela categoria de «casa comum» e 3. Revisão da Unidade Letiva (UL) – «A Partilha do Pão» à luz da *Laudato Si'* (LS).

O primeiro capítulo do relatório que agora se apresenta para a análise, inicia-se com a caracterização da Escola. Este procedimento convocou-nos a um trabalho de profundo rastreio à realidade escolar na qual decorreu a Prática de Ensino Supervisionado (PES), isto é, a Escola Básica e Integrada de Lagoa (EBIL). Como ponto inicial dos trabalhos foi realizada uma análise do meio envolvente à unidade orgânica onde exercemos a lecionação das aulas supervisionadas de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC). Neste seguimento, foi feita uma reflexão sobre os dados referentes à literacia académica da população que reside na recém-criada cidade de Lagoa. Não descuramos ainda a investigação sobre os beneficiários de apoios sociais, no respeitante à população residente na zona geográfica de Lagoa. Debruçamo-nos, ainda, de uma forma mais pormenorizada, na caracterização da EBIL: as infraestruturas, os recursos humanos e uma análise reflexiva acerca da presença de EMRC nesta escola.

Como não poderia deixar de ser, foi efetuada a caracterização da turma onde o estágio decorreu. Desta feita, foi imperativa a análise de dados sociodemográficos – género, idade, resultados académicos, frequência de apoios escolares, problemas de saúde –, a perceção dos alunos sobre a escola e os estudos, a vivência da fé e os interesses pessoais.

Houve a necessidade, no curso dos trabalhos, de fundamentar o enquadramento da UL «A Partilha do Pão», no seio do programa de EMRC, sendo necessária, para tal, uma adequada reflexão sobre a sua relevância pedagógica. Em colação a esta análise, foi devidamente explanada uma apresentação das planificações das dez aulas lecionadas, adjudicando necessariamente a este processo os relatórios de análise reflexiva das mesmas.

Por fim, foi exercida a devida observação analítica acerca da lecionação desta UL. Começamos por incidir sobre algumas das suas fragilidades, adotando como critério a experiência letiva adquirida, ao longo de oito anos de ensino, auxiliando-nos ainda nas teorias de desenvolvimento cognitivo. Em sequência disto, ousamos sugerir uma releitura da «Partilha do Pão» à luz da encíclica LS, publicada em 2015 pelo Papa Francisco.

Em sequência dos vários pontos já mencionados, tomamos a liberdade de estudar a forma como a LS poderia expandir os objetivos e os conteúdos da UL em análise. Este ponto de vista constituiu uma alavanca e a oportunidade para adotar a LS como fundamento

hermenêutico ao relatório agora em apreço. No capítulo central podemos comprovar o quanto de fundamentação teórica adotamos da encíclica papal sobre o meio ambiente.

Ao folhearmos o capítulo dois deste trabalho, dar-nos-emos conta de que a LS é apresentada como chave propiciatória de uma nova antropologia. Esta não envereda pelo sobrehumanismo, mas por um enquadramento antropológico que coloca o ser humano em interligação com os seres da criação, convocado a ser cuidador dos ecossistemas onde está também inserido. Esta interpretação antropológica, evoca o modelo ético do «humanismo criacionista»,¹ que propõe uma relação de respeito mútuo entre os seres humanos e a criação. Trata-se de um modelo que estabelece um profundo equilíbrio entre a obra criadora de Deus e o ser humano, enquanto imagem e semelhança do próprio Deus. Ousamos afirmar que a proposta deste modelo tem algo de premonitório que encontramos, anos mais tarde, na LS.

No seguimento deste capítulo, foi nossa preocupação desmontar os «fantasmas» que ensombraram os relatos da criação, ao longo de muito tempo, na história da teologia bíblica. O célebre domínio do ser humano sobre todas as criaturas padece de um novo enquadramento que tivemos a oportunidade de enunciar, tendo em vista o valor próprio dos seres vivos. A categoria de «casa comum» é algo de fundamental para percebermos o que envolve o conceito de ecologia integral. Neste sentido, não pode ser descurada à luz da LS, no âmbito da dimensão integral desejada por Francisco, a categoria comunitária de «casa comum». É a própria encíclica que advoga o imperativo relacional que provém, segundo o Pontífice, da vida intratrinitária do mistério de Deus.

É neste sentido que defendemos a necessidade de na atualidade se instaurar uma espiritualidade ecológica, cujo eixo fundamental radica num profundo respeito por todos os seres da obra criadora de Deus e também por um profundo sentido de ajuda às populações que estão a passar por grandes carestias, que mais não são do que uma consequência direta dos desequilíbrios ambientais.

Como forma de sedimentar a consciência para um devido respeito pela criação, há a necessidade implícita de consolidar o que muitos ecoteólogos designam de eco-espiritualidade.

Chegados à última parte do relatório em análise, é apresentada uma revisão da UL «A Partilha do Pão», à luz da LS. Se formos a ver, decidimos começar por justificar as reflexões teológicas acerca dos objetivos da UL de referência. Em concomitância, não quisemos descurar desta apresentação «A Pessoa Humana». Ressalvo que a lecionação desta temática foi compaginada com a minha colega de estágio, Sónia Cabral. Esta tomada de decisão em incluir o conceito de pessoa teve em vista relevar a importância da atitude de partilha e a sua expressão

¹ Cf. Juan Ruiz De La Peña, *Teología de la creación*, 2.^a ed. (Santander: Editorial Sal Terrae, 1987), 197–99.

nas seguintes áreas: gratuidade, entrega e doação. Nesta ótica, a partilha pode muito bem ser considerada como um reconhecimento e a validação do valor da pessoa, ou seja, do respeito absoluto pela sua dignidade.

Após a reflexão teológica sobre os objetivos que constituem as UL's «A Partilha do Pão» e a «A Pessoa Humana» foi realizada uma análise aos contributos de EMRC para o conceito de ecologia integral e para a sensibilização ecológica dos alunos, tendo em vista, ainda que implicitamente, a sua conversão ao sentido teologal da obra criadora de Deus. Tendo consciência do dimensionamento que possui uma UL de EMRC, consideramos que, mesmo no espectro da comunidade discente de uma sala de aula, ela pode contribuir com importantes achegas pedagógico-didáticas para a resolução da crise antropológica e ecológica que vivenciamos, ao nível do universo das turmas que lhe são confiadas. A título de exemplo, EMRC, ao fomentar o desenvolvimento integral dos seus alunos, está a contribuir para a tão almejada sã antropologia de que nos fala a LS e, conseqüentemente, a favorecer, também a edificação de uma proposta concreta de conversão ecológica.

A disciplina contribui eminentemente para pensar no «nós» que se consuma no acolhimento de questões ecológicas levantadas nos nossos dias. Ora tudo isto tem um dinamismo próprio e muito desafiante, uma vez que suscita inevitavelmente diversos dilemas. Com isto, queremos afirmar que a disciplina tem a capacidade de fermentar nos jovens inúmeras questões que os interpelam sobre os mais diversos contextos: culturais, sociais, económicos e ambientais.

Por último, de acordo com o trajeto apresentado nos capítulos deste relatório, delineámos uma proposta de reformulação da UL «A Partilha do Pão». O arrojo desta proposta tem como título – «Um marco na “Casa Comum”». Esta nova UL, construída a partir do nosso estudo pessoal, procura tão-somente transmitir o atual pensamento da Igreja sobre as questões ambientais e a conversão ecológica à comunidade discente, propondo uma visão integradora entre o ser humano e a natureza, entre a antropologia e a ecologia.

Consideramos gratificante que, a partir da nossa reflexão sobre a antropologia inserida na categoria de «casa comum», pudéssemos dar asas à ousadia criativa de gerar algo de novo para a disciplina de EMRC.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E INTEGRADA DE LAGOA E DA TURMA DE ESTÁGIO

1.1. Caracterização do Meio e da População

A EBIL, onde se realizou a PES, situa-se no concelho da Lagoa, que possui, de acordo com os Censos de 2021², 14191 habitantes. Este concelho, pelas suas especificidades territoriais e pelas potencialidades agrícolas das suas terras, teve muito progresso social e económico, tendo sido elevado a Vila em 11 de abril de 1522.³

A Lagoa tem uma área total de 45,6 Km², repartida pelas suas cinco freguesias, a saber: Cabouco, Ribeira Chã, Santa Cruz, Rosário e Água de Pau⁴. Foi elevada, a 22 de março de 2012, por resolução do Governo Regional, à categoria de cidade.

Possui, atualmente, vários serviços de cariz cultural, de saúde, comerciais e um imenso património religioso.⁵

A matriz religiosa do concelho incide nas manifestações de piedade popular com um claro pendor para o culto mariano.⁶ A presença dos franciscanos foi decisiva para cimentar as tradições religiosas lagoenses, refletindo-se na devoção à paixão de Cristo (lembremo-nos das procissões de Passos), assim como no culto à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade – o divino Espírito Santo.⁷

Segundo os dados do Projeto Educativo de Escola Básica e Integrada de Lagoa,⁸ cerca de 10% (1417 pessoas) da população residente no concelho beneficia do rendimento social de inserção. Esta condicionante tem, logicamente, repercussões nos apoios concedidos aos estudantes, através da Ação Social Escolar. Este apoio é reflexo de uma preocupação do sistema educativo e da escola em garantir que todos os alunos possam ter as mesmas oportunidades de aprender,⁹ assegurando que não haja um fosso entre os alunos com um estatuto socioeconómico

² Instituto Nacional de Estatística, «Resultados Provisórios. Censos 2021», 2021, acedido a 2 de março de 2022, https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html.

³ Cf. Sandra Maria Gonçalves Monteiro, «O Concelho da Lagoa na génese republicana (1910-1933): população e sociedade.» (Universidade dos Açores, 2012), 17, <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1863/1/DissertMestradoSandraMariaGoncalvesMonteiro2012.pdf>.

⁴ Câmara Municipal de Lagoa, «Descobrir Concelho de Lagoa - História», sem data, acedido a 2 de fevereiro de 2022, <https://lagoa-azores.pt/menu/descobrir-visitar/concelho/historia>.

⁵ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 2, Caracterização do Meio, 2-4.

⁶ Cf. Francisco Costa Carreiro, *Memorial da Vila da Lagoa e do seu concelho* (Ponta Delgada: Oficinas Tipográficas do Diário dos Açores, 1974), 23.

⁷ Cf. Carreiro, 31.

⁸ Escola Básica e Integrada de Lagoa, «Projeto Educativo de Escola 2021-2024», 2022, http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115121030500/wa_files/PEE_202021-2024.pdf.

⁹ Cf. Richard Arends, *Aprender a ensinar* (Madrid: McGraw-Hill, 2008), 44.

médio/alto e baixo.¹⁰

No que diz respeito à escolaridade da população, tendo em conta os dados provisórios dos censos de 2021, 55% da população declara não possuir nenhuma escolaridade ou ter frequentado o 1.º e 2.º Ciclo. Por outro lado, 35% dos inquiridos completaram o 3.º ciclo ou secundário. Apenas, aproximadamente, 10% da população tem formação superior.¹¹ Apesar destes dados nos interpelarem para o facto de o grau de literacia, em grande parte da população, ser reduzido ou inexistente, importa ressaltar que, em comparação com os censos de 2011, foi verificada uma melhoria no que diz respeito ao grau de escolaridade.

1.1.1. Escola Básica e Integrada de Lagoa: estruturas e recursos humanos

A EBIL é uma Unidade Orgânica constituída por sete estabelecimentos que se dedicam à Educação Pré-escolar e ao 1.º Ciclo do Ensino Básico e por um de 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O edifício da EB2 Pe. João José do Amaral, sede da EBIL, na qual decorreu o estágio, data do ano letivo 1985/1986. É constituído, segundo a Carta Educativa da Câmara Municipal de Lagoa, por cinco blocos, um ginásio e um campo de jogos.¹² Os referidos blocos são constituídos por salas de aula, arrecadações, instalações sanitárias, serviços administrativos, sala de atendimento do conselho executivo, salas de reuniões, bares, salas de informática, gabinete médico, entre outras instalações.

No que concerne aos recursos humanos, a escola tem 876 alunos, com idades compreendidas entre os três e os dezassete anos, sendo que 14,2% de alunos deste universo, isto é, 125 discentes estão abrangidos por Medidas do Regime Educativo Especial. Do total de alunos da escola, 73,5% destes usufruem de apoio da Ação Social Escolar.¹³

Quanto ao pessoal docente, a EBIL tem dezoito Educadores de Infância, quarenta e nove docentes do 1.º ciclo, cinquenta e um docentes do 2.º ciclo e nove professores especializados na área da Educação Especial.¹⁴ No que concerne ao pessoal não docente, existem oito técnicos superiores, dezoito assistentes técnicos e sessenta e dois assistentes operacionais.

¹⁰ Cf. Arends, 79.

¹¹ Instituto Nacional de Estatística, «Resultados Provisórios. Censos 2021».

¹² Câmara Municipal de Lagoa, «Carta Educativa», acedido 2 de Março de 2022, https://lagoa-acoreshpt/menu/viver/educacao/carta_educativa.

¹³ Cf. Escola Básica e Integrada de Lagoa, «Projeto Educativo de Escola 2021-2024», 4.

¹⁴ Cf. Escola Básica e Integrada de Lagoa, 4.

1.1.2. Presença da disciplina de EMRC na escola

Dada a área curricular em que se enquadra o presente relatório, importa analisar a presença da disciplina de EMRC nesta escola. Dos 385 alunos do 1.º ciclo, apenas 29 alunos estão inscritos em EMRC. Quanto ao 2.º Ciclo, 87 alunos frequentam EMRC e 182 não elegeram esta disciplina.

Reflitamos sobre os dados do 1.º Ciclo, que são fáceis de interpretar dado que, neste nível de ensino, não existe alternativa à disciplina, isto é, o término das aulas é antecipado para os alunos que não a frequentam, possibilitando que estes possam regressar mais cedo a casa ou aos centros de Atividades de Tempos Livres. Este poderá ser um factor que pesa na escolha da frequência da disciplina.

No que concerne ao 2.º Ciclo, a EBIL oferece como alternativa à disciplina a componente de Expressão Dramática e Desenvolvimento Pessoal ou Educação Empreendedora. Dada a atratividade destas opções, é fácil entender o número de alunos que (não) se inscreveram em EMRC. Esta é uma dificuldade que a disciplina tem sentido em várias escolas do país e que exige uma séria e profunda reflexão por parte do Secretariado Nacional de Educação Cristã e de todos os docentes, sob pena de ver a mesma perder cada vez mais alunos.

1.2. Caracterização da Turma

A diversidade cultural dos alunos dentro das salas de aula é uma realidade incontornável, apesar de, no contexto insular, ser ainda pouco notória heterogeneidade em relação à etnia, religião, entre outras características. Quanto melhor o professor conhecer estas disparidades melhor estará preparado para adaptar métodos e recursos que façam jus ao repto da diversidade.¹⁵ Todavia, este conhecimento pode influir, positiva ou negativamente, o modo como os docentes transmitem conhecimentos aos alunos e, consequentemente, na forma como estes últimos se comportam de modo a reforçar as altas ou baixas expectativas dos docentes.¹⁶

Neste procedimento de adaptação do processo de ensino-aprendizagem, a observação e caracterização dos contextos educativos são fundamentais para que os docentes possam delinear estratégias para alcançar os objetivos a que se propõem.¹⁷ Neste sentido, foi criado um questionário,¹⁸ com base em revisão de literatura,¹⁹ de modo a caracterizar a turma, tendo sido

¹⁵ Cf. Arends, *Aprender a ensinar*, 41.

¹⁶ Cf. Arends, 45–46.

¹⁷ Cf. Albano Estrela, *Teoria e prática de observações de classes. Uma estratégia de formação de professores* (Porto: Porto Editora, 2015), 128.

¹⁸ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionado, Separador 3, Lecionação das Unidades Letivas, 202–204.

¹⁹ Cf. Estrela, *Teoria e prática de observações de classes. Uma estratégia de formação de professores*, 282–92.

excluído algumas categorias relacionadas com etnia, língua nativa, entre outras por não se enquadrarem no perfil sociocultural dos alunos.

O inquérito de caracterização tem o seu começo com uma secção referente a dados pessoais, vivência da fé, necessidades digitais, interesses pessoais e pertença a grupos; no segundo grupo de questões, este documento procura analisar o agregado familiar (idades, profissões e níveis de ensino); o terceiro segmento deste questionário intenta aprofundar o modo como os alunos veem a escola, o estudo e o processo de ensino-aprendizagem. Seguidamente, analisaremos os resultados recolhidos do aludido inquérito aplicado aos alunos da turma.

A turma C do 6.º ano de escolaridade, da EBIL, é composta por 18 alunos, sendo 10 do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Todos os alunos estão inscritos em EMRC. Um dos discentes da turma pertence ao Regime Educativo Especial e tem Plano Educativo Individual, que visa detalhar o desempenho escolar, estabelecer objetivos para o futuro e delinear formas adequadas de avaliação.²⁰ Todas as informações referentes às diretrizes para as respostas educativas encontram-se explanadas no portefólio da PES.²¹

A idade dos alunos varia entre os 10 e os 12 anos, apresentando uma média de 10,8. Esta média de idades permite-nos enquadrá-los, de acordo com a literatura da área, no Estádio de Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget – Operatório-Concreto; no Estádio Desenvolvimento Psicossocial de Erikson – Produtividade vs Inferioridade; no Estádio Desenvolvimento Moral de Kohlberg – Nível 2 Convencional; e, por último, no estágio de Desenvolvimento da Fé de Harms realístico. As principais características destas etapas de desenvolvimento foram explanadas no Separador 3 do portefólio da PES.²²

Todos os alunos têm nacionalidade portuguesa, não sendo notórias diferenças culturais significativas. No que concerne à área de residência, verifica-se que todos os alunos vivem no concelho da Lagoa.

No que diz respeito às retenções, constata-se que não existem situações preocupantes a este nível, dado que, no total da turma, duas retenções tiveram lugar no 1.º ciclo e outras duas já no 2.º ciclo. Em relação à assiduidade e ao comportamento a turma não apresenta problemáticas. Quanto ao aproveitamento dos alunos, apresentado no final do ano letivo transato, no geral, este é muito satisfatório, sendo que a média das notas dos discentes, em todas as disciplinas, varia entre 3 e 4,75.

A turma não tem apoios psicossociais, dados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa e/ou pelo Serviço de Psicologia e Orientação. Quanto a usufruírem do

²⁰ Cf. Arends, *Aprender a ensinar*, 53–54.

²¹ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 2 – Caracterização da Escola e da Turma, 29-31.

²² Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 3 – Lecionação das Unidades Letivas de Referência, 9-14.

Rendimento Social de Inserção e/ou do Escalão Escolar não foram recolhidos dados, dado a confidencialidade dos mesmos. No que se refere aos apoios escolares, seis alunos têm apoio na disciplina de Português e Matemática e três pertencem às turmas de Grupo Para o Sucesso (GPS) de Matemática e Português.

Passando para a área da saúde, apenas oito alunos manifestaram ter problemáticas relacionadas com questões de visão e asma.

Atinente ao agregado familiar, a maioria dos entrevistados (doze) vive com os pais e irmãos. A média das idades dos pais dos inquiridos é de 41 anos e das mães é de 39. No que diz respeito às habilitações literárias dos pais dos inquiridos, é de salientar que a maioria frequentou o 2.º e 3.º ciclos (quatro votos cada), seguindo-se a opção «universidade», com três. Já no que se refere às mães, a maioria frequentou o 12.º ano, havendo três com frequência da universidade.

Saliente-se que a turma sofreu alterações ao longo do ano, tendo-se verificado a saída e a entrada de um novo aluno, facto que teve repercussões na planta de sala de aula.²³

Em relação à perceção que os alunos têm da escola e do processo de estudo, os alunos afirmam gostar da escola, tendo 89% dos alunos declarado que sim e apenas 11%, afirmou que não. Na opinião dos inquiridos, a escola é, acima de tudo, um sítio para aprender (11), seguindo-se a opção «um sítio para aprender a crescer» (4) e um local para fazer amizades (3). No outro extremo, os alunos defendem, na sua maioria, que a escola não é um sítio para conviver (6), nem para fazer amizades (4). É notória a forma formal como estes alunos encaram a escola, transmitindo que dão pouca importância a uma dimensão nuclear da educação, que alude à interação humana e ao convívio com os outros dentro e fora do contexto de sala de aula.²⁴

Quando questionados se gostam de estudar, 89% dos inquiridos declaram que «sim». Quanto aos hábitos de estudo, denota-se que onze inquiridos estudam «às vezes», cinco «na véspera» e apenas dois o fazem todos os dias. Do total dos alunos 83% tem um espaço próprio para estudar nas suas habitações. 56% dos discentes afirma ter ajuda no estudo, dada, maioritariamente, pelas mães (8 em 18 respostas), no entanto, a maioria prefere estudar sozinha (67%).

Concernente ao conteúdo «vivência de fé», todos os alunos declararam ser detentores de fé e professar a religião católica, sendo que a maior parte destes frequenta a catequese (15) e participa na Missa frequentemente (15).

Em relação às «necessidades digitais», foi possível averiguar que a grande maioria dos inquiridos (17) tem *internet* em casa. É notório que o *smartphone* e o computador são os

²³ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 2 – Caracterização da Escola e da Turma, 16-17.

²⁴ Cf. António Nóvoa, *Escolas e Professores. Proteger, Transformar, Valorizar*. (Salvador, Bahia: Empresa Gráfica do Estudo da Bahia, 2022), 29.

equipamentos que os entrevistados mais dispõem em casa. Três alunos partilham os equipamentos digitais com vários membros da família. É de salientar ainda que 10 dos 18 inquiridos não dispõem de dados móveis. Esta informação é assaz pertinente porque condiciona a lecionação e o uso de estratégias digitais, na medida em que, para além de a maior parte dos alunos não ter dados móveis, a EBIL não possui rede *wireless*.

Quanto aos interesses pessoais dos inquiridos, todos foram unânimes em afirmar que se interessam por música, computador e televisão, havendo apenas três entrevistados que não gostam de ler. No que concerne à integração em grupos, de cariz não religioso, são expressivas as opções «tocar um instrumento» e «desporto».

Após esta breve caracterização da turma e da escola, apresentaremos, de seguida, a UL de referência, intitulada «A Partilha do Pão», que foi trabalhada na PES, refletindo acerca do seu enquadramento no programa de EMRC, da sua relevância pedagógica e, apresentando as planificações e relatórios de aulas lecionadas.

1.3. «A Partilha do Pão»

1.3.1. Enquadramento da UL

O programa de EMRC do 6.º ano propõe a lecionação de três unidades letivas, nomeadamente: UL1 – «A Pessoa Humana», UL2 – «Jesus, um Homem para os outros», e UL3 – «A Partilha do Pão». A UL1 foi dada em parceria com a minha colega de estágio e a «Partilha do Pão» foi a minha unidade de referência, tal como já foi referido anteriormente. De modo a nos situarmos no âmbito deste trabalho será, subsequentemente, apresentada uma síntese relativamente às UL's em apreço.

A UL1 «A Pessoa Humana» procura transmitir aos alunos: que cada pessoa é única e irrepetível; detentora de uma dimensão social, biológica e espiritual que se exprime através do binómio corpo-espírito; possuidora de direitos e deveres que, por vezes, não são respeitados, apesar da luta de muitas instituições, entre elas a Igreja Católica; Deus, enquanto pessoa, estabelece com o ser humano uma relação pessoal.

A UL2 «Jesus um Homem para os outros», explorada pela minha colega de estágio, mostra aos alunos a nova imagem de Deus que Jesus apresentou. Jesus é apresentado como o Deus do amor, do perdão, da misericórdia, da vida, como o revolucionário que rompe com muitas das regras dos seus tempos.

A UL3 «A Partilha do Pão» sensibiliza os alunos para a importância das refeições e dos alimentos, através do seu significado simbólico-religioso, conduzindo-os a uma descoberta guiada sobre os reais motivos da fome no mundo, sobre instituições que lutam contra esta fragilidade humana e, acima de tudo, contribuindo para que os discentes descubram que o maior

ato de solidariedade que poderão fazer é a partilha de si e dos seus dons. Com os seus carismas, poderão ajudar os que mais necessitam, cooperando para a diminuição, quiçá erradicação, de situações de injustiça social.

O presente relatório focar-se-á nesta última unidade que foi lecionada em primeiro lugar, devido a questões de saúde da colega de estágio. Pareceu-nos oportuno começar pela UL «A Partilha do Pão», dado que a UL final do 5.º ano «Construir a Fraternidade» é uma excelente introdução, proporcionadora de bases de conhecimento e reflexão aos alunos. A UL «Construir a Fraternidade» sensibiliza os alunos para a dignidade de todos os seres humanos, desafiando-os para a construção de um mundo mais fraterno em que o bem-comum se sobrepõe ao egoísmo individual. Deste modo, contribui para a aquisição de conhecimentos acerca da UL «A Partilha do Pão», a saber: reconhecer situações em que há uma injusta distribuição de bens, a vida em comum e a partilha de bens entre as primeiras comunidades cristãs, reconhecer o valor da solidariedade, ameaças sociais que estão na base da injusta distribuição de bens, a partilha de bens supõe a partilha de si.

Analisando as orientações curriculares da UL3, cuja tabela é apresentada no portefólio da PES vemos que esta possui 3 metas e 7 objetivos.²⁵ É notória uma discrepância de metas desta UL em comparação com as restantes duas que fazem parte do programa do 6.º ano de escolaridade.

Quando interpelada por esta discrepância numérica de metas, ousamos refletir sobre as suas possíveis causas. A meta J «Descobrir a simbólica cristã» surge pela primeira vez no segundo ciclo na UL3. Dado que os alunos do 6.º ano se encontram, maioritariamente, na entrada no estádio das operações formais, que dota os alunos de capacidades para pensar abstratamente, formular e verificar hipóteses, este pode ser um dos possíveis motivos ou justificação para esta redução de metas na UL3. O próprio objetivo 1. «Descobrir a dimensão simbólica da refeição» da referida UL exige que os alunos reflitam abstratamente sobre a simbologia de vários alimentos. Dado que os alunos mais novos (10/11 anos) ainda não entraram ou estão a entrar neste estádio, é normal que esta capacidade ainda esteja em desenvolvimento, logo, a compreensão dos conteúdos alusivos a esta meta (J) e aos objetivos (5 e 6), bem como o objetivo 1 da meta O «Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo», exigem que o docente conduza os alunos no desenvolvimento da abstração reflexiva através dos trilhos pedagógicos que este define. Esta empreitada exige que se dedique mais tempo a aprofundar os objetivos almejados de forma a alcançar as metas delineadas, daí que esta seja uma das possíveis causas para a redução de metas na UL3.

²⁵ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 3 – Lecionação das Unidades de referência, Metas, objetivos, aprendizagens essenciais e conteúdos da UL3 «A Partilha do Pão», 27-29.

A UL3 «A Partilha do Pão» contempla o domínio «Cultura cristã e visão cristã da vida» e «Ética e Moral», sendo que este último tem maior primazia do que o primeiro, na medida em que contempla mais metas. Em contrapartida, o domínio «Religião e experiência religiosa» não é contemplado nesta.

Foram realizadas reflexões teológicas, com base na LS, acerca da UL3 «A Partilha do Pão», minha unidade de referência, mas também sobre a UL1 «A Pessoa Humana», que constam do capítulo III do presente relatório. Estas análises teológicas servirão de catapulta para a proposta de remodelação da UL3 à luz da encíclica LS.

1.3.2. Relevância Pedagógica da UL

Passemos agora à reflexão em torno da pertinência pedagógica da UL em causa. No início do livro dos Atos dos Apóstolos, Lucas associou explicitamente a partilha dos bens comuns ao «Partir do Pão» (At 2, 42-45). O pão partilhado levou aos bens partilhados. Os primeiros cristãos estavam unidos por uma dádiva recíproca.

Parece que a imaginação tecnocrática nos cega muitas vezes para o mundo das dádivas. Quando o ser humano olha para as coisas exclusivamente de uma forma utilitária, há uma desvitalização crescente das relações humanas.²⁶

É aqui, neste quadro de uma tendência individualista, que se ajusta com toda a oportunidade a leção da UL titulada «A Partilha do Pão». Muitas coisas, por vezes, são encaradas em termos de posse, de domínio, de poder puro e simples. A unidade temática em apreço vai ao encontro da nova visão do mundo trazida pelo cristianismo que se expressou num pequeno gesto, o partir o pão em conjunto.

Assim procura-se alertar para a importância dos pequenos gestos de solidariedade, que abrem uma janela na imaginação, perturbam e inquietam os pressupostos sobre o modo como as coisas hão de ser. Neste aspeto, o próprio Papa Francisco tem-se revelado exemplar em pequenos gestos, como foi o caso no dia da canonização de Madre Teresa de Calcutá. O Pontífice convidou mil e quinhentos sem-abrigos para um almoço à base de pizza no Vaticano. Segundo o mesmo eles não eram mendigos, mas hóspedes.²⁷

²⁶ Cf. Timothy Radcliffe, *A arte de viver em Deus. A imaginação cristã para elevar o real* (Lisboa: Editora Paulinas, 2021), 297.

²⁷ Cf. Radcliffe, 299.

Efetivamente esta UL sensibiliza os alunos para o facto de a fome não ter como principal motivo a falta de alimentos, pois, «a Terra tem o suficiente para o sustento de todos, mas não tem para a ganância de uns poucos»,²⁸ mas sim a injusta repartição do pão pela humanidade.

Neste contexto, o mais importante na partilha do pão não é tanto arranjar soluções, mas desencadear processos, pequenas ações individuais, que apesar de parecerem uma luta de David contra Golias, são muito relevantes. No programa de EMRC, para o sexto ano de escolaridade, o mais marcante na ação didática, respeitante à «Partilha do Pão», passa por se avaliar quais os pequenos gestos que podemos fazer que revelam e descerram o mundo como um lugar de dádivas, em vez de um mundo para ser usado. Pode concluir-se que o maior dom está precisamente na dádiva de si mesmo.

Outro dos pontos essenciais, ao nível de conteúdos da UL, tem a ver também com o papel que a mesa suscita nos comensais. O gesto de estar sentado à mesa possibilita-nos ver a face dos outros e conversarmos. Ou seja, os hábitos da mesa humanizam-nos, na medida em que é na mesa onde se partilha o pão. A mesa converte-se, portanto, numa dinâmica de gerar fraternidade.

A UL3 «A Partilha do Pão» sensibiliza os alunos para a importância das refeições como um momento de encontro, partilha de experiências e tradições, de convívio, de abertura ao outro. Numa era em que, tal como o Papa Francisco constata, o silêncio que impera à mesa é semelhante ao que se ouve na Missa, pelo facto de os jovens estarem mergulhados nos *chats* de conversação com os amigos enquanto se alimentam.²⁹ Sim, porque nestas condições aqui retratadas a refeição reduz-se à simples ingestão de alimentos. Urge sensibilizar os alunos para a importância deste momento na vida familiar de modo a retomar, à imagem do apelo do atual Santo Padre em exercício, o diálogo, a oração e a comunicação entre a família.

Debruçando-nos já não sobre os benefícios da partilha à mesa que temos vindo a falar, mas sobre a significação simbólica do pão, inexoravelmente, deparamo-nos com o facto de o pão significar sobretudo o alimento essencial.³⁰ Sendo alimento completo, sob o ponto de vista simbólico, «partilhar o pão», significa partilhar a totalidade da vida, do ser que temos para oferecer, isto é, na partilha, o ser humano, constitui-se em dádiva para os outros.

Acreditamos que o primeiro conselho moral que os pais costumavam dar aos filhos estava contido na ancestral regra de ouro: como quereis que vos façam, assim fazei também.

²⁸ Ana Mansoldo, *Educação ambiental na perspectiva da Ecologia Integral* (São Paulo: Autêntica Editora, 2012), Capítulo XII, Wook Reader.

²⁹ Papa Francisco, «Angelus. Domingo da Sagrada Família.», 2019, acedido a 20 de maio de 2022, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2019/documents/papa-francesco_angelus_20191229.html.

³⁰ Cf. Alain Chevalier, Jean Gheerbrant, *Diccionario de los símbolos* (Barcelona: Herder, 1999), 797.

Podemos formular a pergunta: de que trata afinal a moral, se não de conviver com os outros? E como podemos viver com os outros se não os tratamos como iguais?³¹

A atualidade da temática em apreço é incontornável, pois é o motivo altruísta moral que conduz à partilha do que de essencial temos. Daí que o motivo moral para a partilha, para a dádiva é algo a ser adquirido, aprendido em contexto de sala de aula, aprendido por via do hábito, do sacrifício pessoal, sobretudo se atendermos que toda esta dinâmica de aprendizagem altruísta parece ter cada vez menos lugar no pensamento nos dias de hoje.

As realidades sociais injustas explanadas nesta UL, são autênticas situações de rutura com Deus e com o próximo,³² conduzindo os alunos a olhar para a solidariedade como uma «atitude permanente de encontro, de irmandade e de serviço».³³ Ao abordar a injusta distribuição de bens e responsabilizar os seres humanos por esta realidade, os pobres são apresentados como lugar teológico, tendo, pois, o potencial de nos converter.³⁴ Ora, «se o próximo é caminho para chegar até Deus, a relação com Deus é condição de encontro, de verdadeira comunhão com o outro».³⁵

Por conseguinte, aprender a partilhar pode ser comparado ao amar o próximo como a si mesmo. Aprender a amar o outro como a si mesmo é aprender a ter prazer nas coisas que lhe agradam, tal «como uma mãe tem prazer nos prazeres do seu filho».³⁶ Assim, a moral cristã atualiza-se quando ensina o gosto pelo altruísmo. Uma pessoa verdadeiramente altruísta é aquela que deseja realizar atos desinteressados, que tem prazer em dar e que aprecia a perspetiva do sucesso do outro.

Para terminar a reflexão sobre a UL «A Partilha do Pão» podemos concluir que esta pretende ir ao encontro da antiga sensibilização que os nossos pais consideravam o primeiro passo na educação moral – ama o outro como a ti mesmo – daí que não será demais salientar a premência desta temática.

1.4. Planificações e relatórios de aulas da UL «A Partilha do Pão»

Seguidamente serão apresentadas das planificações das aulas, que constituíram a lecionação desta UL, na EBIL, e os relatórios das mesmas.

³¹ Cf. Roger Scruton, *Contra a corrente* (Braga: Edições 70, 2022), 111.

³² Cf. Gonçalo Pereira Diniz, *O Clamor do «não homem»* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020), 95.

³³ Diniz, 87.

³⁴ Cf. Diniz, 81–82.

³⁵ Diniz, 110.

³⁶ Scruton, *Contra a corrente*, 113.

Planificação da aula do dia 07/10/2022

UL 3 – «A Partilha do Pão»

Nível: 6.º ano

Lição n.º 4 (1 da UL)

07/10/2021

Aprendizagens essenciais: Compreender a dimensão simbólica da refeição.

Sumário: Chuva de ideias sobre a palavra «Partilha». Visualização de um vídeo e de uma peça de teatro acerca da refeição como momento de encontro. Exercício individual sobre o conceito «refeição».

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ³⁷ 
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	1. Descobrir a dimensão simbólica da refeição.	- A alimentação: - a refeição; - o ritual de preparação da refeição e a sua expressão cultural. - a refeição como festa e experiência de encontro.	Acolhimento; Sumário; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor e folha dos sumários;	8'	- Assiduidade - Pontualidade
			Entrega de um bilhete à entrada ³⁸ da aula com a seguinte questão: «O que é uma refeição?»;	Bilhete;	2'	- Participação
			Brainstorming sobre a palavra «Partilha»; Pausa no Brainstorming e entrega de várias definições de partilha ³⁹ ; Continuação do Brainstorming ;	Computador, projetor, colunas e folhas com diferentes definições da palavra «partilha»;	8'	- Participação
			Visualização de um vídeo sobre a refeição e a sua expressão cultural;	Computador, projetor e colunas;	4'	- Atenção
			Visualização de um vídeo sobre a refeição enquanto encontro;	Computador, projetor e colunas;	2'	- Atenção
			« Peça de Teatro » entre a Maria e o Miguel ⁴⁰ sobre a refeição enquanto encontro;	Computador, projetor, colunas, peça e Maria e Miguel;	3'	- Atenção - Participação
			Discussão sobre o vídeo e a peça que abordaram a refeição como encontro;	Computador, projetor;	8'	- Participação
			Entrega de um bilhete à saída da aula no qual responderão à seguinte questão: «O que é uma refeição?»;	Bilhete;	5'	- Participação - Evolução
			Síntese da aula. ⁴¹	Computador, Projetor e folha dos sumários.	5'	- Participação

SÍNTESE: As refeições são influenciadas pelas diferentes culturas, constituindo momentos de encontro e de partilha.

³⁷ Observação direta registada em grelha própria que constará dos anexos desta aula.

³⁸ Estratégia de Avaliação Formativa «Bilhetes à entrada e bilhetes à Saída» que visa auscultar o conhecimento prévio dos alunos e o adquirido durante a aula.

³⁹ Esta «Pausa» só será feita se os alunos não alcançarem sozinhos a profundidade do termo «partilha».

⁴⁰ A peça de teatro foi escrita propositadamente para esta aula. Foi dada no começo da aula aos dois alunos para fazerem uma leitura da mesma.

⁴¹ Se os alunos conseguirem ser rápidos no respeitante à síntese e ao bilhete de saída, jogaremos 2 ou 3 minutos o «Jogo da aula de apresentação».

Relatório da aula do dia 07/10/2021

A professora cooperante considerou que esta aula decorreu bastante bem, não tendo apontado nenhuma crítica.⁴²

Sendo esta a primeira aula, urge ponderarmos, antes de procedermos à reflexão sobre o modo como decorreu, acerca dos planos de aula, vulgo designados de planificações nível IV.

Estas planificações não devem ser exaustivas, contendo apenas as metas, os objetivos e as atividades que serão realizadas para atingir estes últimos. É, portanto, uma orientação que nos indica onde queremos chegar e o caminho que trilharemos. Esta diretriz deverá ser realista, flexível para se adaptar às necessidades dos alunos e ao contexto, apresentando um cálculo do tempo proposto para cada atividade, sem, no entanto, perder a capacidade de se ajustar aos educandos. A literatura defende que uma aula bem estruturada deverá ser detentora de três momentos com tempos e objetivos diferentes.⁴³

O primeiro, designado de «Abertura», deverá corresponder a 10% do tempo da aula e visa informar os alunos sobre o que irão aprender e as atividades que irão realizar. Esta primeira fase foi realizada ao longo desta aula e das próximas através da execução e explicação dos sumários. Deste modo, os próximos relatórios não farão alusão a esta parte da aula. O segundo momento alude ao «corpo da aula» devendo ocupar cerca de 80% desta e diz respeito a atividades de aprendizagem ou de consolidação da aprendizagem. Durante o decorrer desta etapa, o professor deverá questionar constantemente os alunos ou usar estratégias de avaliação formativa para motivar os alunos e monitorizar as aprendizagens. Quanto à terceira e última secção da aula, esta diz respeito à «Síntese», que ocupa 10% da aula, na qual é pedido aos alunos que façam uma revisão das principais aprendizagens efetuadas, elaborando uma frase que seja reflexo das mesmas. Esta etapa é uma espécie de barómetro que permite ao professor ver se os alunos entenderam a lição e se é (ou não) necessário, na aula seguinte, focar novamente (e exclusivamente) os conteúdos abordados na aula corrente. É também nesta etapa que o docente cria pontes e informa os alunos dos conteúdos que serão tratados na lição que se segue.⁴⁴

A aula iniciou-se com o acolhimento e o registo do sumário. Seguidamente, foi entregue aos alunos um «Bilhete de Entrada», isto é, estes foram desafiados a responder num *post-it* à seguinte questão: «O que é uma refeição?». Foi explicado aos alunos que não havia respostas corretas ou erradas e que queríamos apenas perceber o seu entendimento acerca deste conceito

⁴² As aulas foram sempre avaliadas, pela docente cooperante, de forma muito positiva. A professora não apresentou críticas às mesmas. Deste modo esta informação não consta dos relatórios que se seguem.

⁴³ Cf. Helena Santos Silva e José Lopes, *Eu, Professor, Pergunto I* (Lisboa: PACTOR, 2015), 37, 40–41.

⁴⁴ Cf. Silva e Lopes, 38–39.

no começo e, depois, no fim da lição, com o «Bilhete de Saída», de modo a verificar se a aula tinha alcançado o seu objetivo de clarificar a dimensão simbólica da refeição.

Este processo faz parte da técnica de avaliação formativa designada «Bilhetes à Entrada e Bilhetes à Saída», que almeja recolher informações sobre a forma como os alunos entenderam os conceitos, verificando se houve um aprofundamento na compreensão dos mesmos no decorrer da lição. Com esta estratégia foi possível verificar os conhecimentos prévios dos alunos e os níveis de compreensão no final da aula, averiguando, assim, se houve evolução e se os alunos atingiram os objetivos propostos.⁴⁵

É notório, tal como poderá ser consultado na parte referente à avaliação deste relatório,⁴⁶ que a esmagadora maioria das respostas definem a refeição, no «Bilhete de Entrada», tal como preconiza a disciplina de Ciências Naturais, ou seja, uma «simples» ingestão de alimentos. Em contrapartida, no «Bilhete de Saída», são visíveis sinais evidentes de que os educandos entenderam a dimensão simbólica da refeição.

Para além da estratégia de avaliação formativa mencionada em epígrafe, foi usada, nesta aula, e em todas as restantes, uma grelha de observação direta, adaptada às estratégias utilizadas, como instrumento de coleta de dados que permite averiguar a frequência e/ou progressão de um desempenho e/ou comportamento numa determinada etapa. Estas grelhas poderão servir de apoio à avaliação das atitudes do aluno caso os seus descritores sejam coerentes com os critérios de avaliação.⁴⁷ Neste sentido, foi dado particular destaque nas grelhas criadas à participação e à cooperação (atenção, empenho e comportamento) que constam como as principais dimensões atitudinais dos critérios de avaliação validados pelo Conselho Pedagógico da EBIL.

O uso destas grelhas envolveu a verificação e registo sistemático dos comportamentos verbais e não verbais, tal como preconiza a literatura,⁴⁸ como formas de manifestar o empenho (ou falta dele), sinais de frustração, de entusiasmo e de (des)motivação.

As duas estratégias acima explanadas são duas das muitas técnicas de avaliação formativa. A avaliação formativa é um processo que procura compreender «o que» os alunos entendem e «como» apreendem durante o processo de ensino-aprendizagem, não se preocupando com as classificações, como acontece com a avaliação sumativa que falaremos no relatório da aula do dia nove de dezembro. Assim sendo, trata-se de uma avaliação de cariz qualitativo, pois intenta contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem e não para a

⁴⁵ Cf. José Pinto Lopes e Helena Santos Silva, *50 Técnicas de avaliação formativa*, 2.^a (Lisboa: PACTOR, 2020), 51–55.

⁴⁶ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 3 Lecionação das Unidades Letivas de referência, 80.

⁴⁷ Cf. Ariana Cosme et al., *Avaliação das aprendizagens. Propostas e estratégias de ação*. (Porto: Porto Editora, 2020), 156–57; Cf. Lopes e Silva, *50 Técnicas de avaliação formativa*, 165–67.

⁴⁸ Cf. Lopes e Silva, *50 Técnicas de avaliação formativa*, 165.

quantificação da aprendizagem,⁴⁹ constituindo uma «avaliação para a aprendizagem, não uma avaliação da aprendizagem»⁵⁰

É um processo contínuo de recolha sistemática de elementos sobre a aprendizagem, que permite responder a três perguntas: «Para onde vou?; Onde estou agora?; Qual é(são) a(s) estratégia(s) que me pode(m) ajudar a chegar até onde preciso (como posso colmatar a lacuna)».⁵¹

Esta avaliação assenta numa dimensão reflexiva, possibilitando que, quer os professores, quer os alunos tenham um *feedback*. Os professores podem refletir sobre adequação/eficácia das estratégias e atividades em uso, recolhendo informações sobre a melhor forma de planificar, gerar motivação nos alunos e moldar-se às dificuldades dos mesmos; os discentes, por sua vez, conseguem entender melhor as suas dificuldades, através de um processo de autoanálise, que lhes permite tomar decisões e redefinir estratégias consoante as metas almejadas⁵². Deste modo, é fácil vislumbrar que a avaliação formativa aumenta o rendimento escolar e a motivação dos educandos,⁵³ se os alunos obtiverem *feedback* dos professores e se estes últimos procederem a mudanças no processo ensino-aprendizagem com base na leitura advinda da avaliação formativa.

Após esta fase inicial do «Bilhete de Entrada», foi realizado um *brainstorming* sobre o conceito de «partilha». O recurso ao *brainstorming*, enquanto ferramenta potenciadora do pensamento crítico e criativo, prendeu-se com o facto de esta ser uma estratégia que potencia a aprendizagem ativa na qual os discentes são chamados a recordar o que sabem sobre a temática, partilhando conceitos e ideias relacionadas com um determinado tema. Os estudantes são estimulados a alargar o que sabem, originando ligações criativas entre conhecimentos que já possuíam e os novos que surgem em turma.⁵⁴

Os alunos demonstraram conhecer bem o conceito de partilha, tendo, inicialmente, reportado palavras que se prendiam com a partilha de bens materiais (dividir, repartir, distribuir, roupa, comida), mas, abordando, seguidamente, termos que se prendiam com a «partilha de si» (participar nos sentimentos, partilhar testemunhos, a maneira de pensar). Deste modo, não foi necessário recorrer às várias definições, recolhidas de diferentes dicionários, que tínhamos preparadas para entregar aos alunos, caso não conseguissem vislumbrar o termo partilha como muito mais que a doação de bens materiais.

⁴⁹ Cf. Lopes e Silva, 13; Cf. Silva e Lopes, *Eu, Professor, Pergunto 1*, 153.

⁵⁰ Silva e Lopes, *Eu, Professor, Pergunto 1*, 153.

⁵¹ Lopes e Silva, *50 Técnicas de avaliação formativa*, 15–16.

⁵² Cf. Lopes e Silva, 22; Cf. Silva e Lopes, *Eu, Professor, Pergunto 1*, 154–57.

⁵³ Lopes e Silva, *50 Técnicas de avaliação formativa*, 21.

⁵⁴ Cf. José Pinto Lopes e Helena Santos Silva, «Planificar o ensino para promover o pensamento crítico», em *Educar para o pensamento crítico na sala de aula* (Lisboa: PACTOR, 2020), 38.

Foram visualizados dois pequenos vídeos: o primeiro retratava o pequeno-almoço em diferentes partes do mundo, mostrando aos alunos as diferenças culturais da refeição; o segundo permitia ver que a refeição tinha algo em comum em todos lugares do mundo, ou seja, constitui um momento de encontro.

Quanto ao uso de vídeos como ferramenta pedagógica, tal é relevante para a captação da atenção e motivação dos alunos, dado que estes desencadeiam processos cognitivos que nos levam a ativar diferentes zonas do cérebro que um «simples» texto não ativa.⁵⁵

Os vídeos/*Powtoons*, são um meio de fácil aprendizagem, pois compaginam a imagem animada com o som, permitindo aos alunos visualizar aquilo que as palavras não conseguem fazer.⁵⁶ O vídeo concretiza aquilo que os alunos, por vezes, não conseguem ver na dimensão abstrata da linguagem oral, fomentando a memorização. Nos vídeos, a aprendizagem é feita pela conjugação de dois sentidos – a audição e a visão –, constituindo o caminho que leva a informação ao cérebro.⁵⁷

Os nossos alunos enquanto nativos digitais possuem períodos de atenção muito curtos, logo, os vídeos de curta duração podem ser os mais eficazes.⁵⁸ Enquanto no tradicional método de exposição de conteúdos os alunos memorizam 20% do que escutam, sabemos que os estudantes memorizam 50% do que veem e escutam.⁵⁹ A conjugação destes indicadores faz com que não possamos desvalorizar a importância dos vídeos no processo de ensino e aprendizagem.

O uso deste recurso, em contexto de ensino, associado a uma discussão adequada sobre os seus conteúdos, contribui para a aquisição de aprendizagens mais duradouras e de conhecimentos mais aprofundados.⁶⁰

Findos os dois vídeos, foram chamados dois alunos para encenar uma peça de teatro muito curta, na qual intervinha a Maria e o Miguel, personagens do manual de EMRC, que foram devidamente apresentadas. Ressalve-se que os alunos tiveram a oportunidade de, no começo da aula, praticar a leitura da peça, enquanto os restantes colegas escreviam o sumário. A peça de teatro foi escrita por mim e, no fundo, fazia uma síntese e reflexão sobre o que tinha sido visualizado nos vídeos projetados.

⁵⁵ Cf. António Moderno, *A Comunicação audiovisual no processo didático* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1992), 104.

⁵⁶ Cf. Priscylla Amaral e Barbra Sabota, «Powtoon: análise do aplicativo web e seu potencial mediador na aprendizagem», *Revista Tecnologia e Sociedade* 13, n. 28 (2017): 81, <https://doi.org/DOI:10.3895/rt.v13n28.4646>.

⁵⁷ Cf. Moderno, *A Comunicação audiovisual no processo didático*, 104.

⁵⁸ Cf. Marc Prensky, «Digital Natives, Digital Immigrants, Part II: Do They Really Think Differently?», *Innovate: Journal of Online Education* 9, n. 6 (2001): 4.

⁵⁹ Cf. Joan Ferrés, *Vídeo y educación* (Barcelona: Editora Laia, 1997), 39.

⁶⁰ Cf. Amaral e Sabota, «Powtoon: análise do aplicativo web e seu potencial mediador na aprendizagem», 77.

Foi realizada, numa fase seguinte, a discussão em turma dos dois vídeos e da peça de teatro. A pergunta «Afinal de contas, o que é uma refeição?» serviu de mote a esta análise efetuada em grande grupo. Tivemos algum receio que os alunos tivessem dispersado a sua atenção depois de assistirem a dois vídeos, apesar de curtos, e a uma peça, mas tal foi infundado, pois, estes conseguiram entender a refeição como um momento de «convívio; onde se reforçam os laços humanos; troca de ideias, experiências e receitas; onde se recebem conselhos; é dada voz aos membros da família e onde se agradece e reza».⁶¹

A «Discussão em Turma»⁶² é também considerada uma estratégia que fomenta o pensamento crítico e criativo, pois, com base num recurso, neste caso dois vídeos e uma peça, é lançado o desafio à turma de, em conjunto, responder à pergunta lançada pela professora que teve como objetivo facilitar ou conduzir a reflexão. O papel do professor é ser um mediador entre os alunos, criando pontes e conexões entre as diferentes intervenções e, conduzindo os alunos para a resposta ao repto lançado.

Depois foi entregue e preenchido o «Bilhete de Saída», tendo sido notório um maior à vontade por parte dos alunos nesta etapa do que na fase do «Bilhete de Entrada». Este facto pode ser possível por sentirem que dominavam melhor a resposta e/ou por ter sido desenvolvido, ao longo da aula, um maior sentimento de confiança na professora.

Os alunos conseguiram, com ajuda, realizar a síntese de forma exímia, demonstrando que entenderam o fio condutor da lição.

Apesar de, nesta lição, se ter recorrido a várias estratégias, os conteúdos foram poucos e simples. Esta foi uma opção refletida e intencional, porque cremos que é fundamental para um bom começo de ano não se concentrar apenas nos conteúdos da disciplina, mas focarmo-nos nos alunos e na gestão da sala, procurando, de forma calma e tranquila, isto é, sem o «peso» de muitos conteúdos, clarificar as regras para um bom funcionamento das atividades letivas. Mais do que debitar matéria, importa que nas primeiras aulas as atividades asseverem que os alunos experimentem o sucesso, sentindo-se, deste modo, confiantes e motivados para intervir nas aulas.⁶³

Apesar de os dois vídeos projetados serem muito curtos, tendo durado os dois cerca de quatro minutos, e a peça também ser pequena, creio que deveria ter feito a exploração do primeiro vídeo, imediatamente após a sua visualização, porque iria potenciar a participação imediata dos alunos, dado que este gerou muito entusiasmo e era sobre a temática da expressão cultural da refeição. Seguidamente, deveria ter sido visualizado o vídeo sobre a refeição, como

⁶¹ Respostas dadas pelos alunos na aula.

⁶² Cf. Lopes e Silva, *50 Técnicas de avaliação formativa*, 81.

⁶³ Cf. Helena Santos Silva e José Lopes, *Eu, professor, pergunto 2* (Lisboa: PACTOR, 2015), 94–95.

espaço de encontro, depois a peça, e efetuada a discussão em turma. A opção tomada deveu-se ao receio de que a gestão temporal não fosse cumprida e acabou por funcionar porque os alunos foram capazes de refletir sobre tudo o que viram.

A turma apresentou alguma tendência para participar de forma desordenada, sendo que se destacam dois alunos que possuem propensão para monopolizar a participação, pois, possuem muitos conhecimentos sobre religião e sentem necessidade de os partilhar. Nesta aula não foram notórias conversas paralelas entre os discentes sobre temáticas não pertencentes aos conteúdos, mas uma participação que não esperava pela sua vez, nem se fazia acompanhar pelo levantar do dedo para pedir a palavra.

Ressalvo, no entanto, que a nossa postura perante esta falta de sistematização em relação às regras que deveriam nortear a participação em contexto de sala de aula não é propriamente «ditatorial», pois, estamos no começo de uma relação e é normal que os alunos testem os limites. Se queremos fomentar o empalavramento, o barulho, fruto de uma ânsia de participar e não de conversas paralelas, também deverá ser tido em conta como um indicativo de interpelação e diria até «que a instrução está a decorrer».⁶⁴

⁶⁴ Arends, *Aprender a ensinar*, 64.

Planificação da aula do dia 14/10/2021

Nível: 6.º ano

UL 3 – «A Partilha do Pão»

Lição n.º 5 (2 da UL)

14/10/2021

Aprendizagens essenciais: Compreender a dimensão simbólica da refeição.

Sumário: O significado simbólico religioso dos alimentos e da refeição na Bíblia: análise do simbolismo do leite e do mel.

Confeção da sobremesa «Terra Prometida».

Realização de um *Plickers*.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ⁶⁵ 	
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	2. Descobrir a dimensão simbólica da refeição.	- O significado simbólico-religioso do alimento e da refeição; - O leite e o mel.	Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor e folha dos sumários;	7'	- Assiduidade - Pontualidade	Comportamento e empenho
			Discussão sobre o significado simbólico religioso do alimento e da refeição na Bíblia; ⁶⁶	Computador, projetor;	5'	- Participação	
			Discussão e explicitação sobre o simbolismo do leite e do mel ;	Computador, projetor;	8'	- Participação	
			Confeção da sobremesa «Terra Prometida»⁶⁷: celebração da semana da alimentação;	Liquidificador, ingredientes (leite, mel e requeijão); ⁶⁸	10'	- Atenção	
			Realização de um Plickers sobre os conteúdos aprendidos na aula;	Computador, Projetor, Cartão <i>Plickers</i> , telemóvel;	10'	- Participação	
			Síntese da aula.	Computador, Projetor e folha dos sumários.	5'	- Participação	

SÍNTESE: As refeições e os alimentos têm um significado simbólico-religioso: o leite e o mel simbolizam uma terra fértil com alimentos abundantes.

⁶⁵ Observação direta registada em grelha própria que constará dos anexos desta aula.

⁶⁶ A partir de imagens de alimentos, da Última Ceia e das Bodas de Caná será feita a discussão do significado simbólico-religioso dos alimentos e das refeições na Bíblia.

⁶⁷ Estratégia enquadrada na semana da alimentação.

⁶⁸ Adaptada do livro «Ao sabor da Bíblia» (Lavrador, 2017). Será uma forma de comemorar a semana Mundial da Alimentação e cativar os alunos para a temática do simbolismo dos alimentos.

Relatório da aula do dia 14/10/2021

Após o registo do sumário, foi efetuada a revisão dos conteúdos lecionados na semana anterior. Neste momento, os alunos foram convidados a recordar conceitos, aprendizagens e conteúdos adquiridos na aula transata. Podemos afirmar que esta etapa constitui uma forma de avaliação formativa de cariz informal, dado que permite que o professor compreenda o que os alunos retiveram no espaço de uma semana e quais foram as aprendizagens significativas efetuadas.⁶⁹

Esta foi uma lição na qual sentimos particular dificuldade em planificar, talvez por abordar o significado simbólico-religioso dos alimentos. A complexidade desta tarefa prende-se, na nossa ótica, com o facto de os alunos possuírem pouca capacidade de abstração e de entender a linguagem simbólica e ainda com a ideia pré-concebida que tínhamos em relação ao desconhecimento dos alunos quanto a muitas passagens bíblicas fulcrais para entender o simbolismo dos alimentos.

Ressalvo que esta aula e a que se seguiu foi, parcialmente, inspirada, em termos teológicos, no livro «Ao sabor da Bíblia», que alega que o Livro Sagrado nos transmove para uma espécie de cozinha, onde a linguagem se traduz em cheiros, cores e sabores⁷⁰ e no Dicionário de Figuras e Símbolos Bíblicos.⁷¹

A lição iniciou-se com um diálogo sobre o conceito de «simbolismo», que permitiu que os alunos entendessem que a Bíblia não pode ser lida à letra, requerendo um esforço para entender o que os autores sagrados nos queriam dizer com aquelas palavras.

Foram analisadas duas obras de arte e uma imagem, tendo-se explicado, sucintamente, as histórias bíblicas por detrás destas (Última Ceia, Bodas de Canaã e alimentos simples), que grande parte dos alunos desconhecia, que permitiram aos mesmos entender que a Bíblia fala de grandes banquetes, mas também de alimentos simples. Foi ainda explicado que, para os crentes, os alimentos são uma dádiva de Deus.

Discutiu-se em grupo o simbolismo do mel e do leite a partir dos conhecimentos dos alunos sobre os alimentos, tendo sido necessário explicar aos jovens a aliança que Deus estabeleceu com Abraão, na qual prometeu uma terra fértil e com abundância de alimentos ao povo. O total desconhecimento dos alunos sobre esta aliança implicou que se fizesse uma pausa para explicar, ainda que abreviadamente, que no Antigo Testamento Deus estabeleceu várias alianças com o povo que confiou Nele e se comprometeu.

⁶⁹ Cf. Silva e Lopes, *Eu, Professor, Pergunto 1*, 85–87.

⁷⁰ Cf. Luís Lavrador, *Ao sabor da Bíblia* (Lisboa: Alêtheia, 2017), 14–15.

⁷¹ Lurker Manfred, *Dicionário de Figuras e Símbolos Bíblicos* (São Paulo: Paulus, 1993).

De modo a tentar que os alunos entendessem de forma concreta, isto é, através do uso dos sentidos, a «doçura» de uma terra onde corre leite e mel, conceito abstrato, os mesmos foram convidados a provar uma sobremesa, designada de «Terra Prometida», feita na sala de aula, com leite, mel e requeijão (adaptada do Livro Ao Sabor da Bíblia). A confeção desta sobremesa enquadra-se também na semana da alimentação que foi trabalhada em várias disciplinas. Devido às restrições pandémicas, esta sobremesa foi efetuada apenas por mim e pelas colegas docentes. A maioria dos alunos provou-a e foram convidados a experimentar, saborear e imaginar uma terra que fosse doce, cremosa, apetitosa e que saciasse como a sobremesa.

Feita essa analogia entre uma realidade palatável e a dimensão simbólica do leite e do mel passámos à realização de um *Plickers*, enquanto estratégia de avaliação formativa, de modo a ver se os alunos tinham entendido os conteúdos.

Os cartões desta plataforma tinham sido entregues na primeira aula e os alunos estavam extremamente empolgados com o seu uso. Isso leva-nos a pensar que os discentes que temos hoje não são aqueles que o sistema educativo projetou. São a primeira geração a crescer no seio da nova tecnologia, sendo, por isso, designados de nativos digitais. Os nativos digitais desejam interatividade, sendo premente que os estabelecimentos de ensino e os professores atualizem o modo como ensinam e recorrem às (novas) tecnologias (digitais) como argamassa de uma mudança radical do sistema de ensino.⁷²

O *Plickers* foi uma opção uma vez que não implica que os alunos tenham acesso à *internet* nos telemóveis, ao contrário do que acontece com o *Kahoot*. Importa relembrar que a EBIL não possui rede *wireless* e que, quer professores, quer alunos usam os seus dados móveis para aceder a estas aplicações. Assim, apesar das inúmeras hipóteses tecnológicas que podemos usar, deveremos garantir que todos os nossos alunos sejam detentores de recursos para aceder às mesmas, potenciando um ambiente virtual de inclusão e não, pelo contrário, de segregacionismo.⁷³

Para usar o *Plickers*, os alunos só precisam dos cartões. Através do uso da aplicação deste programa no seu telemóvel, o professor capta a posição dos cartões dos alunos, conseguindo ver no preciso momento se as respostas dadas por estes estão corretas ou erradas, recebendo assim um *feedback* imediato da compreensão dos alunos. Caso o docente verifique

⁷² Cf. Marc Prensky, «H. Sapiens Digital: From Digital Immigrants and Digital Natives to Digital Wisdom», *Innovate: Journal of Online Education* 5, n. 3 (2001): 1–6, https://nsuworks.nova.edu/innovate/vol5/iss3/1/?utm_source=nsuworks.nova.edu%2Finnovate%2Fvol5%2Fiss3%2F1&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages; Cf. Prensky, «Digital Natives, Digital Immigrants, Part II: Do They Really Think Differently?», 1–3.

⁷³ Cf. Cosme et al., *Avaliação das aprendizagens. Propostas e estratégias de ação.*, 109.

que a maioria dos alunos não acertam, deverá repensar a realização do *Plickers* e tornar a clarificar os conteúdos abordados.⁷⁴

O *Plickers* tem algumas limitações técnicas que podem condicionar o seu uso: espaços amplos, tamanho dos cartões, iluminação da sala de aula, material em que os cartões foram impressos e/ou plastificados.⁷⁵

Em relação aos resultados obtidos pelos nossos discentes, a média de percentagens alcançada (87%) permitiu verificar que os mesmos entenderam os conteúdos que se pretendia que atingissem.

Nesta lição confirmei a ideia preconcebida que os alunos não possuem conhecimento sobre passagens bíblicas alusivas às alianças, logo, julgo que poderão não ter alcançado o verdadeiro simbolismo dos alimentos em análise. Para além disso creio, de acordo com a teoria de Piaget, que as estruturas cerebrais destes alunos não possuem desenvoltura suficiente para entender profundamente estes conceitos abstratos, desconstruindo os símbolos inerentes a eles para assimilar corretamente os seus significados.

⁷⁴ Lucas Viana et al., «Perspectivas técnicas e pedagógicas sobre o uso do Plickers em sala de aula», em *Anais IV Conapesc* (Campina Grande: Realize Editora, 2019), http://www.editorarealize.com.br/editora/anaais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_MD1_SA4_ID755_17072019032104.pdf.

⁷⁵ Viana et al.

Nível: 6.º ano

Planificação da aula do dia 21/10/2022
UL 3 – «A Partilha do Pão»

Lição n.º 6 (3 da UL) 21/10/2021

Aprendizagens essenciais: Compreender a dimensão simbólica da refeição.

Sumário: Visualização e discussão de um *Powtoon* sobre o significado simbólico-religioso do leite e mel, da água, do pão, do vinho, do azeite e do cordeiro.

Realização de um *Plickers*.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ⁷⁶ 	
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	3. Descobrir a dimensão simbólica da refeição.	Água, pão, vinho, azeite e cordeiro.	Acolhimento; Sumário; Revisão/Síntese dos conteúdos lecionados na aula anterior; ⁷⁷ PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor e folha dos sumários;	10'	- Assiduidade - Pontualidade	Comportamento e empenho
			Visualização de um <i>Powtoon</i> ⁷⁸ sobre significado simbólico-religioso do leite e mel, água, pão, vinho, azeite e cordeiro ;	<i>Powtoon</i> , Computador, projetor, colunas;	5'	- Atenção	
			Visualização faseada do <i>Powtoon</i>; Discussão em grande grupo de cada um dos alimentos ; ⁷⁹	<i>Powtoon</i> , Computador, projetor, colunas;	10'	- Atenção - Participação	
			Realização de um <i>Plickers</i> sobre os conteúdos aprendidos na aula;	Computador, Projetor, Cartão <i>Plickers</i> , telemóvel;	10'	- Participação	
			Síntese da aula e entrega das peças do puzzle. ⁸⁰	Computador, Projetor e folha dos sumários;	5'	- Participação	
			Esclarecimento acerca da Visita de Estudo ao Banco Alimentar e do «Concurso de Sacas do Pão por Deus».	Computador, Projetor, Folhas de autorização para os Encarregados de Educação.	5'	- Atenção	

SÍNTESE: As refeições e os alimentos têm um significado simbólico-religioso: água - purificação; pão – alimento essencial; vinho – alegria; azeite – bênção; cordeiro – Jesus

⁷⁶ Observação direta registada em grelha própria que constará dos anexos desta aula.

⁷⁷ Através da construção da síntese da aula anterior, que não foi realizada por falta de tempo, farei a revisão dos conteúdos lecionados na mesma.

⁷⁸ Criado propositadamente para esta aula.

⁷⁹ O leite e o mel não serão discutidos porque foram abordados na aula anterior, no entanto, constam no vídeo como forma de efetuar uma revisão deste conteúdo.

⁸⁰ Serão entregues algumas peças de um puzzle que irá sintetizar, quando estiver completo, a UL em estudo.

Relatório da aula do dia 21/10/2021

A aula iniciou-se com os procedimentos habituais. Os alunos demonstraram na revisão de conteúdos que memorizaram o significado do simbolismo do leite e do mel.

Alguns discentes relataram ter feito em casa a sobremesa e experimentado em família. Este envolvimento dos pais, por um lado, faz com que conheçam os conteúdos e estratégias que usamos, por outro lado, promove uma reflexão e, quiçá, aprofundamento de fé em família.

A aula prosseguiu com a visualização de um *Powtoon*,⁸¹ sobre o significado simbólico-religioso do leite, mel, água, pão, vinho, azeite e cordeiro. Primeiramente, os alunos visualizaram o vídeo sem interrupções e, numa segunda visualização vimos o *Powtoon* faseadamente, realizando uma análise e discussão em turma sobre cada um dos alimentos.

Esta opção de visualizar duas vezes o *Powtoon* prende-se com o facto de ser recomendado que se mostre o vídeo, caso seja curto, duas vezes ou pelo menos que se visualize pela segunda vez as suas partes principais.⁸² A explicação de cada um dos alimentos, que consta do *Powtoon*, foi realizada de modo que os alunos partissem do concreto, baseado em evidências sensoriais, para uma realidade abstrata de forma que integrassem este novo dado nas estruturas anteriores previamente existentes, num processo de assimilação de uma nova realidade às estruturas já construídas.⁸³

Quanto ao simbolismo do leite e do mel, este teve um cariz de consolidação de conhecimentos acerca do que tinha sido abordado na aula transata. Partimos do leite, enquanto alimento indispensável para a vida dos mamíferos, e do mel, como doce e super nutritivo/energético. Ou seja, de alimentos fundamentais que vêm da natureza, sem intervenção do ser humano, partimos para a noção de uma Terra onde Deus providenciará alimento abundante para todos os seres humanos.

Em relação à água e ao pão, foi feita uma analogia entre uma realidade concreta «importância do alimento para a vida física» e uma abstrata, a sua «relevância na vida espiritual». Quanto à água, os alunos demonstraram maior facilidade em compreender a dimensão espiritual, pois associaram ao Batismo, à aspersão de água benta, isto é, à «purificação» dos pecados. No que concerne ao pão, tivemos de fazer uma pausa e explicar abreviadamente a passagem em que Moisés liberta os escravos e o facto de a privação de alimento ter feito com que o povo hesitasse na sua fé. A simbologia do Antigo Testamento foi

⁸¹ O recurso foi criado de acordo com as seguintes fontes: Lavrador, *Ao sabor da Bíblia*; Manfred, *Dicionário de Figuras e Símbolos Bíblicos*.

⁸² Cf. José Moran, «O Vídeo na Sala de Aula», *Comunicação & Educação* 2 (1995): 32, <https://doi.org/https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i2p27-35>.

⁸³ Cf. Norman Sprinthal e Andrew Collins, *Psicologia do Adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista.*, 3.^a (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003), 103–4.

mais facilmente entendida, pois, implicava uma dimensão palpável «matar a fome do povo» e abstrata «reforçar a sua fé», do que no Novo Testamento.

No que concerne ao vinho, este foi facilmente entendido por dois motivos: primeiramente, porque conhecem das suas vivências a associação do vinho à alegria e, ainda, porque associam ao Sangue de Cristo e, consequentemente, ao ritual da consagração na Missa. O azeite foi claramente relacionado ao sinal de bênção, porque foi associado à dimensão dos Sacramentos que todos conhecem e já vivenciaram. Esta bênção foi entendida pelos alunos como a unção que se recebe, ou seja, foi «materializada» neste momento. Os discentes relacionaram o azeite com a presença do Espírito Santo, não propriamente pelo facto de O recebermos através dos sacramentos, mas de o azeite ser usado nos quartos do Espírito Santo. Na ilha de São Miguel, Açores, impera a tradição que nenhuma bandeira, coroa ou outro símbolo relacionado com o Divino Espírito Santo fique «às escuras», ou melhor dizendo, fique sem uma luz constante, devendo, assim, ser alimentada pela combustão do azeite. A analogia entre Jesus e o cordeiro foi materializada na mansidão com que este animal se deixa levar ao matadouro, semelhante à postura que Jesus assumiu, aceitando o seu sacrifício na cruz.

A descrição aqui realizada explica a lógica do guião do vídeo criado, mas também a forma como a discussão e reflexão em turma, sobre estes alimentos, foi conduzida. Há uma nítida necessidade, por parte dos alunos, de criar associações concretas

A aula prosseguiu com um *Plickers*, mas surgiram problemas com os cartões de alguns alunos. Foram entregues algumas peças de um *puzzle* que, no final da UL «A Partilha do Pão», irá sintetizar todos os conteúdos abordados. Esta estratégia procura motivar os alunos, despertar a sua curiosidade, manter a sua concentração, preservar o seu sentido de responsabilidade, envolver as famílias e, no final, deixar uma recordação de cada momento vivido. Foi entregue aos alunos a autorização para a Visita de Estudo ao Banco Alimentar e lançado o desafio do «Concurso de Sacas do Pão por Deus» para a aula seguinte.

Planificação da aula do dia 28/10/2021

Nível: 6.º ano

UL 3 – «A Partilha do Pão»

Lição n.º 7 (4 da UL)

28/10/2021

Aprendizagens essenciais: Compreender a dimensão simbólica da refeição. Identificar situações de fragilidade e ameaça à justa distribuição de bens.

Sumário: Realização de um *kahoot* sobre os conteúdos lecionados nas últimas aulas.

Visualização e discussão de um vídeo acerca da tradição do «Pão por Deus».

Concurso de «sacas do Pão por Deus» e partilha de um lanche.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ⁸⁴ 	
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.			Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor e folha dos sumários;	5'	- Assiduidade - Pontualidade	Comportamento e empenho
	1. Descobrir a dimensão simbólica da refeição.	• O leite e mel, o pão, o azeite, o vinho, a água e o cordeiro.	Plickers ou Kahoot ⁸⁵ sobre os conteúdos lecionados anteriormente;	Cartões <i>Plickers ou Kahoot</i> , computador, projetor, telemóvel;	10'	- Atenção	
	4. Reconhecer o valor da solidariedade.	• Tradição Portuguesa de Partilha do Pão «Pão por Deus».	Visualização de um vídeo sobre o «Pão por Deus»; Discussão em turma sobre os costumes dos alunos nesta data ; Apresentação de um quadro síntese sobre as diferenças entre o Halloween e a tradição Portuguesa ⁸⁶ ;	Vídeo, Computador, projetor, colunas;	10'	- Atenção - Participação	
			Síntese da aula e entrega das peças do puzzle ⁸⁷ ;	Computador, Projetor, folha dos sumários, peças do puzzle;	5'	- Participação	
			Partilha de um lanche com os alunos; Concurso das «Sacas do Pão por Deus»: votação e entrega dos prémios; Montagem de uma exposição na sala de aula com as «Sacas do Pão por Deus».	Pioneses, Sacas, cartaz (A4) do «Pão por Deus», <i>post-it's</i> , lanche, fitas porta-chaves e <i>pins</i> de EMRC.	15'	- Participação	

SÍNTESE: O «Pão por Deus» é uma tradição portuguesa que surgiu da necessidade de partilhar alimentos com os mais necessitados.

⁸⁴ Observação direta registada em grelha própria que constará dos anexos desta aula;

⁸⁵ Será feita uma tentativa com novos cartões *plickers* e caso não funcione será feito o *kahoot*. Esta avaliação será de cariz sumativo.

⁸⁶ Este quadro será apresentado se os alunos levantarem questões sobre o confronto das duas celebrações;

⁸⁷ Serão entregues algumas peças de um puzzle que irá sintetizar, quando estiver completo, a UL em estudo.

Relatório da aula do dia 28/10/2021

A lição teve o seu começo com o acolhimento, registo do sumário e revisões. De seguida houve um momento de avaliação sumativa, através do *Plickers*. Entregámos novos cartões aos alunos, dado que os antigos tinham gerado problemas, tendo a aplicação do questionário decorrido sem qualquer percalço, facto que nos permitiu concluir que as dificuldades surgidas, anteriormente, se deviam, efetivamente, a questões técnicas referentes aos cartões.

O *Plickers* aplicado teve o formato de um tradicional teste de escolhas múltiplas e incidiu sobre todos os conteúdos dados no objetivo «Descobrir a dimensão simbólica da refeição».⁸⁸ A vantagem desta aplicação ao uso de testes em formato de papel, para além da motivação dos nossos alunos, prende-se com o facto de conseguirmos uma correção automática e instantânea.

Durante muito tempo avaliar e classificar eram tidos como conceitos coincidentes. Classificar consiste em atribuir um valor numérico a um instrumento de avaliação e a um aluno, que o coloca numa posição comparativa em relação a outros alunos (é melhor que X e pior que Y). Importa clarificar que avaliar é muito mais do que classificar. «A função de avaliar corresponde a uma análise cuidada das aprendizagens conseguidas face às aprendizagens planeadas (...)»,⁸⁹ o que irá fazer com que os professores e alunos percebam se as metas traçadas foram alcançadas e quais as que levantaram maior celeuma. Esta descrição objetiva que daí advém servirá como motivação para os sucessos que os alunos alcançarem e permitirá que tracem novas rotas para orientar os seus esforços. O mesmo é válido em relação aos professores que poderão, com esta informação, redefinir estratégias de ensino e/ou de avaliação, gerar estratégias alternativas de remediação e (re)organizar a planificação de outra forma.⁹⁰ Podemos, então, afirmar que avaliação é a força motriz do aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação sumativa distingue-se da avaliação formativa, explanada num relatório anterior, e da avaliação diagnóstica, que visa efetuar uma análise dos conhecimentos de que os discentes devem ser detentores de modo a poderem começar novas aprendizagens, ora num novo ano letivo, ora no começo de uma nova parte do programa.⁹¹ Retomemos a avaliação sumativa que intenta realizar um ponto de situação no final de um segmento de ensino-aprendizagem, caracterizando-se por ser uma avaliação que almeja ter uma visão geral e não

⁸⁸ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Moscavide: SNEC, 2014), 68.

⁸⁹ António Carrilho Ribeiro e Lucie Carrilho Ribeiro, *Planificação e avaliação do ensino-aprendizagem* (Lisboa: Universidade Aberta, 1989), 337.

⁹⁰ Cf. Ribeiro e Ribeiro, 337–38; Cf. Cosme et al., *Avaliação das aprendizagens. Propostas e estratégias de ação*, 10–11.

⁹¹ Cf. Ribeiro e Ribeiro, *Planificação e avaliação do ensino-aprendizagem*, 342.

em profundidade, melhor dizendo, que procura auscultar a compreensão de um segmento extenso.⁹² Penso que esta perspetiva da visão geral não faz sentido numa disciplina com uma carga letiva reduzida e atualmente está desatualizada, na medida em que as estratégias atuais de promoção do sucesso escolar fomentam que se realizem vários elementos de avaliação sumativa após a lecionação de «pequenos» conteúdos.

Seguidamente, procedeu-se à visualização de um vídeo, retirado da internet, sobre o «Pão por Deus» que se inicia com o relato histórico que levou ao surgimento da tradição e se finaliza com uma reportagem sobre a sua atual vivência.

Surpreendentemente, verificámos que os alunos desconheciam, na sua esmagadora maioria, a veracidade dos factos que levaram ao surgimento da tradição, pensando que se tratasse de uma lenda. Os alunos relataram a forma como vivenciam esta tradição e foi notório que a maioria celebra o *Halloween* (pedido feito à noite, tipo de pedidos, frases que acompanham o ato de pedir) e não o Pão por Deus.

Levámos preparado um quadro síntese para explorar com os alunos as principais diferenças entre as duas tradições, mas não foi examinado porque os alunos relataram abordar a tradição americana noutras disciplinas, demonstrando, efetivamente, ter conhecimentos sobre esta; e, ainda, por uma questão de gestão temporal.

Independentemente de termos ou não fé, o «Pão por Deus» é um marco da tradição portuguesa, logo, a escola, enquanto transmissor cultural, deverá potenciar o acesso dos alunos «ao substrato religioso das culturas e às dimensões civilizacionais da actividade e pensamento religiosos».⁹³ Questiono como chegam alunos ao sexto ano de escolaridade com total desconhecimento sobre esta tradição? Estarão as nossas tradições a serem «silenciadas» por outras de cariz mais comercial?

O desconhecimento cada vez maior das pessoas em relação às questões religiosas faz com que muitas das chaves de leitura e a linguagem simbólica não operem corretamente. «Não é possível ler (...) as produções culturais das sociedades (...) sem o conhecimento dos códigos religiosos».⁹⁴ Num contexto cultural repleto de símbolos, rituais e costumes advindos da Igreja Católica a iliteracia religiosa constituirá um obstáculo à compreensão de outras áreas de saber (História, Arte, entre outras), podendo dificultar uma reflexão profunda sobre o passado e o presente.⁹⁵

⁹² Cf. Ribeiro e Ribeiro, 359–60.

⁹³ Alfredo Teixeira, «A cultura religiosa na escola», *Pastoral Catequética* 5 (2006): 41.

⁹⁴ Teixeira, 53–54.

⁹⁵ Cf. Pedro Manuel Monteiro da Luz, «A educação da dimensão religiosa na escola pública O contributo do documento Princípios Orientadores de Toledo para o ensino acerca das religiões e das crenças.» (Universidade Católica Portuguesa, 2018), 94, <http://hdl.handle.net/10400.14/25582>.

O ser humano, a religião e até a escola são três realidades que giram em torno da cultura, logo, a forma mais pertinente e atual de estarmos presentes na escola é no âmbito da cultura. Deste modo, EMRC deverá ter um papel fulcral na descodificação da dimensão religiosa subjacente a certos modos de vida e aos seus respetivos esquemas de significação, lendo a realidade a partir da dimensão religiosa. Através da religião, é possível construir a história, procurando o seu sentido e aprofundando-a.

Mais do que estudar as religiões e a sua história urge estudar o facto religioso, enquanto dimensão intrínseca e consubstancial à natureza humana profundamente ligada às culturas como componente que as caracteriza.⁹⁶

Foram entregues peças do *puzzle*, foram recolhidas e expostas, no *placard* de cortiça da sala, as sacas decoradas pelos alunos com a ajuda dos pais. Depois da votação feita pelos alunos, foi entregue o prémio (crachá e uma fita, tipo porta-chaves, da disciplina, criados por mim para o efeito) aos três vencedores.

Ocorreu a partilha de um lanche, de acordo com as vigentes restrições pandémicas, no qual os alunos puderam conviver um pouco e saborear, ainda que por breves instantes, uma experiência de encontro e de partilha entre si.

Enquanto os alunos lanchavam procedi à recolha das autorizações para a Visita de Estudo ao Banco Alimentar Contra a Fome.

Nesta aula, por uma questão de gestão temporal, não foi feita a síntese.

⁹⁶ Cf. Maria Africano, «La educación religiosa escolar en un contexto plural. Reflexiones preliminares», *Revista de las Ciencias del Espíritu* 154 (2010): 69.

Planificação da aula do dia 04/11/2021

Nível: 6.º ano

UL 3 – «A Partilha do Pão»

Lição n.º 8 (5 da UL)

04/11/2021

Aprendizagens essenciais: Identificar situações de fragilidade e ameaça à justa distribuição de bens. Caracterizar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome. Reconhecer/Assumir a atitude do voluntariado e o valor da solidariedade.

Sumário: Realização e apresentação de trabalhos de pares sobre a fome, a injusta distribuição de bens e instituições que trabalham para eliminar a fome.

Visualização de um *Powtoon* sobre os conteúdos da aula.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ⁹⁷ 	
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.			Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor e folha dos sumários;	10'	- Assiduidade - Pontualidade	Comportamento e empenho
	4. Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens.	- A produção e o comércio de alimentos; - A fome e a subnutrição; - A pobreza, a distribuição injusta de bens de primeira necessidade.	Trabalhos de pares , ⁹⁸ acerca dos conteúdos desta aula, conduzidos através de perguntas , sobre artigos de jornal , excertos do manual e vídeos retirados da <i>internet</i> ; ⁹⁹ Partilha das respostas dos pares com a turma ; Powtoon com uma síntese dos conteúdos apresentados na aula pelos alunos;	Computador, projetor, colunas, fichas de trabalho, telemóvel, computador portátil, dois auscultadores;	30'	- Atenção - Participação	
	3. Identificar instituições (inter)nacionais vocacionadas para a eliminação da fome.	Instituições (inter)nacionais vocacionadas para a eliminação da fome.					
			Síntese da aula e entrega das peças do puzzle ¹⁰⁰ .	Computador, projetor, folha dos sumários e peças do puzzle.	5'	- Participação	

SÍNTESE: Apesar da produção de alimentos ser suficiente para todos os seres humanos, existe muita fome no mundo. Uma justa distribuição de bens poderia acabar com este problema.

⁹⁷ Observação direta registada em grelha própria que constará dos anexos desta aula.

⁹⁸ Será realizado trabalhos a pares, devido às restrições pandémicas.

⁹⁹ Os alunos receberam fichas/vídeos com materiais que possibilitariam a resolução da tarefa proposta.

¹⁰⁰ Serão entregues algumas peças de um puzzle que irá sintetizar, quando estiver completo, a UL em estudo.

Relatório de aula do dia 04/11/2021

A aula teve o seu começo com o acolhimento, realização da síntese da lição anterior e registo do sumário. Seguidamente, os alunos foram convidados a fazer trabalhos de pares.

Os critérios de formação de grupos podem ser três: escolha dos alunos, seleção do docente e ao acaso. Quando é permitido aos alunos que escolham segundo as suas afinidades, geralmente, os grupos são homogéneos e têm maior propensão a desconcentrarem-se das tarefas por estarem a falar de assunto inerentes aos seus laços de amizade.¹⁰¹ No que concerne à escolha feita pelo professor conduz, usualmente, a grupos heterogéneos que, devido à disparidade dos seus membros, promove «conflitos sociocognitivos»¹⁰², que surgem devido às suas diferentes aprendizagens, experiências de vida, entre outras. Esta diversidade incrementa as oportunidades de os alunos aprenderem mais e melhor. Os grupos formados ao acaso são também heterogéneos e são uma forma de realizar grupos informais para executar tarefas curtas, pedindo aos discentes que se voltem, por exemplo, para os colegas mais próximos.¹⁰³ Neste âmbito, a composição dos pares foi efetuada de acordo com a forma como os discentes se encontravam sentados, isto é, segundo a planta de sala de aula. Esta opção foi tomada com a intenção de evitar que houvesse muita circulação dos alunos na sala e, consequentemente, diminuir um possível risco de contágio.

Os trabalhos de grupo, principalmente os grupos pequenos, promovem uma interação estimuladora entre os diferentes elementos que o constituem, se todos os seus membros contribuírem para o bom funcionamento do mesmo. Através da interajuda, haverá um processo de promoção e facilitação da aprendizagem, ficando a cargo do docente ensinar competências sociais que potenciem esta postura de apoio e cooperação. Para tal, é necessário que se consiga juntar em grupos elementos que demonstrem facilidade em trabalhar em conjunto.¹⁰⁴ O trabalho de grupo potencia o debate e/ou discussão sobre as opiniões, os conhecimentos e as ideias dos membros acerca da tarefa que esteve na sua génese. Deste modo, importa que esteja claro para os alunos o objetivo do trabalho e os passos que terão de dar para conseguir alcançá-lo.

De modo a garantir um bom ambiente, fomentador da aprendizagem e de um espírito cooperativo, urge que todos os elementos do grupo adotem determinadas competências sociais fulcrais: ouvir com atenção, falar quando for a sua vez, encorajar os colegas, acatar a opinião dos outros, gerir conflitos, divergir sem entrar em discórdias, saber partilhar, reconhecer quando

¹⁰¹ Cf. Helena Santos Silva, José Pinto Lopes, e Sónia Moreira, *Cooperar na sala de aula para o sucesso* (Lisboa: PACTOR, 2018), 31.

¹⁰² Silva, Lopes, e Moreira, 31.

¹⁰³ Silva, Lopes, e Moreira, 31.

¹⁰⁴ Cf. Silva, Lopes, e Moreira, 22–23.

é preciso ajuda, gerir o tempo e os materiais disponíveis.¹⁰⁵ Desta forma, «os trabalhos de grupo são importantes para desenvolver as competências relacionais e sociais dos estudantes»,¹⁰⁶ mas também para a promoção de aptidões cognitivas, como, a compreensão, interpretação, análise e avaliação.

Os nove pares efetuaram trabalhos acerca dos conteúdos desta aula, conduzidos através de perguntas, sobre artigos de jornal, excertos do manual de EMRC e vídeos retirados da *internet*. Toda a informação que constava dos artigos de jornal foi devidamente burilada para que os alunos não se perdessem na procura das respostas. Dois grupos visualizaram vídeos, através de dispositivos tecnológicos por mim cedidos.

Os trabalhos incidiram sobre as seguintes temáticas: globalização; especulação; comércio justo; Declaração Universal dos Direitos Humanos; causas naturais da fome; causas da fome da responsabilidade humana; a pobreza e a injusta distribuição de bens; Banco Alimentar Contra a Fome.

As tarefas seguiram uma estratégia de aprendizagem designada por descoberta guiada, que é uma metodologia de aprendizagem ativa, segundo a qual a docente define os objetivos a serem alcançados e orienta os alunos para que os possam descobrir através de pesquisa e/ou explorações de materiais cedidos aos discentes. Não se trata de deixar os alunos a trabalharem sozinhos ou deixá-los sem orientação, mas, pelo contrário, através da definição de um trajeto o professor guia, orienta e redireciona, quando necessário, o aluno, de modo que este descubra conceitos, a relação entre estes conceitos, ou melhor dizendo, alcance os resultados desejados pelo docente.¹⁰⁷

No decorrer desta dinâmica eu, a colega de estágio e a Professora Eduarda Arruda percorremos os lugares, procurando orientar os alunos, incentivando a partilha de responsabilidades, a negociação de ideias e outras aptidões sociais que asseveram o sucesso do trabalho em grupo.

De seguida, foi projetado um esquema com palavras-chave, que abrangiam todas as temáticas que tinham sido trabalhadas pelos pares, e a partir desse resumo foram iniciadas as apresentações das principais conclusões que os alunos efetuaram. Seguiram-se nove apresentações. Depois destas foi visualizado um *Powtoon*, criado por mim para esta aula, no qual é feito um resumo de todas as conclusões que se esperava que os alunos tirassem com base nos materiais cedidos para a execução do trabalho. Este vídeo foi criado por ter a noção prévia que esta lição tinha muitos conteúdos e seria difícil para os alunos assistirem às várias

¹⁰⁵ Cf. Silva, Lopes, e Moreira, 25.

¹⁰⁶ Marcel Lebrun, *Teorias e Métodos Pedagógicos para Ensinar e Aprender* (Lisboa: Instituto Piaget, 2008), 164.

¹⁰⁷ Cf. Cosme et al., *Avaliação das aprendizagens. Propostas e estratégias de ação.*, 94–95.

apresentações e conseguirem interligá-los num curto espaço de tempo.

Tal como previa, foi notório que a determinada altura, no decorrer das apresentações, que os alunos sentiram ter perdido o fio condutor, mas, com a referida síntese em formato audiovisual, este *handicap* foi ultrapassado. Do *Powtoon* constavam imagens e animações muito apelativas e concretas do quotidiano, por exemplo, conceitos difíceis como globalização, especulação e comércio justo tornaram-se fáceis de entender dado os exemplos atrativos, palpáveis e conhecidos dos alunos.

Depois de terem ouvido falar nas apresentações e no *Powtoon* sobre o Banco Alimentar Contra a Fome, e na sequência da Visita de Estudo que se realizaria no dia seguinte, os alunos foram convidados a fazer um «desafio para casa», que consistia em pensarem numa pergunta, com a ajuda do/a Encarregado/a de Educação, para fazerem à Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome dos Açores. Novamente, foi feita uma tentativa de envolver as famílias nos conteúdos lecionados, através da consecução de tarefas subjacentes a estes.

Cabe-nos, ainda, refletir sobre o envio de «Trabalho para Casa» (TPC) ou, como foi subtilmente designado, «desafio para casa». É sabido que este não é um costume da nossa disciplina e considero que a panaceia, para os problemas de aprendizagem, não advém daí. Os TPC's são um tema delicado e polémico e as opiniões geralmente são extremistas, por um lado os defensores acérrimos, por outro, os «atacantes» inveterados. O envio destas tarefas apresenta benefícios a curto prazo, como «maior retenção de conhecimento, aumento da compreensão, melhor processamento da informação», mas também a longo prazo, a saber: «promoção de atitude escolar positiva, melhorias nos hábitos e competências de estudo, incentivo à aprendizagem (...)».¹⁰⁸ Para além disso, esta rotina faz com que os alunos aprendam a gerir melhor o seu tempo, a questionar as informações que lhes são solicitadas, a ter «maior autodisciplina e autocontrolo».¹⁰⁹

Todavia, os TPC's apresentam também efeitos negativos como o cansaço, perda de interesse, sentimentos de pressão que podem gerar ansiedade, formação de um fosso entre os alunos com um bom suporte em casa e os que não contam com ajuda.¹¹⁰

É dito e sabido que os alunos estão cansados e sobrecarregados com TPC's advindos de áreas curriculares como a Matemática, entre outras, por isso, na minha ótica, o hipotético envio rotineiro de tarefas de casa, por parte de uma disciplina opcional, poderia ser visto como um maior sobrepeso para os alunos. Todavia, considero que, quando só temos um tempo semanal, o envio de TPC's poderá funcionar como uma forma de consolidar os conteúdos. Ora vejamos,

¹⁰⁸ Silva e Lopes, *Eu, Professor, Pergunto 1*, 94.

¹⁰⁹ Silva e Lopes, 94.

¹¹⁰ Cf. Silva e Lopes, 94.

se falarmos de uma temática e só a retomarmos uma semana depois é normal que os alunos já não se recordem de muitas coisas, porque a aprendizagem não foi consolidada. Por mais interessante que a estratégia e os materiais usados sejam, há informação que se perde. O envio de uma tarefa para casa implicaria que os alunos tornassem presente a matéria abordada, aumentando a sua compreensão.

Assim acreditamos que o docente de EMRC tem de analisar a turma, a sua receptividade e enviar TPC's com muita parcimónia. As tarefas deverão ser interessantes; implicar desafios/competição entre alunos; serem pequenas e com prazos alargados; de cariz digital, caso a turma possua condições para isso; recorrendo a uma plataforma de apoio, na qual o aluno pode estabelecer contacto com o professor em caso de dúvidas. Outro factor determinante que o professor de EMRC, e todos em geral, não deverão descurar quando enviam TPC's é o *feedback* que é dado aos alunos. Quando as informações são fornecidas aos alunos de forma adequada, potenciam a aprendizagem e motivação.¹¹¹ O *feedback* pode ser escrito ou oral, devendo iniciar-se com os elogios sobre os aspetos positivos, indicar caminhos alternativos ao que o discente escolheu e sempre que possível possibilitar a melhoria.¹¹²

Nesta lição, foi preenchida uma grelha de observação direta, criada de acordo com as estratégias desta aula. Foi notório que ficou em falta nesta grelha uma componente inerente ao «respeito pela opinião dos outros», mas fiz este registo no campo para observações de cariz aberto.

¹¹¹ Cf. Silva e Lopes, 99–100.

¹¹² Cf. Silva e Lopes, 108–9.

Planificação da aula do dia 11.11.2021
UL 3 – «A Partilha do Pão»

Nível: 6.º ano

Lição n.º 9 (6 da UL) 11/11/2021

Aprendizagens essenciais: Reconhecer a atitude do voluntariado e o valor da solidariedade. Descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si. Explicar o significado dos relatos da Última Ceia. **Sumário:** Discussão sobre os valores que orientam o voluntariado. Leitura e análise de passagens bíblicas.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ¹¹³ 	Comportamento e empenho
			Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projektor e folha dos sumários;	5’	- Assiduidade - Pontualidade	
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	4. Reconhecer o valor da solidariedade.	• Solidariedade e voluntariado; • Fraternidade, amor partilhado.	Apresentação e discussão em turma dos princípios que orientam o voluntariado com base no exemplo do Banco Alimentar; ¹¹⁴	Computador, projektor;	10’	- Atenção - Participação	
J. Descobrir a simbólica cristã.	5. Reconhecer que os relatos da Última Ceia o seu significado essencial para a mensagem cristã.	• O Lava-pés, sinal de serviço de Jesus por amor: Jo 13, 3-7 . 13-15.	Explicação da origem do costume do lava-pés ; Leitura em jogral e análise em turma da passagem bíblica; ¹¹⁵ Análise da simbologia de cingir os rins em analogia com o uso atual do avental ;	Computador, projektor, Bíblia, cópias das passagens bíblicas, avental, alva, toalha;	25’	- Atenção - Participação	
		• A última Ceia, sinal da entrega de Jesus Por amor: Mc 14, 17-20 . 22-24.	Leitura em jogral e análise em turma da passagem bíblica;				
			Síntese da aula e entrega das peças do puzzle. ¹¹⁶	Computador, projektor, folha dos sumários, peças do puzzle.	5’	- Participação	

SÍNTESE: Ser voluntário é ajudar o próximo sem esperar nada em troca. Através do Lava-pés e da Última Ceia, Jesus deu-nos um exemplo de serviço e entrega por amor.

¹¹³ Observação direta registada em grelha própria que constará dos anexos desta aula.

¹¹⁴ Na sexta-feira anterior, dia cinco de novembro, todos os alunos realizaram uma visita de Estudo ao Banco Alimentar.

¹¹⁵ Um aluno lê a partir da Bíblia, que foi levada numa mala criada para o efeito, e os restantes a partir de cópias. A referida mala tem desenhada em si vários temas que são abordados em EMRC. Esta simbologia será explicada aos alunos.

¹¹⁶ Serão entregues algumas peças de um puzzle que irá sintetizar, quando estiver completo, a UL em estudo.

Relatório da aula do dia 11/11/2021

A lição começou com o acolhimento, sumário e revisões. Procedeu-se à apresentação e discussão em turma sobre os princípios que orientam o voluntariado. Estes valores norteadores serviram de mote para que a turma fizesse uma reflexão sobre a Visita de Estudo que fez ao Banco Alimentar Contra a Fome.

Na segunda parte da aula, demos começo à análise de textos bíblicos, que se enquadra no segundo tempo do método, preconizado para a disciplina, como veremos de seguida. A EMRC desenvolve-se numa metodologia organizada em três tempos, de ordem variável, que refletem três dimensões pedagógicas: a experiência humana, a reflexão religiosa e a interpretação ético-moral. São dimensões que não seguem uma ordem específica, pois essa deve ser da responsabilidade do docente, tendo em conta, acima de tudo, as «necessidades, interesses e motivações dos alunos, em cada escola e em cada turma».¹¹⁷ «A eliminação ou redução arbitrária de alguma das dimensões supõe a adulteração do percurso pedagógico proposto, o empobrecimento do processo de ensino-aprendizagem e a impossibilidade de se atingirem as metas enunciadas».¹¹⁸ Assim, cada uma das unidades letivas tem de ter obrigatoriamente estas três dimensões para ler a realidade através da dimensão religiosa.

O primeiro tempo deste método, a experiência humana, é aquele no qual se vai enquadrar a reflexão e a dimensão religiosa. Por isso, os alunos necessitam de ter uma base concreta de apoio que demonstre que o religioso não está desligado da realidade humana, pois só assim a mensagem cristã poderá ter sentido para as pessoas. A experiência humana vai ser iluminada, num segundo tempo, sob a perspetiva cristã católica, núcleo central da disciplina. Isto significa que a leitura que se faz da experiência humana, o todo da realidade, é feita a partir da mensagem cristã católica, com base em textos bíblicos, da Tradição ou do Magistério. É neste momento da metodologia que reside a confessionalidade da disciplina.¹¹⁹

O terceiro tempo do método, a interpretação ético-moral, é aquele que oferece «propostas de enquadramento do agir humano, eticamente relevantes»,¹²⁰ tendo em conta os problemas e a situação da realidade da experiência humana, assim como a perspetiva católica, para contribuir e ter impacto na construção da pessoa, na vida da sociedade e do mundo, através da capacidade de discernimento e da educação para uma autonomia moral. Trata-se, pois, de um caminho que oferece ferramentas aos alunos para olharem a realidade e sobre ela agir de forma consciente e responsável.

¹¹⁷ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 154.

¹¹⁸ Secretariado Nacional da Educação Cristã, 155.

¹¹⁹ Cf. Paulo Malícia, «A Bíblia na prática educativa», *Pastoral Catequética* 8 (2007): 67.

¹²⁰ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 20.

Assim, dada a relevância para a metodologia da disciplina, é feita uma referência ao recurso dos textos bíblicos e os documentos da tradição e do magistério, recomendando que estes devam ser estudados em profundidade. Em cada UL, o professor deverá escolher pelo menos um documento dos supracitados, trabalhando-o de modo afinado. Sem esta componente, as aulas de EMRC não cumprirão a sua verdadeira missão.

Continuámos com a análise das passagens bíblicas, no entanto, primeiramente, foi explicado aos alunos que lavar os pés aos convidados era sinal de hospitalidade nas civilizações antigas e que este ritual era feito pelos escravos. Uma aluna leu a passagem bíblica (Jo, 3-7.13-15), por meio da Bíblia, e os restantes colegas leram em jogral com ela através de fotocópias.

Seguidamente, foi projetada a leitura feita, sendo apresentada numa tabela com duas colunas. Na coluna da esquerda, estava a passagem escrita com várias cores e, na da direita, estava a explicação de cada fragmento da passagem na mesma cor que esta. Ou seja, foi criado um sistema de cores iguais entre a passagem e a sua explicação. Esta foi analisada em turma com muita calma e participação dos alunos, tendo sido estudados, detalhadamente, todos os seus versículos. Foi dado particular destaque ao ato que Jesus teve de atar a toalha à cintura, que foi demonstrado no fim da lição, quando um aluno trajou uma alva e atou a cintura com um lençol, o motivo pelo qual se usava os rins cingidos e foi analisado o simbolismo de estar ao serviço e a magnitude deste gesto.

De modo a tornar «palpável» a magnitude deste amor incondicional, de quem está sempre ao serviço e é capaz de se humilhar, amando e servindo sem limites, comparou-se a relação de Jesus com os seres humanos à relação de uma mãe com um filho. Do mesmo modo que Jesus, ao amar-nos incondicionalmente, é fiel à relação *Abbatice* que tem com Deus, e que faz parte constitutiva do Seu ser,¹²¹ a relação de uma mãe para com um filho é parte inerente da sua essência. Não foi feita uma comparação com a relação paternal, porque alguns alunos não possuem contato regular com os pais.

Depois desta alusão à figura materna, os alunos foram desafiados a pensar numa indumentária, que nos tempos hodiernos, poderia simbolizar o ato de «estar ao serviço». Com apoio e reforçando a alusão à mãe, chegaram à conclusão que poderia ser um avental. Procurei, então, traçar uma analogia entre toalha/avental e mãe/Jesus.

Apesar de todos gostarmos de ser servidos, nos dias de hoje continuam a existir pessoas que, no silêncio, nos servem diariamente com os seus rins cingidos. Pensemos nas nossas mães que, com um avental amarrado à cintura, fazem de tudo para nos agradar, sendo, na maior parte das vezes, as últimas a saborear a comida e a sentarem-se na mesa. Há pessoas que tudo fazem,

¹²¹ Cf. Juan Ambrosio, «A “marca” da ressurreição de Jesus na História da Humanidade», *Didaskalia* 2 (2008): 279.

sem reclamar ou exigir, porque o fazem como uma prova de amor. Existem vários exemplos que poderiam ser dados, mas foquei-me na mãe.¹²²

Jesus, com o gesto de cingir os rins, dá um exemplo de humildade, mostrando que ninguém é melhor que ninguém e que nem a autoridade dos nossos cargos nos dá direito de nos afastarmos das pessoas mais simples. A toalha que cinge os rins ou o avental não deixam de ser um símbolo do ministério, cuja espiritualidade deve ser colocada em prática, diariamente, através dos serviços a que somos chamados. A espiritualidade do avental, diz respeito a todas as esferas da nossa vida e alude a «estar ao serviço» numa proximidade característica de quem está atento e pronto a estender a mão.¹²³

Prosseguiu-se com a leitura em jogral dos relatos da Última Ceia (Mc 14,17-20.22-24) e respetiva reflexão. O procedimento de análise neste caso foi mais genérico do que na passagem do Lava-Pés. Esta opção deveu-se ao facto de considerar que este último excerto da Sagrada Escritura facilita a compreensão de toda a UL «Partilha do Pão»; devido a questões temporais; e, finalmente, à opção consciente de aprofundar detalhadamente apenas uma passagem. Note-se que tal não significa que o relato da Última Ceia não tenha sido explorado, mas não o foi de modo tão aprofundado.

Foi lançado um «desafio para casa» e explicado que este seria fundamental para que todos tivessem um avental personalizado e único, igual ao que foi mostrado quando foi feita a analogia entre a toalha e o avental.

¹²² Patrício Sciadini, *A espiritualidade do avental* (São Paulo: Edições Loyola, 2007), Capítulo VIII.

¹²³ Sciadini, Capítulo VIII.

Planificação da aula do dia 18/11/2021

Nível: 6.º ano

UL 3 – «A Partilha do Pão»

Lição n.º 10 (7 da UL)

18/11/2021

Aprendizagens essenciais: Descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si.

Sumário: Leitura e análise de uma passagem bíblica. Visualização e discussão de um vídeo sobre «dar-se a si mesmo». Revisão do trabalho de casa.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ¹²⁴ 	
J. Descobrir a simbólica cristã.			Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor e folha dos sumários;	10'	- Assiduidade - Pontualidade	Comportamento e empenho
	6. Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si.	• A diversidade de carismas no serviço: 1 Cor 12, 4-7.	Leitura e exploração em turma da passagem bíblica; Brainstorming sobre o que são dons ;	Bíblia, avental com a passagem bíblica, computador, projetor;	10'	- Atenção - Participação	
		• Ser pão para os outros.	Visualização e discussão em grande grupo de um vídeo ¹²⁵ sobre «dar-se a si mesmo e o amor partilhado com os mais necessitados»; Discussão em turma sobre a forma como podemos contribuir para mudar o mundo ; Análise individual , com cada aluno, das respostas ao TPC enviado sobre os dons ou acompanhamento dos alunos que não efetuaram o TPC na realização da tarefa ; ¹²⁶	Vídeo, computador, projetor, colunas, ficha de TPC;	20'	- Atenção - Participação	
			Síntese da aula e entrega das peças do puzzle. ¹²⁷	Computador, projetor e folha dos sumários.	5'	- Participação	

SÍNTESE: Existem vários talentos e todos eles são necessários no serviço. Ser pão para os outros é dar-se a si mesmo.

¹²⁴ Observação direta registada em grelha própria que constará dos anexos desta aula.

¹²⁵ O vídeo é da autoria do Secretariado Nacional da Educação Cristã.

¹²⁶ Os alunos que não realizaram o TPC irão responder às questões na sala de aula.

¹²⁷ Serão entregues algumas peças de um puzzle que irá sintetizar, quando estiver completo, a UL em estudo.

Relatório da aula do dia 18/11/2021

A lição iniciou-se com o acolhimento, registo do sumário e revisão dos conteúdos lecionados na semana transata. Apesar de terem sido analisadas duas passagens bíblicas na aula passada, os alunos conseguiram entendê-las de forma exímia.

A passagem bíblica sobre a diversidade de carismas foi lida, por uma aluna, por meio da Bíblia e os restantes discentes acompanharam-na através da projeção da mesma. A leitura foi explorada em turma e, seguidamente, realizou-se um *brainstorming* sobre a palavra «dons». Os alunos foram convidados a refletir sobre este vocábulo, tendo entendido que o mesmo alude a capacidades que recebemos gratuitamente de Deus e que devemos colocar ao serviço dos outros e do bem-comum.

Procedeu-se à visualização e discussão em turma de um vídeo, da autoria do Secretariado Nacional de Educação Cristã, sobre «dar-se a si mesmo e o amor partilhado com os mais necessitados». Discutir em turma o vídeo não foi difícil, pois este foi extremamente interessante, motivador e demonstrava que todos temos dons para colocar ao serviço dos outros, contribuindo para o bem-comum. Este conceito foi previamente explorado aquando do supramencionado *brainstorming*.

Seguidamente, discutimos, em grande grupo, como poderiam os alunos contribuir para mudar o mundo. Os discentes demonstraram alguma dificuldade em entender como poderiam realizar esta «proeza», mas exemplifiquei com alguns casos concretos. Foi desconstruída com os discentes, a ideia que, para contribuímos para «mudar o mundo» não temos que fazer necessariamente grandes feitos. Se eu mudar o mundo de uma pessoa próxima de mim já terei dado o meu contributo. Sensibilizei os alunos para a realidade de que, se todos pensassem assim, o mundo seria um lugar muito melhor.

As docentes estagiárias deram início à análise individual, com cada aluno, das respostas ao «desafio para casa» sobre os dons. Ressalve-se que três alunos não realizaram a tarefa em casa, mas fizeram-na neste período temporal da aula.

Os alunos conseguiram, na sua maioria, identificar o seu dom, mas tiveram dificuldade em perceber de que forma este dom poderia ajudar a mudar o mundo. Através de diálogo e de uma análise cuidadosa de cada um dos casos todos conseguiram concluir a tarefa.

Planificação da aula do dia 25/11/2021
UL 3 – «A Partilha do Pão»

Nível: 6.º ano

Lição n.º 11 (8 da UL)

25/11/2021

Aprendizagens essenciais: Descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si.

Sumário: Apresentação, realizada pelos alunos, do seu dom. Reflexão sobre o potencial destes dons.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ¹²⁸ 	Comportamento e empenho
J. Descobrir a simbólica cristã.			Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados nas duas aulas anteriores; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor e folha dos sumários;	10'	- Assiduidade - Pontualidade	
	6. Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si.	- A diversidade de carismas no serviço: 1 Cor 12, 4-7; - Ser pão para os outros.	Entrega dos aventais¹²⁹ personalizados que desafiam os alunos a estar ao serviço ; Apresentação individual do dom e da forma como este irá contribuir para mudar o mundo ; ¹³⁰ Reflexão em turma sobre estar ao serviço, sendo pão para os outros ; Síntese da aula e entrega de duas peças do puzzle. ¹³²	Avental com passagens bíblicas, códigos QR com os dons, computador, projetor e telemóvel, cartões de apresentação; ¹³¹	30'	- Atenção - Participação	
				Computador, projetor e folha dos sumários.	5'	- Participação	

SÍNTESE: Eu tenho um dom – (cada aluno coloca o seu) - e posso usá-lo para tornar o mundo melhor.

¹²⁸ Observação direta registada em grelha própria que constará nos anexos desta aula.

¹²⁹ No avental consta as três passagens bíblicas exploradas nas aulas: Lava- Pés (Jo13, 3-7.13-15), Última Ceia (Mc 14, 17-20 . 22-24) e a diversidade dos carismas no serviço (1 Cor 12, 4-7). Na Lição 9 (6 da UL) foi explanada a passagem bíblica do Lava-Pés e a origem deste costume na tradição judaica, tendo um dos alunos trajado as vestes típicas da época de Jesus, cingindo os rins com uma toalha. Realizou-se, ainda, duas analogias: uma entre o uso da toalha para cingir os rins, como gesto de «colocar-se ao serviço», e o atual recurso ao avental; e outra entre o amor de Jesus revelado na sua entrega, visível nos relatos da Última Ceia, por cada um de nós e o amor maternal nutrido pelos filhos.

Na Lição 10 (7 da UL), os alunos analisaram a passagem bíblica alusiva aos dons e foram convidados a refletir sobre um dos seus dons e de que modo este poderia contribuir para mudar o mundo. A entrega do avental, na presente aula, será uma forma de responsabilizar e incentivar os alunos a «estarem ao serviço», sensibilizando-os para o seu potencial de contribuir com os seus dons para mudarem o mundo, conscientes que a soma de pequenos «gestos de entrega» se transforma em grandes feitos.

¹³⁰ Os alunos na semana anterior responderam, alguns em casa outros na escola, a duas questões: «Qual o teu principal/maior dom? De que forma este dom te ajudará a mudar o (teu) mundo?». Com a ajuda da colega de estágio analisei as respostas e tentei refletir com eles sobre a resposta à segunda pergunta de modo a que os alunos entendessem que os pequenos gestos têm impacto real na vida das pessoas, da família e dos seus membros.

¹³¹ Serão usados se o computador/telemóvel não funcionarem com destreza.

¹³² Serão entregues duas peças de um puzzle que irá sintetizar, quando estiver completo, a UL em estudo.

Relatório da aula do dia 25/11/2021¹³³

Através da revisão inicial de conteúdos, os alunos demonstraram ter entendido a mensagem que Jesus nos deixou com o Lava-Pés; a analogia entre o amor maternal e o de Jesus, entre a toalha e o avental; e compreenderam também o significado dos dons.

Iniciou-se a entrega dos aventais, nos quais constavam as três passagens bíblicas exploradas nas aulas: Lava- Pés (Jo13, 3-7.13-15), Última Ceia (Mc 14, 17-20 . 22-24) e a diversidade dos carismas no serviço (1 Cor 12, 4-7). No centro do avental, havia ainda um *QR Code* personalizado para cada discente.

Os códigos foram criados online num site gratuito,¹³⁴ tendo sido colocado no seu centro a imagem do *puzzle*, sobre a UL «A Partilha do Pão», que será construído pelos alunos com as peças que lhes são semanalmente entregues.

Ao usar o *QR Code* no processo de ensino-aprendizagem, é feita a introdução de uma novidade digital que potencia uma nova dinâmica e contribui para a motivação dos alunos. Os *QR Code* que se empregam no âmbito educativo encaixam nos princípios do *mobile learning*, isto é, da integração de tecnologias móveis num contexto académico, possibilitando a publicação instantânea de conteúdos; a ligação imediata do mundo real ao virtual; a organização automática e veloz da informação.¹³⁵

A associação dos dons ao *QR Code*, também teve como intenção fazer com que os alunos entendessem que a descoberta destes pode parecer difícil e tão impercetível como um *QR Code*, desprovido de um *scanner* que providencie a sua leitura.

Mais do que descobrir os dons, que foram relativamente semelhantes entre os alunos, esta atividade procurou sensibilizá-los para o potencial que cada um deles tem para contribuir para a mudança do mundo e/ou da vida das pessoas com que se relacionam diariamente. A entrega do avental, na presente aula, foi uma forma de responsabilizar e incentivar os alunos a «estarem ao serviço», sensibilizando-os para o seu potencial de contribuir com os seus dons para mudarem o mundo, conscientes que a soma de pequenos «gestos de entrega» se transforma em grandes feitos.

¹³³ A presente aula foi assistida pelo Professor Juan Ambrosio que afirmou que a planificação apresentada estava excelente. Referiu vários aspetos positivos, nomeadamente: revisão da lição anterior e a parte final da aula, entrega de um avental a cada aluno, resposta da docente a reações mais emotivas, esclarecimento de questões que foram surgindo, adaptação dos conteúdos a uma linguagem que se adequa a crentes e não crentes e o uso do *puzzle*. Referiu como aspetos menos positivos o facto de a docente não ter aproveitado na totalidade as propostas para a realização da síntese e sugeriu que poderiam estar impressos nos aventais os nomes dos alunos e não apenas nos conteúdos do código QR.

¹³⁴ «Flowcode», acedido a 18 de Novembro de 2022, <https://www.flowcode.com/codes>.

¹³⁵ Cf. Liliana de Sousa Vieira e Clara Pereira Coutinho, «Mobile learning: perspetivando o potencial dos códigos QR na educação», em *Artigo em ata de conferência* (Minho: Universidade do Minho. Centro de Competência do Projecto Nónio Século XXI, 2013), 77–78, <https://hdl.handle.net/1822/25450>.

Cada aluno foi chamado a vir junto à secretária da professora já com o seu avental vestido. Foi entregue o *QR Code*, lido por um *scanner* próprio para o efeito, e projetado o resultado dessa leitura para toda a turma visualizar. A partir desta projeção, cada aluno fez a sua apresentação, dizendo qual era o seu dom e de que maneira este poderia contribuir para mudar o mundo. O envolvimento e cooperação dos alunos foi visível, quer na forma como participaram, quer na atenção que deram às intervenções de todos os colegas. Ao longo da aula, alguns alunos manifestaram particular comoção ao partilharem o momento das suas vidas que lhes permitiu descobrir o seu dom. Em alguns casos, apesar da tenra idade, foi surpreendente a reflexão profunda feita pelos alunos. Nesta situação, procurei consolá-los, respeitando a sua vontade, ou ausência dela, de continuar a falar.

Ao longo desta dinâmica, foram esclarecidas várias questões relacionadas com os dons, nomeadamente, da sua gratuidade e dos seus contributos para o bem-comum.

Depois de todas as apresentações, foi feita, em turma, uma sistematização de conteúdos em jeito de reflexão sobre estarmos ao serviço dos outros, usando os nossos dons. Os alunos perceberam de forma exímia que a «Partilha do Pão» que a UL falava era mais do que a partilha de bens materiais, mas, acima de tudo, a «partilha de si mesmo». Os discentes concluíram que, só usando os nossos dons, isto é, aquilo que de melhor nós somos e temos, poderemos deixar a nossa marca no (nosso) mundo.

Foi feita a síntese com aquilo que conseguimos ouvir do apoio dos alunos, que demonstraram ter alcançado o que almejávamos transmitir nesta lição.

A aula foi agitada, pois todos os discentes participaram ativamente nela, no entanto, foi bem conseguida, porque foi um produto preparado nas lições anteriores: desde a análise aprofundada dos relatos bíblicos, à realização individual de uma reflexão sobre os seus dons, bem como ao compromisso de contribuir para a mudança do mundo.

Planificação da aula do dia 02/12/2021
UL 3 – «A Partilha do Pão»

Nível: 6.º ano

Lição n.º 12 (9 da UL)

02/12/2021

Aprendizagens essenciais: Reconhecer a atitude do voluntariado e o valor da solidariedade.

Sumário: Diálogo acerca da visita de estudo ao Banco Alimentar. A Comunidade Vida e Paz: atividade e testemunho de uma voluntária.

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ¹³⁶ 	
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.			Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior; PowerPoint «condutor» da aula;	Computador, projetor, PowerPoint e folha dos sumários;	5'	- Assiduidade - Pontualidade	Comportamento e empenho
	7. Valorizar a atitude de voluntariado.	• Banco Alimentar	Diálogo em turma sobre a Visita de Estudo ao Banco Alimentar ; ¹³⁷	Computador, projetor, Fotos da visita de estudo e PowerPoint ;	5'	- Atenção - Participação	
		• Comunidade Vida e Paz	Foto-Palavra sobre a situação das pessoas em condição de sem-abrigo ; ¹³⁸ Diálogo em turma a partir das questões feitas pelos alunos ; ¹³⁹ Testemunho pessoal sobre ser voluntário na Comunidade Vida e Paz; ¹⁴⁰	Cachecol, colete da Comunidade Vida e Paz e PowerPoint ;	30'	- Atenção - Participação	
			Síntese da aula e entrega de uma peça do puzzle. ¹⁴¹	Computador, peça do <i>puzzle</i> , projetor e folha dos sumários.	5'	- Participação	

SÍNTESE: O Banco Alimentar e a Comunidade Vida e Paz são instituições que promovem o bem-comum e o cuidado do outro.

¹³⁶ Observação direta registada em grelha própria que constará nos anexos desta aula;

¹³⁷ Os alunos serão convidados a partilhar a sua experiência, contando o que mais gostaram e o que mais os impressionou na visita de estudo ao Banco Alimentar à convidada da aula que também é voluntária nesta instituição. No dia da Visita de Estudo foi distribuído um pequeno questionário, com três questões, para avaliar se esta tinha cumprido o seu propósito e que melhorias os alunos sugeriam para uma próxima Visita de Estudo ao Banco Alimentar. Este questionário será, propositadamente, recolhido apenas nesta aula para que os discentes possam rever as suas respostas antes deste momento de partilha.

¹³⁸ Os alunos serão convidados, por uma voluntária da Comunidade Vida e Paz que se deslocou de Lisboa à ilha de São Miguel, a partilharem a palavra ou expressão que lhes ocorra ao visualizarem duas fotografias reais, com pessoas em situação de sem-abrigo.

¹³⁹ Antecipadamente, os alunos visualizaram um vídeo sobre as Equipas de Rua, da Comunidade Vida e Paz, e foram desafiados a fazer perguntas à voluntária da instituição.

¹⁴⁰ O testemunho será introduzido através de um cachecol, oferecido à voluntária por uma pessoa sem-abrigo, e por fotografias dessa mesma pessoa que já apareceu no vídeo sobre as Equipas de Rua.

¹⁴¹ Será entregue uma peça de um puzzle que irá sintetizar, agora completo, a UL em estudo.

Relatório da aula do dia 02/12/2021

A lição teve o seu começo com o acolhimento, a apresentação da convidada, o registo do sumário e as revisões dos conteúdos lecionados na lição transata.

Contámos com a presença da convidada Sandra Santos, que se deslocou de Lisboa até à ilha do arcanjo, para dar o seu testemunho como voluntária da Comunidade Vida e Paz. Ressalve-se que a convidada contextualizou o voluntariado no âmbito dos conteúdos letivos que tinham sido lecionados nesta UL.

Tal como foi refletido, na lição do dia onze de novembro, o primeiro tempo do método preconizado pela disciplina de EMRC, a experiência humana, é fulcral para enquadrar a reflexão e a dimensão religiosa. A vinda da convidada possibilitou que os alunos percebessem, através do seu testemunho, que o religioso não está desligado da realidade humana.

Convicta do potencial do «testemunho» na evangelização, apesar desta não ser uma finalidade da disciplina de EMRC, optámos por esta estratégia ao invés de explorar «apenas» teoricamente a organização explanada nesta aula. Apesar da nossa disciplina não ter o propósito de conduzir à fé, esta ajuda a descobrir as palavras que nos fazem pensar a fé. É nossa responsabilidade dotar os alunos com as linguagens através das quais se diz a fé. Se os alunos não têm fé, deveríamos fazer o itinerário da dignidade humana e da antropologia. E este trajeto é perfeitamente compatível com o testemunho dado pela Sandra, que, através de casos de fragilidade humana e de atentados contra a dignidade da vida humana, deu o seu testemunho de crente que intervém de modo a melhorar a qualidade de vida destas pessoas que são, muitas vezes, marginalizadas pela sociedade.

A Sandra trajou, desde o começo da aula, o colete usado pela Comunidade Vida e Paz nas rondas noturnas. A escolha desta organização, que se rege pelos princípios da Doutrina Social da Igreja Católica, prendeu-se com o facto de ser a única, recomendada no programa de EMRC, não existente nos Açores.

Como forma de potenciar uma maior descontração e abertura por parte dos alunos junto da convidada, estes foram desafiados a partilhar a experiência de voluntariado que tiveram, na Visita de Estudo, ao Banco Alimentar Contra a Fome. Este espaço foi dinâmico, interessante e extremamente motivador para os alunos

Posteriormente, foi feita a visualização de um vídeo editado pela convidada sobre o trabalho da Comunidade Vida e Paz, no qual a convidada foi a principal entrevistada. O vídeo mostra a rotina das saídas noturnas, as suas logísticas e o testemunho de um sem-abrigo, cuja história de vida foi explorada na presente aula. Os alunos comentaram o vídeo, colocaram questões e partilharam, acima de tudo, a sua comoção.

Seguidamente, foi feita a dinâmica intitulada «foto-palavra», tendo sido projetadas imagens muito interpelantes sobre o sem abrigo que foi entrevistado no supracitado vídeo. Através destas imagens, os alunos foram partilhando as suas opiniões, e dúvidas ao mesmo tempo que a voluntária contava a história do senhor em questão.

Neste momento clarificámos a diferença entre sem-abrigo e pedinte de esmola. Tal deveu-se ao facto de, culturalmente, em São Miguel, termos nas ruas poucas pessoas sem-abrigo, isto é, não é habitual ver nas ruas pessoas a pernoitarem. É, sim, comum vermos pessoas que pedem esmola durante o dia e que à noite se recolhem em instituições sociais. Foi feita esta distinção de conceitos e explicado que, em Lisboa, centenas de pessoas dormem por baixo de pontes, abrigadas em entradas de prédios, em paragens de autocarros e noutros sítios que não proporcionam o mínimo de condições.

Retomada a palavra por parte da voluntária, os alunos foram desafiados a partilhar dúvidas com base naquilo que tinham ouvido e visto no vídeo que foi visualizado. Como forma de sistematizar os conteúdos e as experiências partilhadas, foi aberto um último momento da aula em que, através de um cachecol, oferecido a esta pelo sem-abrigo cuja história de vida foi falada e visualizada no vídeo, partilhou as principais marcas que o voluntariado tem deixado na sua vida e as conquistas alcançadas por aqueles que acompanha nas rondas noturnas.

A lição terminou com a realização da síntese e entrega de uma peça que finalizou o *puzzle* que sintetizava a UL «A Partilha do Pão». Os alunos que tinham consigo a bolsa cedida com todas as peças do *puzzle* manifestaram imediatamente interesse em montá-lo, sendo que alguns o fizeram no final da aula. Foi claro o entusiasmo aquando da sua montagem e análise depois de montado, a consciencialização e recordação de todos os conteúdos e experiências vividas ao longo da UL fez com que os alunos se sentissem motivados e alegres. Este momento deveria ter sido feito em termos formais, ou seja, teria sido pertinente ter tirado uma parte da aula para que todos os alunos construíssem o seu *puzzle* na sala.

Planificação da aula do dia 09/12/2021

UL 3 – «A Partilha do Pão»

Lição n.º 13 (10 da UL)

09/12/2021

Nível: 6.º ano

Aprendizagens essenciais: Identificar situações de fragilidade e ameaça à justa distribuição de bens. Compreender a dimensão simbólica da refeição. Explicar o significado dos relatos da Última Ceia. Caracterizar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome. Descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si. Reconhecer a atitude do voluntariado e o valor da solidariedade. **Sumário:** Realização, com consulta, de uma ficha sumativa. Recolha de dados para a «caracterização da turma».

METAS 	OBJETIVOS 	CONTEÚDOS 	ESTRATÉGIAS 	MATERIAIS 		AVALIAÇÃO FORMATIVA ¹⁴² 	Comportamento e empenho
			Acolhimento; Sumário; Revisão dos conteúdos lecionados na UL, ¹⁴³	Quadro, giz, folha dos sumários, projetor computador, panfletos-resumo da UL;	5'	- Assiduidade - Pontualidade - Participação	
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	1. Descobrir a dimensão simbólica da refeição.	*144	Ficha de Avaliação , realizada com consulta, sobre os conteúdos lecionados;	Computador, projetor, panfletos-resumo da UL, fichas de avaliação sumativa;	20'	- Atenção	
	2. Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens.						
	3. Identificar instituições (inter)nacionais vocacionadas para a eliminação da fome.						
	4. Reconhecer o valor da solidariedade.						
J. Descobrir a simbólica cristã.	5.Reconhecer que os relatos da Última Ceia o seu significado essencial para a mensagem cristã.						
	6. Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si.						
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.	7. Valorizar a atitude de voluntariado.						
			Aplicação do questionário de caracterização da turma;	Computador, projetor, questionário de caracterização;	15'	- Atenção	
			Síntese da aula.	Quadro, giz e folha dos sumários.	5'	- Atenção - Participação	

SÍNTESE: Ao colocar os meus dons ao serviço dos outros eu torno-me pão. Dando-me a mim mesmo eu contribuo para construir um mundo melhor e mais justo.

¹⁴² Observação direta registada em grelha própria que constará nos anexos desta aula;

¹⁴³ Será feita através da leitura e discussão em turma de um panfleto, distribuído aos alunos no começo da aula, que resume os conteúdos lecionados na UL «A Partilha do Pão». Esta síntese poderá ser consultada ao longo da realização da ficha sumativa;

¹⁴⁴ Nesta aula não serão dados conteúdos, mas iremos averiguar se a aprendizagem dos conteúdos e os objetivos propostos nesta UL foram alcançados.

Relatório da aula do dia 09/12/2021

Iniciámos a aula com o acolhimento, realização do sumário e a revisão dos conteúdos. Foi feita em turma a exploração e discussão de um panfleto que foi criado com o objetivo de resumir todos os conteúdos da UL «A Partilha do Pão». Após a exploração deste panfleto, dado que não foram levantadas dúvidas, foi distribuída a ficha de avaliação sumativa. Para a realização desta ficha, os discentes puderam consultar o resumo previamente distribuído e analisado.

A avaliação sumativa permite quantificar a aprendizagem, classificando-a através de uma nota, isto é, de um resultado numérico que a posiciona numa escala, que oscila de 0 a 100.¹⁴⁵ Independentemente da forma que a avaliação assuma, esta faz parte do processo pedagógico e exige uma definição objetiva do que se deseja avaliar.¹⁴⁶

Neste âmbito, foram definidos como objetivos, do elemento de avaliação aplicado nesta lição, os sete tópicos propostos para a UL «A Partilha do Pão».¹⁴⁷ Cada um destes abarcava vários conteúdos que foram avaliados a partir de questões. Um teste é uma ferramenta relevante para recolher dados acerca da aprendizagem numa determinada UL, sendo fulcral que reflita a aprendizagem efetivamente realizada e que inclua perguntas acerca dos conteúdos relevantes. Não deverá incluir tudo o que foi ensinado¹⁴⁸ e o número de questões por objetivos deverá refletir a importância dada ao mesmo no processo de ensino-aprendizagem.¹⁴⁹

Ressalve-se que foram criadas duas versões da ficha de avaliação sumativa: uma adaptada ao aluno com necessidades educativas especiais, de acordo com o seu Plano Educativo Individual, e outra versão para a restante turma.

Foram concebidas uma grelha de correção para o teste aplicado e uma matriz da ficha de consolidação, nas quais constam as metas, os objetivos, os conteúdos, as tipologias das questões, os números das perguntas e as respetivas cotações.¹⁵⁰

Foi realizada a síntese, e aplicado o questionário de caracterização da turma.

¹⁴⁵ Cf. Silva e Lopes, *Eu, Professor, Pergunto 1*, 13.

¹⁴⁶ Cf. Cristina Sá Carvalho, «Metas educativas e avaliação pedagógica», *Pastoral Catequética* 8 (2007): 160.

¹⁴⁷ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 68.

¹⁴⁸ Cf. Silva e Lopes, *Eu, Professor, Pergunto 1*, 164.

¹⁴⁹ Cf. Silva e Lopes, 165.

¹⁵⁰ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 3 Lecionação das Unidades Letivas de referência, 193-201 e 211.

1.5. Conclusão: Análise Crítica da UL

A UL «A Partilha do Pão», de um modo geral, está bem construída, apresentando conteúdos coerentes com os seus objetivos. As suas metas, objetivos e conteúdos possibilitam que os alunos entendam que a partilha vai muito para além dos bens materiais, passando, essencialmente, pela doação de si mesmo através dos seus dons. É uma UL que, baseada no exemplo de serviço e entrega de Jesus e de instituições (inter)nacionais, interpela os alunos para o serviço ao outro.

Os discentes da turma em que se realizou a PES encontravam-se no começo do estágio de Piaget das operações formais,¹⁵¹ logo, os objetivos e conteúdos desta UL permitiram que estes exercitassem o seu pensamento abstrato, a sua capacidade de formular hipóteses e deduzir consequências. Todos os objetivos desta UL, exceto o 1 «Descobrir a dimensão simbólica da refeição», promoveram a capacidade de os alunos refletirem sobre situações mundiais de injustiça social, equacionando que a mudança de determinados fatores poderia promover a sua manutenção ou ter consequências positivas para os que são vítimas das ditas injustiças. Os referidos objetivos potenciaram uma reflexão abstrata, pois basearam-se em situações reais, que os alunos conhecem do seu quotidiano, e que serviram de catapulta para que estes equacionassem a influência de determinadas mudanças de comportamentos em contextos sociais.

Todavia, os conteúdos do Objetivo 1 que se referem à explicitação do significado simbólico-religioso de determinados alimentos podem ser demasiado exaustivos, porque, em primeiro lugar, os alunos possuem uma, ainda, parca capacidade de pensar de forma abstrata e porque, para perceber aprofundadamente estes simbolismos, é necessário ter um bom conhecimento de determinadas passagens bíblicas.

Se o propósito fosse que os alunos memorizassem os ditos significados, a tarefa seria fácil, mas se a intenção for promover aprendizagens significativas teremos que desconstruir várias passagens bíblicas. Pensemos no exemplo do pão, que exige que se aborde com os alunos a passagem da libertação dos escravos do deserto e, consequentemente, para que a percebam em profundidade, que se fale da aliança que Deus estabeleceu com Abraão. Só nesta perspetiva de profundidade os alunos poderão entender a compaixão de Deus para com o seu povo.

A UL em questão e os restantes objetivos que a compõem (2 a 7) ganhariam se fosse revista à luz da LS, publicada após a última revisão do programa de EMRC em 2014. Parece-nos impossível analisar as temáticas da UL «A Partilha do Pão», depois da publicação da LS,

¹⁵¹ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionada, Separador 3 -Lecionação das Unidades Letivas de Referência, p. 9-14.

sem a chave de leitura socioambiental que esta nos traz. A encíclica verde, potencia o aprofundamento de temáticas que a própria UL analisa, apesar de ser anterior à LS, referente a questões antropológicas, mas também ambientais que conduzem à injusta distribuição de bens.

Se analisarmos as páginas do programa de EMRC referente ao sexto ano de escolaridade, à primeira vista esta leitura ambiental não é evidente. No entanto, o manual da disciplina alerta para a escassez da água, enquanto recurso vital para as gerações vindouras;¹⁵² sinaliza a galopante desflorestação e desertificação, fruto da ação humana, como processos que afetam a população mundial. Mais ainda, a causa apontada para estes desequilíbrios ambientais é idêntica à causa indicada pela encíclica ambiental: a ambição desmedida do ser humano.¹⁵³

Neste seguimento, ao entrarmos no processo didático da UL «A Partilha do Pão», proposto pelo manual, é inevitável conjugarmos as carestias que conduzem à partilha com os desequilíbrios causados na «casa comum».

Foi aqui que assumimos adotar a LS – documento que veio conferir o fundamento hermenêutico necessário ao relatório em apreço. Esta encíclica permitiu-nos alargar o âmbito da UL em análise, atendendo ao facto de a sua originalidade interpretativa se encontrar na capacidade de relacionar os elementos da obra da criação. Este processo relacional sinaliza que as razões para a carestia que grassa em incontáveis paragens do mundo se devem fundamentalmente à falta de sentido fraterno para com a criação.

Neste contexto, cada um dos objetivos desta UL será alvo de uma reflexão e, conseqüente, sugestão de modificação, de acordo com a reflexão antropológica proposta na encíclica verde, apresentada no ponto 3.6. do presente relatório. Tal implicará a criação de novos objetivos que potenciem o reconhecimento da conexão entre os problemas ambientais e sociais e a necessidade de soluções que foquem estas duas dimensões.

Seguidamente, analisaremos a reflexão antropológica que o Papa Francisco nos apresenta na LS, na qual o ser humano deixa de ser o centro de todas as criaturas, desde as microscópicas até às macroscópicas, sem, no entanto, perder o seu papel fundamental. As pessoas passam a ter o papel de cuidador, enquanto imagem e semelhança de Deus, e são convidadas a participar ativamente da criação.

¹⁵² Cf. Eliseu Urbano, Mónica Pires, e Sérgio Martins, *Estou contigo* (Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 93.

¹⁵³ Cf. Urbano, Pires, e Martins, 102.

CAPÍTULO II

UMA NOVA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SUSCITADA PELA CATEGORIA DE «CASA COMUM»

2.1. *Laudato Si'*: chave para uma reflexão antropológica

São Francisco de Assis é adotado pelo santo Padre, na LS, como modelo inspirador que poderá ajudar a resolver o desafio ecológico contemporâneo. Se atentarmos nas primeiras páginas da LS, no número 10, vemos que o Santo de Assis teve a intuição mística de entender a criação como uma extensão da bondade do Criador, vislumbrando no belo que a caracteriza a linguagem mais sublime da providência criadora (LS 12). O reconhecimento da presença de Deus na natureza – visível no seu horto –, deu-lhe a percepção teologal de que a natureza é o grande livro de Deus.

Esta conversão, ao nível da relação ambiental, convida o ser humano a ser um cuidador da «casa comum», dando azo a um novo paradigma de respeitabilidade para com a obra criada. O ser humano é visto como parceiro do Criador, sendo colocado na posição de cocriador.¹⁵⁴

A LS, na sequência do que estamos a dizer, está vaporizada de fragrâncias franciscanas que atravessam os duzentos e quarenta e seis pontos da encíclica ambiental. Nesta conformidade, trata-se de um documento «duro, mas objetivo»,¹⁵⁵ que analisa a realidade dos problemas ecológicos de um modo aprofundado e inovador, bem patente, por exemplo, na abertura do Papa às muitas achegas que a ciência lhe transmitiu.

O que não quer dizer que a espiritualidade não possa também clarear a reflexão sobre a grave situação ambiental do planeta, designado nesta encíclica de «casa comum». É precisamente esta a intenção da LS, isto é, contribuir para a construção de um mundo «mais humano, justo e fraterno, tal como Deus o sonhou».¹⁵⁶ Para além disso, este documento constitui um relevante «contributo para os ensinamentos sociais da Igreja», devendo ser visto como parte integrante da DSI.¹⁵⁷ Ora se a LS, pela voz de Francisco, se enquadra neste documento fulcral da Igreja, podemos, então, compreender, agora, mais claramente que há a proposta clara para

¹⁵⁴ Cf. Odirlei Lovo e Mário Sanches, «Um olhar renovado sobre o chamado divino a ‘cuidar e cultivar’: a questão da essência administrativa», *Research, Society and Development* 11, n. 11 (2022): 2, <https://doi.org/DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33724>; Cf. José Faus, *Proyecto de hermano. Visión creyente del hombre* (Santander: Editorial Sal Terrae, 1987), 79.

¹⁵⁵ Carlos Petrini, «Rumo a um novo Humanismo», em *Chaves de leitura para o aprofundamento e aplicação da Encíclica Louvado Sejas do Papa Francisco* (São Paulo: Paulinas, 2015), 11.

¹⁵⁶ Enrique Clemente, *La ecología del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2016), Prólogo, XIII.

¹⁵⁷ Cardeal Luis Tagle, «Conferência de abertura do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal Luis Antonio Tagle», em *As coisas podem mudar. Conferências de abertura e de encerramento do ano Laudato si'* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022), 8.

um novo enquadramento antropológico, no seio já não de uma intervenção apenas social, mas de uma intervenção socioambiental.

O diagnóstico assertivo e as interpelantes soluções que na LS são propostas fizeram deste documento um marco mediático e um «acontecimento ecológico».¹⁵⁸ «Há um antes e um depois da *Laudato Si*, no sentido em que ela constitui uma inovadora síntese da teologia católica à problemática ecológica».¹⁵⁹ Contudo, não deixa de ser notável que o Papa não se tenha esquecido dos seus antecessores, no respeitante às preocupações ambientais que manifestaram nos seus pontificados. Neste contexto, São João Paulo II, em 2001, (LS 5) já apelava a uma conversão ecológica e a uma ecologia humana; Bento XVI, em 2007, (LS 6) apelava ao surgimento de modelos de crescimento que respeitassem o meio ambiente. Francisco não chama a si a exclusividade das questões ambientais, embora, em nosso entender, nenhum outro Pontífice tivesse descido ao grau de profundidade sobre as questões ambientais como ele.

Nunca os indicadores reais sobre o ambiente foram revelados de forma tão realista por um bispo de Roma. Desta forma, é demonstrado que «o ambiente corre o perigo de ameaçar o ambiente da casa» (QA 48). Em seguimento do que estamos a dizer, encontramos na LS uma análise completíssima acerca da poluição e das alterações climáticas, dos desafios sociais, económicos e políticos que estas acarretam. Verificamos a perda da biodiversidade e as consequências que esta causará nos ecossistemas, na degradação do ambiente e, consequentemente, na deterioração da qualidade de vida dos seres humanos, em especial dos mais frágeis. Um dos problemas referenciados na LS reside na preocupação pela escassez da água, o difícil acesso à água potável, o que é revelador da consciência de que a água é um bem escasso e essencial para a sobrevivência dos seres vivos. «Negar» a água é sinónimo de retirar aos seres humanos a possibilidade de viver. Ao longo destes tópicos, é visível a diferenciação da LS no respeitante às consequências ecológicas para os que mais possuem e os efeitos trágicos para os pobres. O Papa Francisco refere, por diversas vezes, a atenção que tem de haver ao «clamor dos pobres» (LS, 49).

Outro ponto que é desconstruído por Francisco tem a ver com a necessária reinterpretação dos relatos da criação. Alguma hermenêutica bíblica foi pródiga em interpretá-los como relatos déspotas que pareciam convidar o ser humano ao uso desmedido e desregrado da natureza. Contrariamente a estas teses, o Papa Francisco responde que as narrativas em apreço devem ser lidas, sob o critério da interligação, como veremos de forma mais detalhada no ponto 2.3. Desta forma, o cuidado com os outros, com a natureza e com Deus são

¹⁵⁸ Clemente, *La ecologia del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*, Prólogo, XIII.

¹⁵⁹ José Tolentino Mendonça, «Conferência de encerramento do ano *Laudato si*». Discurso de Sua Eminência o Cardeal José Tolentino Mendonça», em *As coisas podem mudar. Conferências de abertura e de encerramento do ano *Laudato si** (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022), 23.

inseparáveis. Novamente, o Santo Padre deixa expresso o desejo de recentrar antropológicamente o ser humano no ordenamento da criação, não como o senhor absoluto dela, mas como alguém que depende das interligações que devem respeitar na obra da criação.

Ora, cada ser vivo tem valor próprio, no conjunto das criaturas de Deus, embora o ser humano tenha primazia em relação a elas. Esta superioridade outorga-lhe, sim, a responsabilidade de cuidar e participar ativamente na obra da criação.

A LS, efetuando uma reflexão sobre a raiz humana da crise ecológica, constata que o ser humano interveio desde sempre sobre a natureza, uma vez que o crescimento do paradigma tecnocrático fez com que esta intervenção assentasse numa ideia de crescimento infinito, conduzindo o ser humano a subtrair todos os recursos do planeta (LS, 105 e 106). Esta mudança exige que o ser humano, crente ou não crente, se posicione em relação ao que vemos acontecer na nossa «casa comum»: «Quem sou eu como ser humano em relação ao mundo, à criação e aos demais seres humanos?»¹⁶⁰, refletindo também sobre a «nossa relação connosco mesmo».¹⁶¹

Como é lógico, e como afirma a LS, «ninguém quer o regresso à Idade da Pedra» (LS, 114), mas urge que os seres humanos manifestem «(...) uma preocupação pelo meio ambiente, unida ao amor sincero pelos seres humanos e a um compromisso constante com os problemas da sociedade».¹⁶²

Ergue-se, a este respeito, a questão: será que se pode falar de cuidados ambientais sem mencionar a necessidade de uma ecologia humana verdadeiramente integradora (LS 141)? Não estará tudo interligado? A esse respeito, o número 117, da encíclica LS, é bem claro: «Quando, não se reconhece a importância dum pobre, dum embrião humano, duma pessoa com deficiência, dificilmente se saberá escutar os gritos da própria natureza. Tudo está interligado». Na discussão dos ecossistemas está também a sobrevivência do próprio ser humano. A encíclica pretende interligar o ser humano como parte indissociável do ecossistema, a que se dá o nome de natureza. Quer isto dizer que a preocupação ambiental contida no documento papal em análise, não confere primazia antropológica ou à natureza. Pelo contrário, assume o conceito de ecossistema como algo indissociável da existência humana.

Partindo do princípio de que não existem duas crises separadas (ambiental e antropológica), concluímos que «não haverá uma nova relação com a natureza sem um novo ser humano», pois, «não há ecologia sem uma adequada antropologia» (LS, 118).

¹⁶⁰ Tagle, «Conferência de abertura do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal Luis Antonio Tagle», 16.

¹⁶¹ Edgar Morin, *O ano I da Era Ecológica. A Terra depende do homem que depende da Terra* (Lisboa: Edições Piaget, 2007), 25.

¹⁶² Mendonça, «Conferência de encerramento do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal José Tolentino Mendonça», 35.

Neste sentido, a LS propõe esta nova chave antropológica, convidando o ser humano a se redescobrir a si mesmo e ao seu lugar no mundo, para ser «capaz de olhar de uma forma equilibrada para a natureza».¹⁶³

É sugerido, neste cômputo, uma reflexão acerca da ecologia integral, porque «uma verdadeira abordagem ecológica torna-se sempre uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da Terra como o clamor dos pobres» (QA 8). Propõe, com este intuito, soluções para a crise socioambiental que vivenciamos, assim como abordagens para combater a pobreza e a exclusão, lutar pelo bem-comum, pela dignidade de todos e pelo cuidado para com a natureza.

Para o Papa, uma análise cuidada acerca da ecologia integral tem de ter em conta modelos de desenvolvimento e crescimento económico, com vista à promoção dos excluídos que são os mais afetados pelos atentados ambientais,¹⁶⁴ devolvendo a estes o «estatuto de ser humano, na sua plenitude»¹⁶⁵. A pobreza não é só uma «questão social, mas também teológica»,¹⁶⁶ constituindo um desafio à nossa fé.

Os modelos de desenvolvimento económico que Francisco propõe têm sido, ano após ano, debatidos nos encontros de Assis sobre a possibilidade de haver uma nova visão económica capaz de conduzir a uma reflexão antropológica que tenha em conta a emancipação da situação infra-humana de tantas pessoas no mundo. Por conseguinte, o Pontífice ao falar de um novo modelo económico está a referenciar que ele é imprescindível para esta reflexão.

Esta proposta de ecologia humana diligencia que a humanidade alcance o bem-comum e que possa transmitir às gerações seguintes o empréstimo que recebeu. A nova reflexão antropológica feita na LS não se preocupa só com o que deixaremos às gerações futuras, mas também sobre o novo ser humano que queremos que habite a «casa comum».

Ao longo da encíclica, é notório que «a existência de leis e de normas não será suficiente a longo prazo, a não ser que haja uma mudança comportamental que produza efeitos duradouros partindo de uma transformação pessoal».¹⁶⁷ Convicto desta premissa, o Papa, munido da crença que «uma boa ecologia carrega uma boa espiritualidade»¹⁶⁸ e, consequentemente, «o cuidado com o ambiente reflete-se de forma clara no cuidado com a humanidade»¹⁶⁹, encerra a encíclica propondo uma espiritualidade ecológica, instigando os agentes educativos e pastorais ao desafio

¹⁶³ Mendonça, 38.

¹⁶⁴ Cf. Diniz, *O Clamor do «não homem»*, 273.

¹⁶⁵ Diniz, 215.

¹⁶⁶ Diniz, 237.

¹⁶⁷ Margarida Gil e Margarida Mateus, «Ética no ambiente», em *Temas de ética. Reflexões e desafios*. (Cascais: Principia, 2022), 189.

¹⁶⁸ Armindo Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», *Theologica* 51, n. 1 (2016): 63.

¹⁶⁹ Gil e Mateus, «Ética no ambiente», 185.

de transportar os educandos «até à dimensão do mistério» através da educação ambiental. Há um claro convite a olhar para o ambiente como mediação teologal, vendo em tudo o que compõe a natureza sementes do criador. Neste sentido, Francisco faz um apelo à conversão ecológica que exige um retorno ao Criador,¹⁷⁰ aos nossos «próximos» – especialmente os pobres e vulneráveis – e à própria Terra e um novo entendimento sobre a criação. Isso significa recriar uma nova comunhão com a criação. Este retorno implica, também, a dimensão teológica do arrependimento, do voltar-se para Deus.¹⁷¹ A nova chave antropológica, inspiradora deste capítulo, deverá assumir também a herança da espiritualidade cristã para um entendimento sacral do outro ser humano.

A crise já referenciada é causada principalmente pelos nossos estilos de vida insustentáveis, ditados pelos valores do consumismo. Portanto, um ponto de partida de qualquer conversão ecológica tem de passar por uma mudança profunda dos estilos de vida que temos,¹⁷² isto é, dos nossos padrões insustentáveis de consumo e de produção. A crise ecológica identificada como um grito da Terra requer uma conversão por parte da humanidade.¹⁷³

2.2. Modelos éticos para fazer face à crise ecológica

Após a análise da bibliografia, apresentamos, de seguida, três opções de foro ético para fazer face à crise ecológica.¹⁷⁴ Os três princípios que serão desenvolvidos nos pontos que se seguem, apesar de não serem atuais, potenciam uma pertinente reflexão sobre a LS e as questões éticas que esta encíclica levanta. Por conseguinte, o antropocentrismo prometaico, o cosmocentrismo panvitalista e o humanismo criacionista são consequências de um atento estudo sobre a realidade ecológica.

Quanto ao antropocentrismo prometaico constitui um dos paradigmas que dificilmente poderá fazer face à deriva ecológica. Este primeiro modelo ético apresenta o ser humano como o centro da criação. Nesta conformidade, é conferida total primazia à liberdade criadora do génio humano. O mundo é, de acordo com este ponto de vista, um palco para a atuação da vontade de domínio deste. A criação seria, nesta perspetiva, um canteiro para a exploração das pessoas.¹⁷⁵ Como o próprio título indica, «antropocentrismo prometaico» deriva do poder quase divino que o ser humano, por vezes, investe na ordem das coisas criadas (LS, 116).

¹⁷⁰ Cf. Joshtrom Kureethadam, *Creation in Crisis: Science, Ethics, Theology* (New York: Orbis Books, 2014), 359.

¹⁷¹ Cf. Kureethadam, 361.

¹⁷² Cf. Kureethadam, 361–62.

¹⁷³ Cf. Kureethadam, 363.

¹⁷⁴ Cf. Ruiz De La Peña, *Teología de la creación*, 194–99.

¹⁷⁵ Cf. Ruiz De La Peña, 194–96.

Ora, a liberdade absoluta do ser humano sobre a criação leva a uma fragmentação da natureza, que fica, assim, à mercê de experimentações científicas e dos idealismos antropológicos. O resultado do papel hegemónico deste na criação será a natureza perder o seu sentido como consequência da voracidade das pessoas.¹⁷⁶ A carta encíclica LS é clara quanto à verificação da preponderância do ser humano sobre a criação, como podemos comprovar do número 104: «nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma, e nada garante que o utilizará bem». Todavia, no número 75 da LS, é-nos apresentada uma chamada de atenção: «a melhor maneira de colocar o ser humano no seu lugar e acabar com a sua pretensão de ser dominador absoluto da Terra é voltar a propor a figura de um Pai criador e único dono do mundo».

Se formos a ver, apoiados na visão deste modelo, a ética da sociedade tende a ser utilitarista e antropocêntrica. Este é o paradigma que entende que tudo se ordena e converge para o ser humano. A centralização antropológica conduz à violência e à dominação sobre a natureza, porque nega o valor intrínseco dos outros seres e da natureza. Trata-se de um modo de ser que concentra os direitos apenas no ser humano. Perguntamos: e os outros seres da criação? Não têm também direitos? Urge consciencializar que não há apenas um direito humano e social como há um direito ecológico e cósmico. Não temos o direito de destruir o que nós mesmos não criamos. E para refrear o ímpeto de predomínio inerente à condição humana havia que consciencializar os seres humanos do que o número 105, da LS refere quando é dito que nem «toda a aquisição de poder» é «simplesmente progresso».

Em relação ao cosmocentrismo panvitalista este apresenta a vida do universo como chave de tudo. Esta proposta ética tem o condão de mostrar que o lugar do ser humano não está acima, mas no interior da criação. Assim sendo, o mundo não resultou do desejo humano como também não é obra sua, e nem poderia ser visto que o mundo é anterior a ele. Como é precedente ao ser humano não é propriedade sua. Qual jardim repleto de beleza e de fragilidade que necessita de zelo, o mundo espera que o ser humano estabeleça uma relação fundada no princípio da responsabilidade.¹⁷⁷

Contudo, o modelo em análise, ao imputar ao ser humano a responsabilidade de devorador da própria criação, desmerece a dimensão humana de cuidador. Também não requer uma divinização da Terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e de proteger a sua fragilidade.¹⁷⁸ Porém, será de toda a oportunidade avaliar as respostas da encíclica do Papa Francisco sobre os cuidados para com a «casa comum» que propõe a não «divinização da

¹⁷⁶ Cf. Ruiz De La Peña, 195.

¹⁷⁷ Cf. Ruiz De La Peña, 196.

¹⁷⁸ Cf. Ruiz De La Peña, 197.

terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e proteger a sua fragilidade» (LS 90).

Ora, o paradigma cosmocentrista ancora o ser humano num eixo de predação redutor e, convenhamos, numa visão apoucadora da dignidade humana, por estabelecer o ser humano como «lobo»¹⁷⁹ da própria criação.

Ainda antes de analisarmos o modelo do criacionismo humanista, não será de mais dizê-lo que o primeiro modelo ético aqui tratado extrema o lugar antropológico do ser humano no seio da criação, ao passo que o cosmocentrismo panvitalista apresenta os ditames da natureza como único princípio hermenêutico orientador para a relação do ser humano com a criação.¹⁸⁰ Seria necessário chegar a uma síntese, na qual o ser humano e a criação pudessem encontrar um equilíbrio, ao nível de uma devida relação em que o cuidado, o respeito estejam presentes. A LS clarifica este relacionamento, no seu ponto 155, quando, a partir do conceito de ecologia humana, faz um apelo para a devida relação do ser humano com a natureza: «A ecologia humana implica também algo de muito profundo que é indispensável para se poder criar um ambiente mais dignificante: a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza». Este ponto, ao referir que há «uma lei moral» que é preciso decifrar na natureza, está implicitamente a referir que o ser humano não pode olhar para ela de uma forma despótica.

É aqui que ousamos apresentar como modelo ético o designado «Criacionismo Humanista» que, a nosso ver, consegue fazer o equilíbrio entre os dois paradigmas já aqui apresentados. Trata-se de uma proposta em que o autêntico valor dos seres da criação é ditado por Deus. Ele é a medida da unidade, porque confere a cada ser a ordenação devida segundo a sua categoria, numa escala de valores inerente à sua criação.¹⁸¹

O «fator-Deus» surge neste modelo ético como resposta ao antropocentrismo e ao cosmocentrismo, só Deus concede sentido e plenitude.¹⁸² Por conseguinte, Deus é o fator primeiro. É Ele que tem a chave para dizer que os seres estão numa escala de valores que só Ele sabe. No fundo, o critério de avaliação da própria criação passa por se perceber que, na ordem das coisas criadas, está Deus. Portanto, já não serão apenas o mundo e o ser humano os únicos a terem a chave para a relação com a criação. Há uma finalidade para o mundo e para o ser humano que procede de Deus.¹⁸³

¹⁷⁹ Ruiz De La Peña, 196.

¹⁸⁰ Cf. Ruiz De La Peña, 197.

¹⁸¹ Cf. Ruiz De La Peña, 198.

¹⁸² Cf. Ruiz De La Peña, 198.

¹⁸³ Cf. Ruiz De La Peña, 198.

O Criacionismo Humanista rebate o sobrehumanismo eufórico da civilização tecnocrática que a LS tanto condena, não dando azo ao antihumanismo de certos ecologismos. Neste paradigma, não há a mitificação nem do ser humano, nem da natureza. Há a preocupação, sim, de se colocar como «Absoluto Absoluto» o ser de Deus de quem tudo depende, inclusive, o «absoluto relativo» que é o ser humano.¹⁸⁴ É Deus quem finaliza, ou seja, consoma, confere finalidade e sentido. A LS, no seu número 83, está em íntima sintonia com este modelo ético:

a meta do caminho do universo situa-se na plenitude de Deus, que já foi alcançada por Cristo ressuscitado, fulcro da maturação universal. E assim juntamos mais um argumento para rejeitar todo e qualquer domínio despótico e irresponsável do ser humano sobre as outras criaturas. O fim último das restantes criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente connosco e através de nós, para a meta comum, que é Deus, numa plenitude transcendente onde Cristo ressuscitado tudo abraça e ilumina. Com efeito, o ser humano, dotado de inteligência e amor e atraído pela plenitude de Cristo, é chamado a reconduzir todas as criaturas ao seu Criador.

Só Deus tem poder para ancorar uma ética que não seja manipulável, atendendo a que Ele é o fim último da criação. Quando Deus é sonegado da relação do ser humano com a natureza, o autêntico valor dos seres humanos, sejam eles crentes ou não crentes, corre-se o perigo de mais facilmente haver uma escala de ordenação confusa.¹⁸⁵

Em remate temos de anuir que a LS se encaixa conceptualmente no último dos modelos – o Criacionismo humanista – que rebate uma certa antropologia desfasada dos tempos atuais, quando coloca o humano num patamar sobrehumanista. Na construção de uma nova reflexão antropológica é condição imprescindível o entendimento sacral de todos os elementos da criação. Ultrapassada fica assim a absolutização do humano no seio da criação.

2.3. Relatos da Criação: narrativas de domínio ou ecológicas?

2.3.1. As narrações bíblicas

Finda a análise de três modelos éticos para fazer face à atual crise ecológica, analisaremos neste novo tópico os relatos da criação. Apesar da LS ser uma encíclica destinada a crentes e a não crentes, o Papa Francisco optou por dedicar um dos seus capítulos à reflexão sobre estas narrativas. Esta decisão sedimentou-se na convicção de que a crise ecológica em que vivemos atualmente tem múltiplas causas e, consequentemente, as soluções para fazer face

¹⁸⁴ Cf. Ruiz De La Peña, 198.

¹⁸⁵ Cf. Ruiz De La Peña, 199.

a esta implicam o recurso a diferentes abordagens (LS, 62/63). A aproximação dialética entre religião e ciência demonstra ser muito importante para que os jovens possam «encontrar novas vias de compreensão da realidade e um caminho de aproximação ao transcendente (...) do qual muitos estão afastados».¹⁸⁶ Não apoucando a importância da ciência, cremos que, se a solução para esta problemática adviesse, exclusivamente, desta fonte de saber, já teríamos ultrapassado esta maleita que assola o planeta Terra, ou melhor dizendo, a nossa «casa comum».

A LS procura ser uma ponte de diálogo entre várias fontes de saber e pessoas crentes e não crentes, reconhecendo, no entanto, a responsabilidade acrescida dos cristãos com um compromisso ecológico com a natureza, com o Criador e, ainda, com os seres humanos mais frágeis.¹⁸⁷

No âmbito desta incursão pelos relatos bíblicos, o Papa Francisco analisa passagens do Génesis, Êxodo, Levítico, Deuterónimo, Salmos, entre outras. Todavia, focar-nos-emos, de forma mais detalhada, em algumas passagens do Livro do Génesis, que têm levantado muitas interpelações ao Cristianismo, enquanto religião predominante no Ocidente, acusando-o de ter sido a «célula geradora»¹⁸⁸ de uma «antropologia desadequada» e da consequente exploração, pelo ser humano, desregrada do meio ambiente.

Neste sentido, são apresentados argumentos, que foram elencados na década de 70 do passado século, com base na doutrina cristã, fundamentados no livro dos Génesis (Gn 1), para uma relação desordenada do ser humano com a natureza:¹⁸⁹ i) a perceção da onipotência de Deus é entendida como um domínio prepotente sobre a criação; ii) a legitimação do antropocentrismo e domínio sobre a criação, partindo da premissa de que o ser humano foi criado à imagem de Deus; iii) a dessacralização e a desvalorização frenética da natureza; iv) a mudança de uma conceção cíclica do tempo para uma conceção linear e progressiva, na qual a ciência aprimora o que o mundo criou.

Perante estas críticas, os teólogos assumiram uma determinada «taxa» de responsabilidade da fé cristã, quanto ao abuso dos seres humanos, mas elencaram fatores que «isentam» a teologia cristã da culpa em relação à crise ecológica, a saber: ¹⁹⁰

i) A «desdivinização» do conceito de natureza (*physis*). Se para os gregos a *physis* abarcava tudo o que existia «desde o cósmico ao divino, passando pelo humano»,¹⁹¹ no latim o referido conceito alude aos domínios da realidade cuja génese é conhecida;

¹⁸⁶ Clemente, *La ecología del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*, 85.

¹⁸⁷ Cf. Clemente, 86–87.

¹⁸⁸ Juan Ruiz De La Peña, *Crisis y apología de la fe* (Santander: Editorial Sal Terrae, 1995), 247.

¹⁸⁹ Cf. Lynn White, «The Historical Roots of our Ecological Crisis» in Ruiz De La Peña, 247–48.

¹⁹⁰ Cf. Ruiz De La Peña, 250–52.

¹⁹¹ Ruiz De La Peña, 250.

ii) com o desenvolvimento das ciências da natureza e com os descobrimentos geográficos surgiu uma nova cosmovisão na qual o mundo é um simples objeto passível de ser manipulado pelo ser humano;

iii) uma mundividência positivista que tornou o ser humano, através da exploração tecnológica e fé no progresso, senhor e dono da natureza;

iv) a interpretação marxista da relação ser humano-natureza, que se manifesta contra a exploração do ser humano sobre o ser humano, mas que não se impõe contra a exploração do ser humano sobre a natureza. Pelo contrário, a natureza será constituída como «escrava» que contribuirá para a libertação do ser humano.

Mais do que procurar responsáveis, este processo de reflexão sobre a crise ecológica constituiu um estímulo para a análise e renovação da doutrina da criação,¹⁹² sendo, ainda, atualmente, um motor de reflexão teológica.

Uma breve reflexão exegética sobre algumas das principais passagens do Livro do Génesis, que conduziram à supramencionada atribuição de culpa ao Cristianismo, possibilitar-nos-á desconstruir os argumentos deturpados que se usaram, mas também refletir sobre a nossa atitude ecológica enquanto crentes.¹⁹³ A LS foi um documento pioneiro no estabelecimento de uma relação entre a Bíblia e a ecologia, mostrando que a espiritualidade ilumina possíveis soluções para os problemas ambientais, não através de soluções palpáveis de «defesa, proteção e recuperação» do meio ambiente, mas, focando-se na relação que o ser humano institui com a natureza.¹⁹⁴ As narrativas do Livro do Génesis iluminam-nos acerca desta dimensão relacional do ser humano com outras criaturas, sugerindo que a existência humana assenta em três conexões fulcrais: «com Deus, com o próximo e com a terra» (LS, 66).

O primeiro capítulo do Livro que inaugura a Bíblia (Gn, 1), tem sido usado de forma a responsabilizar o cristianismo pelo uso abusivo da natureza, mas, precisamente, esta mesma passagem pode ser lida como um farol capaz de oferecer diretrizes para guiar a nossa relação com os restantes seres humanos, com a natureza e com Deus.

Hoje, munidos de ferramentas exegéticas para interpretar a passagem de Gn 1 de um modo teológico e não factual, podemos constatar que estamos perante os designados mitos de origem, tratando-se, pois, de uma visão antropológica proveniente de uma causa teológica.¹⁹⁵

Sendo esta perícopes um mito de origem, devemos ter em conta que não dá respostas diretas a questões inerentes à proteção, defesa e recuperação do meio ambiente, como referido

¹⁹² Cf. Ruiz De La Peña, 256.

¹⁹³ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 52.

¹⁹⁴ Cf. Vaz, 52.

¹⁹⁵ Cf. Vaz, 54.

anteriormente, mas nelas podemos encontrar perspectivas da necessária relação do ser humano com Deus e com a natureza (LS 66) que permitirão uma reflexão ecológica que os tempos atuais exigem.¹⁹⁶ Para tal, deverá ser interpretada, evitando uma leitura literalista, com o intento de «compreender o sentido da vida humana e do mundo à volta dela».¹⁹⁷

Reiteramos que a responsabilização atribuída a Gn 1,26.28 «pela exploração selvagem e pelo esgotamento dos recursos naturais» é infundada se estas perícopes forem devidamente interpretadas.¹⁹⁸

A passagem de Gn 1, 26.28 coloca Deus a abençoar os humanos «sede fecundos, enchei a terra e submetei-a; dominai os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam pela terra». No entanto, a superioridade e o domínio do ser humano em relação aos animais não significam que o ser humano seja detentor do direito de usurpar e explorar desenfreadamente a natureza, instaurando uma relação destrutiva com a criação.¹⁹⁹ O domínio que, nesta passagem, é abordado centra-se no dever de o ser humano olhar para o mundo, evitando, conseqüentemente, uma postura de indiferença, pois, enquanto «imagem de Deus», o ser humano é convocado a participar ativamente desta missão,²⁰⁰ sendo «constituído “senhor” das realidades terrenas»²⁰¹ e, conseqüentemente, dotado da missão de as co-construir.

O modelo de domínio que nesta passagem se usa transporta-nos para o protótipo do rei israelita, que em nada se assemelha à conceção déspota ocidental - garante da ordem social e cósmica, do direito de todos órfãos, da libertação dos seres e da promoção da paz.²⁰²

O «dominai», muitas vezes substituído pelo «subjugai», significa em hebraico «transformar (...) o caos em cosmos»,²⁰³ sendo, pois, esta a incumbência atribuída ao ser humano. A expressão «subjugar e dominar as criaturas» pretende desmistificar as criaturas que eram então alvo de culto como se de deuses se tratassem.²⁰⁴

Passagens como Gn 1, 26.28 não podem servir para legitimar o comportamento errante do ser humano com a «casa comum». A Bíblia não nos estimula a um antropocentrismo tirânico conducente a um desinteresse pelas outras criaturas (LS 68). Pelo contrário, implica que, entre o ser humano e a natureza, se estabeleça uma relação de mutualidade, na qual o «ser humano,

¹⁹⁶ Cf. Vaz, 54–55.

¹⁹⁷ Vaz, 55.

¹⁹⁸ Vaz, 59.

¹⁹⁹ Cf. Ramiro Mincato, «A questão do “subjugai a Terra” em Gn 1,28», *Teocomunicação* 39, n. 3 (2009): 375.

²⁰⁰ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 60.

²⁰¹ Renato Oliveira, «A Antropologia da imagem de Deus: uma aproximação bíblico-teológica», *Interações - Cultura e Comunidade* 8, n. 13 (2013): 112.

²⁰² Cf. Ruiz De La Peña, *Crisis y apología de la fe*, 258.

²⁰³ Mincato, «A questão do “subjugai a Terra” em Gn 1,28», 375.

²⁰⁴ Cf. Mincato, 376.

dotado de inteligência, respeite as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo» (LS 68).

Na passagem bíblica em apreço é notória a primazia do ser humano em relação aos outros seres criados.²⁰⁵ Contudo, a responsabilidade deste, enquanto representante de Deus na Terra, é a de exercer um domínio de «responsabilidade», relativamente aos animais e à natureza, impelindo o ser humano à humanização do cosmos com a sabedoria do criador, participando comunicativamente desta e fazendo-a participar no dom da salvação.²⁰⁶ Não temos, assim, uma noção de «domínio como produtividade, mas como comunhão com a criação».²⁰⁷

No capítulo 2 do Livro dos Génesis, o autor bíblico continua a destacar a importância do ser humano na tarefa de proteger e cuidar da Terra: «O Senhor Deus colocou o ser humano no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo» (Gn 2, 15). Este binómio «cuidar-cultivar» não tem uma semântica despótica, mas complementar para o ser humano e para a terra.²⁰⁸ O ser humano, enquanto criatura criadora, demonstra o seu dinamismo ao «cuidar-cultivar» o Éden.²⁰⁹ Segundo o Papa Francisco, este binómio de trabalhar a terra e, ao mesmo tempo, zelar por ela requer a existência uma «relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza» (LS, 67).

Se, por um lado, em Gn 1 temos a ordem de Deus para dominar e subjugar a Terra, por outro lado, em Gn 2 o mandato de Deus é cuidar e cultivar a Terra. Devemos questionar-nos do porquê desta diferença linguística.

Não podemos descurar que esta mudança de linguagem de Gn 1 para Gn 2 se deve ao facto de estes dois relatos pretenderem mostrar diferentes realidades. Em Gn, 1 o autor bíblico não pretende mostrar nenhuma transgressão, antes transmite uma ideia de criação ordenada, na qual o ser humano faz parte de uma cadeia de seres, possuindo o papel de elo, ou de pólo de harmonia, entre os diversos seres vivos.²¹⁰

Em síntese, Gn 1 mostra o ser humano profundamente ligado a Deus e às outras criaturas, sendo incontornável pensar sobre este, sem ter em conta esta dupla relação.²¹¹ Ciente desta incontornável relação, a LS fala de ecologia integral com implicações humanas, éticas e sociais, porque a ecologia é essencialmente antropologia (LS, 118).

²⁰⁵ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 60; Cf. Oliveira, «A Antropologia da imagem de Deus: uma aproximação bíblico-teológica», 88; Cf. Mincato, «A questão do “subjuguai a Terra” em Gn 1,28», 373; Cf. Faus, *Proyecto de hermano. Visión creyente del hombre*, 77.

²⁰⁶ Cf. Faus, *Proyecto de hermano. Visión creyente del hombre*, 72–74; Cf. Ruiz De La Peña, *Crisis y apología de la fe*, 266.

²⁰⁷ Faus, *Proyecto de hermano. Visión creyente del hombre*, 74.

²⁰⁸ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 60.

²⁰⁹ Cf. Oliveira, «A Antropologia da imagem de Deus: uma aproximação bíblico-teológica», 90.

²¹⁰ Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 61.

²¹¹ Cf. Vaz, 62.

Em contrapartida, em Gn 2, o mitógrafo pretende analisar uma situação de «transgressão»²¹² e, nesse contexto, a ordem é «cultivar e guardar». A transgressão analisada neste mito mostra a inclinação inconformista que o ser humano tem quanto às suas limitações,²¹³ procurando tornar-se «como Deus(es)»²¹⁴, daí que a linguagem usada apele a uma co-construção e não ao «domínio» sobre as criaturas terrenas.

A LS procura, desta forma, aclarar que a interpretação dada ao livro do Génesis (1 e 2) é errónea, na medida em que este não apresenta o ser humano como «devastador e dominador» (LS, 67). Pelo contrário, a encíclica verde mostra-nos, através de passagens dos Génesis (Gn 4,9-11) – referente a Caim e Abel –, como a incúria quanto à nossa relação com o próximo pode destruir a nossa relação interior comigo mesmo, com Deus, com o próximo e até com o planeta Terra (LS, 70).

A própria narrativa bíblica de Noé, na ótica do nosso Papa, pode ser analisada com a consequência de uma relação desequilibrada com o resto das criaturas e com o planeta.²¹⁵ A conservação da biodiversidade do planeta, almejada nesta perícopa, é uma vontade desejada por Deus.²¹⁶ É facilmente vislumbrável, nestes antigos relatos, uma profunda convicção atual: tudo está relacionado. Cuidar da nossa vida e das nossas relações com a natureza é indissociável da fraternidade, da justiça e da convivência fidelidade aos outros (LS, 70).

Habitualmente, são usados vários argumentos para justificar o respeito pela conservação da biodiversidade (éticos, utilitários, comerciais, recreativos, entre outros), mas a LS acrescenta um para os crentes, isto é, a biodiversidade, tem um valor próprio perante Deus e «a sua existência bendiz e dá glória ao Criador».²¹⁷

Francisco defende, então, que uma forma de exterminar a pretensão do ser humano em ser o «dominador absoluto da Terra» passa por crer num Deus – enquanto Pai Criador - que almeja que possamos cuidar da «casa comum» como uma solução espiritual para os problemas do mundo (LS 75).

2.3.2. O valor próprio dos seres vivos

Finda a exposição do ponto anterior, concluímos que os relatos da criação não são uma narrativa déspota, mas, pelo contrário, poderão ser vistos como exaltações ecológicas que enaltecem o valor de todos os seres vivos e, em particular, do ser humano.

²¹² Armino Vaz, *Criação Divina sem pecado humano. Uma história com sentido: Génesis 2-3*. (Lisboa: Editora Paulinas, 2019), 174.

²¹³ Cf. Vaz, 155.

²¹⁴ Cf. Vaz, 155.

²¹⁵ Cf. Clemente, *La ecologia del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*, 90.

²¹⁶ Cf. Clemente, 91.

²¹⁷ Clemente, 89.

Segundo Francisco, a tecnocracia isola os seres, inibindo-os de se interligarem, constituindo uma arma de dominação do ser humano sobre os outros e sobre a natureza. A tecnocracia indica, embora erradamente, que as coisas estão ordenadas para o uso humano, sendo sonegado, assim, o seu valor próprio, o valor intrínseco de cada ser (LS, 118).

O primado ou ditadura da técnica impede-nos de ver que Deus tem uma mensagem para nos ensinar. Cristologicamente, com a sua encarnação, Jesus Cristo tomou sobre si mesmo este mundo e, ressuscitado, vive nas profundezas de cada ser, rodeando tudo com o seu carinho e penetrando-o com a sua luz.²¹⁸ E, se Deus é criador, isso significa que Ele infundiu em toda a sua criação uma ordem e um dinamismo que o ser humano não deve ignorar, como é, aliás, reafirmado na LS: «cada criatura é objeto da ternura do Pai que lhe atribui um lugar no mundo. Até a vida efêmera do ser mais insignificante é objeto do seu amor» (LS, 77).

Aqui, também queremos registrar como a semântica ambiental contida na Carta da Terra,²¹⁹ é concomitante à linguagem ambiental vertida na LS, no respeitante ao valor das criaturas na criação. Vejamos, pois, no primeiro capítulo, titulado «Respeitar e Cuidar da Comunidade de Vida», há um «mandamento ético» em completa sintonia com a Carta Encíclica do Papa Francisco: «Reconhecer que todos os seres são interdependentes e cada forma de vida tem valor, independentemente da sua utilidade para os seres humanos».²²⁰ Se formos ao número 86 da LS, há uma citação do Catecismo da Igreja Católica (número 340), em completo paralelismo com o que agora citamos da Carta da Terra: «A interdependência das criaturas é querida por Deus [...]. Elas só existem na dependência umas das outras, para se completarem».

Torna-se, então, fulcral reconhecer a alteridade de cada ser da criação. Cada ser, animado ou inanimado, possui um valor em si mesmo: tem as suas potencialidades e os seus limites dentro do seu ecossistema. Para a inteligência e a afetividade humanas, cada ser constitui uma provocação de decifração da mensagem de vida, de beleza e de racionalidade que ele contém em si mesmo. Todos os seres, especialmente os seres vivos, merecem ser reconhecidos e respeitados na sua alteridade, pois, «ninguém tem o direito de agredir ou destruir o que a evolução demorou bilhões de anos a construir. Tudo o que existe e vive merece existir e viver».²²¹

²¹⁸ Cf. Rui Neves, «Em torno da encíclica ecológica do Papa Francisco “Laudato Si. Sobre o cuidado da Casa Comum”. Os desafios da eco-espiritualidade para a vida religiosa (e cristã)», *Cadernos ISTA* 35 (2018): 15.

²¹⁹ Documento redigido pela Comissão da Carta da Terra em 2000. É constituído por um conjunto de princípios que fomenta uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica. Podemos afirmar que se trata de um tratado ecológico que fomenta, simultaneamente, uma sã ecologia.

²²⁰ ONU, «Carta da Terra», 2000, acedido a 12 de fevereiro de 2021, <https://docs.ufpr.br/~dga.pcu/Carta da Terra.pdf>.

²²¹ Leonardo Boff, *Ecologia Mundialização Espiritualidade* (Rio de Janeiro: Record, 2008), 90.

Ora, o mundo como criação de Deus nega uma cosmovisão estática, na qual a pluralidade das criaturas emergiria acabada e concluída desde o começo. A carta encíclica LS também foca essa perspectiva, quando afirma que a criação só se pode conceber como «um dom que vem das mãos abertas do Pai de todos, como uma realidade iluminada pelo amor que nos chama a uma comunhão universal» (LS 76).

A vida humana é um subcapítulo do capítulo da vida, pois, a vida mostra uma unidade sagrada na diversidade das suas manifestações, já que todos os seres vivos carregam o mesmo código genético básico que são os vinte aminoácidos e as quatro bases nitrogenadas,²²² o que nos torna todos parentes e irmãos uns dos outros, como afirma a Carta da Terra²²³ e a encíclica LS no seu número 228. Reiteramos, pois, que cada ser tem valor em si mesmo.

A absoluta novidade da encíclica LS reside precisamente no facto de assumir o novo paradigma contemporâneo, segundo o qual «tudo forma um grande todo com todas as realidades interconectadas, influenciando-se umas às outras».²²⁴

Isto não significa diminuir a singularidade do ser humano, uma vez que este é portador de sinais da divindade, embora com uma missão ética de responsabilização pela criação. O convite ao ser humano para ver o mundo como «casa comum», está eivado de um forte sentido de familiaridade. Esta familiaridade que interliga tudo é um dos fundamentos da nova reflexão antropológica requerida pela LS, transformadora do olhar do ser humano para com o ambiente.

O mundo, enquanto criação de Deus, estabelece uma cosmovisão dinâmica, enquadrando o universo num constante processo de autodesenvolvimento progressivo. Os seres transcendem-se «num permanente vir-a-ser». Deus opera potenciando a causalidade criada, atuando numa causalidade divina que conduz os seres a ultrapassar os seus limites ontológicos. Na sequência do que foi dito, a grande questão é a seguinte: como intervém Deus então na criação? Ele não interfere nas causas intramundanas, porque a sua ação não é fenomenologicamente perceptível. O que Deus confere à criatura, enquanto Criador, é o «ser». Isto quer dizer que o Criador introduz na criatura o «impulso de ser-mais», um mais ontológico ao seu ser.²²⁵

Esta perspectiva valorativa da ordem criada é realçada de forma elucidativa no número 88, da LS, quando cita a Conferência Episcopal brasileira: «toda a natureza, além de manifestar

²²² Cf. Leonardo Boff, *Una Ecología Integral: Por una eco-educación sostenible* (Madrid: Ediciones Khaf, 2020), Capítulo III, Wook Reader.

²²³ Cf. ONU, “Carta Da Terra”.

²²⁴ Leonardo Boff, «Ecologia integral. A grande novidade da Laudato Si’. “Nem a ONU produziu um texto desta natureza”». Entrevista especial com Leonardo Boff», Instituto Humanitas Unisinos, 2015, acedido a 28 de agosto de 2021, <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/543662-ecologia-integral-a-grande-novidade-da-laudato-si-qnem-a-onu-produziu-um-texto-desta-natureza-entrevista-especial-com-leonardo-boff>.

²²⁵ Cf. Juan Ruiz De La Peña, *Creacion, Gracia, Salvacion* (Maliaño: Editorial Sal Terrae, 1993), 20–21.

Deus, é lugar da sua presença. Em cada criatura, habita o seu Espírito vivificante, que nos chama a um relacionamento com Ele».

Nesta perspetiva, o antropocentrismo afasta o ser humano da natureza, exclui-se desta e a ela se sobrepõe, como forma de dominação, quebrando a fraternidade universal. Quando o que vale é apenas o humano, o seu bem-estar e não o bem-comum de todos os demais seres, habitantes da «casa comum», este laço de união é quebrado.

Segundo esta ótica, a ecologia, mais do que uma imposição de cariz ético, é uma questão de espiritualidade que assenta na capacidade contemplativa do crente, que encontra o Mistério de Deus na beleza do mundo, remetendo-o para o Criador e, conduzindo, consequentemente, atitudes e ações ecológicas.²²⁶

2.3.3. O ser humano ordenado para Deus

A visão redutora e nem sempre valorativa da natureza fez com que ela fosse colocada à mercê de abusos, por parte do ser humano. Este modo de proceder contraria a nova chave antropológica proposta pela LS. Esta situação é resultado de se ter banido a referência à criação, como meio propício para o ser humano entender-se como ser ordenado para Deus.²²⁷

A natureza, ao ficar descapitalizada da sua dignidade teológica, é despida do carácter sacral. Ora, o ser humano dotado de razão e chamado à salvação, não poderá dissociar-se de um renovado olhar sobre a própria criação, diríamos de um olhar sacral e ascensional, sobre as coisas criadas, porque a sua salvação acontece no seio da criação. Nesta sequência, podemos comprovar que na LS se afirma, no número 204, que «as pessoas se tornam autorreferenciais e se isolam na própria consciência [...] quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir». O ser humano, ao voltar-se para Deus, ao ouvir a sua mensagem encontra os pontos de partida confiáveis do diálogo orante com a obra criada por Deus e, inclusive, para recuperar o seu equilíbrio. Somente na harmonia vive o Espírito de Deus.

É precisamente na interligação harmónica com a obra da criação que o ser humano percebe que, ao nível teleológico, se destina para Deus. Este devir humano até ao divino consubstancia uma antropologia tingida sob o signo da comunhão definitiva com o Sagrado. Ora a comunhão de vida do ser humano com Deus, a que se chama graça, é uma participação

²²⁶ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 64.

²²⁷ Cf. Konrad Hilpert, «Ecologia», *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia* (Paulus Editora, 1993), 205.

efetiva no agir criador de Deus.²²⁸ Segundo a Teologia da Graça do Vaticano II, Cristo é a própria graça. A graça é:

Deus Pai, dando-se ao homem Jesus pela encarnação e dando-se a nós na comunicação de vida do Verbo encarnado e ressuscitado, comunicação que comporta a nossa divinização e a nossa filiação adotiva e que tem lugar – e se faz operativa – na efusão do Espírito Santo – o amor mútuo do Pai e do Filho.²²⁹

Divinizar o ser humano é também humanizá-lo, é cumprir totalmente a sua identidade. Contudo, este processo não pode ser feito sem harmonia com a realidade criada por Deus. A este respeito, apraz-nos citar o número 89, da LS, no respeitante ao lugar do ser humano na realidade criada por Deus:

As criaturas deste mundo não podem ser consideradas um bem sem dono: “Todas são tuas, ó Senhor, que amas a vida” (Sab 11, 26). Isto gera a convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde.

A divinização humana, segundo o pensamento cristão, recusa entender que este processo seja depreciativo para o ser humano. Pelo contrário, condu-lo à plenitude do seu próprio ser. A sua plenificação, enquanto humano, é a sua participação por graça no ser que Deus é. Esta participação não é uma mera imitação e também não é uma fusão ou absorção do divino, mas assimilação por comunhão vital no seio de uma relação interpessoal.²³⁰

Uma vez plenificado, também o ser humano plenificará a obra da criação de que é herdeiro por benevolência divina. A presença divina na criação é sempre operativa. Quer isto dizer que o processo da criação não é estático, mas dinâmico, mediante a ação de Deus.²³¹

São Francisco, com a sua opção de pobreza evangélica radical, chama a atenção sobre o perigo da apropriação que levaria a quebrar o vínculo fraternal que a Providência quis que existisse entre seres humanos e entre estes últimos e toda a criação, rompendo assim a obra de plenificação que Deus veio instaurar. Toda a criação é um dom gratuito de Deus dado à humanidade, por isso é que o ser humano não se pode apropriar dela; se assim fosse, usurparia a soberania que Deus tem por direito sobre tudo o que é criado, inibindo-se de plenificar a

²²⁸ Cf. Hilpert, 209.

²²⁹ Juan Ruiz De La Peña, *El don de Dios. Antropología teológica especial*, 2nd ed. (Santander: Editorial Sal Terrae, 1991), 346.

²³⁰ Cf. Ruiz De La Peña, 377–78.

²³¹ Cf. Ruiz De La Peña, 377.

Criação que Deus lhe dispôs. Nesta conformidade, todos os bens são de Deus porque procedem d' Ele e n'Ele terão a sua consumação.²³²

2.3.4. A Criação enquanto mediação teologal

No capítulo anterior, fizemos menção a uma progressiva simbiose entre o ser humano e a criação, constituindo este mutualismo um importante veículo de aperfeiçoamento antropológico, a que demos o nome de «plenificação» ou de plenitude relacional. O quanto de graça tem esta dinâmica relacional, ligada intimamente ao Criador, permitindo uma cadência gradativa de aperfeiçoamento. Ora este aprimoramento só é possível, como aqui iremos verificar, se houver uma escuta atenta aos «gemidos» e «gritos» emitidos pela obra da criação, uma vez que esta tem a sua própria linguagem. Nem sempre a relação do ser humano com a criação atinge a plenitude que conjuga Criador, criação e o ser humano. Em resultado disto, é vital a escuta cuidadosa da natureza.

Debrucemo-nos na expressão «escutar a linguagem da criação», utilizada num discurso proferido pelo Papa Bento XVI.²³³ Se atentarmos na palavra «linguagem», ela imprime, inevitavelmente, a ideia de comunhão e de comunicação. Já o vocábulo «escutar», na semântica bíblica, é sinónimo de obediência.

Há uma inversão no olhar antropológico sobre a criação, na medida em que a escuta da sua linguagem convida a um relacionamento reverente e respeitador da natureza por parte do ser humano. A não escuta da linguagem da criação reflete-se, quando o ser humano se autoemancipa «da criação e do criador» e, consequentemente, se afasta de uma relação harmónica com a natureza, podendo incorrer na sua própria autodestruição e, consequentemente, na «destruição da própria obra de Deus».²³⁴

Para a devida escuta da linguagem da criação não basta penalizações, incentivos ou até uma instrução adequada, mas, acima de tudo, uma atitude ética.²³⁵

Nesta sequência, na LS, é afirmado, quanto à questão ética, que a causa da atual crise ecológica reside na tecnocracia, que aparta os seres, inibindo-os de se interligarem, constituindo uma arma de dominação do ser humano sobre os outros e sobre a natureza (LS, 194).

²³² Cf. Carlos Rioja, «San Francisco de Asís y la Carta Encíclica Laudato Si», em *Crisis Ecológica. Aportes para una ecología integral* (ARGENTINA: Eucasa Ediciones Universidad Católica De Salta Salta, 2020), Capítulo II, Wook Reader.

²³³ Papa Bento XVI, «Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana por ocasião dos votos de Feliz Natal», 2008, acessado a 2 de fevereiro de 2022, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20081222_curia-romana.html.

²³⁴ Papa Bento XVI.

²³⁵ Papa Bento XVI.

O primado ou ditadura da técnica impede de ver que Deus tem uma mensagem para nos ensinar. Se Deus é criador, isso significa que Ele infundiu em toda a sua criação uma ordem e um dinamismo que o ser humano não deve ignorar.

Urge reconhecer a alteridade de cada ser da criação. Para a inteligência e a afetividade humanas, cada ser constitui uma provocação de decifração da mensagem de vida, de beleza e de racionalidade que ele contém em si mesmo.²³⁶ Cada ser vivo merece ser reconhecido e respeitado na sua alteridade, «ninguém tem o direito de agredir ou destruir o que a evolução demorou bilhões de anos a construir. Tudo o que existe e vive merece existir e viver».²³⁷ Não é demais repetir que cada ser tem valor em si mesmo.

A criação, concebida como um dom que vem de Deus, permite olhar para o ser humano como portador de sinais da divindade, pois, «toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar da sua presença. Em cada criatura, habita o seu Espírito vivificante, que nos chama a um relacionamento com Ele» (LS 88). A nosso ver, está lançado o cimento para a nova chave antropológica requerida pela LS, quando o ser humano constitui parceiro da obra da criação de Deus, exercendo uma total interligação com os seres da obra.

2.4. A categoria de «Casa Comum»

Ao aprofundar o conceito de «casa», na história da Escritura, as «casas» foram um meio providencial para o anúncio da boa nova de Jesus. Todavia, só numa perspectiva metafórica é que a realidade «casa» pode ser alargada à esfera do reino humano, vegetal e natural.²³⁸

Na Sagrada Escritura não é muito claro que a realidade «casa» possa abarcar a totalidade da criação. Apesar de, no Novo Testamento, o termo «casa» estar referenciado 209 vezes, há que enquadrá-lo na semântica correta, de acordo com as diversas circunstâncias e contextos. Só assim poderemos efetuar alguma aproximação à significação de «casa», para a melhor compreensão de um dos termos mais inovadores do atual pontificado: «casa comum». Na LS há um convite explícito para uma vivência harmoniosa e respeitosa numa «casa comum» que é de todos os seres.²³⁹

A «casa», no Novo Testamento, aparece como um lugar teofânico de curas e de conversões. São inúmeros os exemplos neotestamentários: a casa de Priscila e Áquila (Rm 16,5); a casa de Jerusalém com a célebre sala de cima, onde Maria se encontrava com os

²³⁶ Cf. Boff, *Ecologia Mundialização Espiritualidade*, 90.

²³⁷ Cf. Boff, 90.

²³⁸ Cf. Armino Vaz, «Casas da Nova Aliança: chaves antropológicas, apelos ecológicos», *Ephata* 4, n. 1 (2022): 80, <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10877>.

²³⁹ Cf. Vaz, 81–83.

apóstolos (Act 12,12); a casa de Cornélio, na qual Pedro era presença frequente (Act 10 e 11).²⁴⁰ A conversão havida numa casa inteira esteve sempre associada a um crescimento do cristianismo. A casa também era a principal escola para a vida fraterna cristã, a partir das vivências domésticas das famílias. Portanto, sob o ponto de vista antropológico, a casa é o lugar da relação ou da interconexão como afirma o Papa, na LS.

Ora, a totalidade de ações e de sentimentos existentes na vida de uma casa não se esgota no seu perímetro predial. Ela extravasava-se para a relação com as pessoas, com a natureza e com Deus.²⁴¹ Neste seguimento, há uma evolução quanto ao que a vida de uma casa poderá transmitir.²⁴² Vejamos: se formos a Heb 3, 1-6, é usada a conotação da comunidade enquanto casa de Deus. A comunidade cristã é designada também de casa espiritual (1Ped 2, 5).²⁴³ Por conseguinte, há nestas citações um claro evoluir do sentido da «casa», ao nível semântico, para a comunidade dos seres humanos. Contudo, não há nenhuma conotação bíblica que reporte a realidade «casa» ao planeta Terra. Podemos perguntar: em que é que ficamos?

Vejamos: o que poderá ter uma relação metafórica mais próxima com a categoria de «casa comum» ao planeta Terra é o processo interno descrito, por exemplo, nas casas em que Jesus esteve: a casa enquanto guarida, a casa como espaço de proteção para os seus moradores, a casa como veículo de sustento e de entreajuda. A Terra enquanto «casa comum» abrange este sentido de guarida, típico da vida doméstica de uma casa.²⁴⁴ Todavia, o nosso planeta não é uma casa. Só poderá sê-lo num âmbito metafórico, só possível pela analogia com o que é vivido internamente numa casa.

Por relação à categoria de «casa comum», é conhecida a intenção do Papa quando publicou a encíclica LS. Francisco não quis que o documento fosse mais uma carta regulamentária verde, apesar de a mesma também debater as problemáticas ambientais. A LS, para o Pontífice, pretende dar um forte contributo para aquilo que é considerado o eixo principal da DSI: a defesa da dignidade da pessoa humana. «Ela afirma a dignidade humana e o bem comum».²⁴⁵ A encíclica LS é única, na medida em que se destina a todos os povos. Aqui se pode ajustar a categoria de «casa comum», de Terra comum. A construção da própria encíclica é resultado do esforço transdisciplinar, envolvendo muitas áreas de estudo.²⁴⁶

²⁴⁰ Cf. Vaz, 86.

²⁴¹ Cf. Vaz, 91.

²⁴² Cf. Vaz, 93.

²⁴³ Cf. Vaz, 93.

²⁴⁴ Cf. Vaz, 94–95.

²⁴⁵ Tagle, «Conferência de abertura do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal Luis Antonio Tagle», 9.

²⁴⁶ Cf. Tagle, 9.

Nesta sequência de ideias, a categoria de «casa comum», é cimentada pelo «horizonte da dádiva», conceito capaz de liquefazer a visão utilitarista e funcionalista dos tempos atuais,²⁴⁷ que olha para a vida «improdutiva» como descartável. Esta designação remete-nos, necessariamente, para o abismo em que se encontram as populações mais periféricas e pobres do mundo,²⁴⁸ interpelando o ser humano para a necessidade de se converter em cuidador da criação de Deus.

A LS faz emergir um olhar sobre a criação completamente diferente. Ou seja, cada criatura deve ser olhada como uma dádiva, um dom de Deus. A consciência de que tudo na criação provém de Deus fundamenta o «horizonte da dádiva», pois, tudo é visto como um dom na criação.²⁴⁹

A categoria de «casa comum» é também consubstanciada pelo posicionamento do ser humano relativamente à criação de Deus, enquanto criatura. A consciência do nosso devir criatural convida-nos a cooperar no cuidado pela «casa comum». A celebração das inúmeras dádivas presentes na criação é algo que também devemos deixar às gerações futuras. O que terão as futuras gerações para celebrar, se destruímos os dons da «casa comum»?²⁵⁰

Voltando à questão de partida, Francisco pretende que esta encíclica contribua para uma mudança de mentalidades em três áreas fundamentais: política, religiosa, social.

A categoria de «casa comum» é algo de verdadeiramente central na construção da encíclica. Esta designação nasce da mística de São Francisco de Assis, quando chamava a Terra por irmã e por mãe.²⁵¹ A «casa comum» necessita de cuidadores, sendo, pois, «imagem e sinal da casa comum que é o céu».²⁵²

Há um dado novo que deixaremos para o ponto 2.5., do presente relatório, referente à «ecologia integral» que tem necessariamente de valorizar interações, na medida em que não há dois mundos separados.²⁵³ Quer isto dizer que não podemos falar apenas de uma ecologia ambiental, porque necessariamente temos de colocar em relação com ela uma ecologia humana, social e económica. É notório que a ideia de «casa comum» envolve duas ações fundamentais por parte do ser humano: o ser humano deve ser «custódio e transmissor», na medida em que «o homem é um arrendatário e não proprietário da terra».²⁵⁴

²⁴⁷ Cf. Tagle, 11.

²⁴⁸ Cf. Tagle, 15.

²⁴⁹ Cf. Tagle, 12.

²⁵⁰ Cf. Tagle, 19.

²⁵¹ Cf. Mendonça, «Conferência de encerramento do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal José Tolentino Mendonça», 29.

²⁵² Mendonça, 29.

²⁵³ Cf. Mendonça, 31.

²⁵⁴ Mendonça, 33.

Se uma das ideias fortes para a consolidação da «casa comum» é a insistência sistémica de que tudo está interligado, este facto convida-nos a uma espiritualidade e a uma solidariedade global.²⁵⁵ Por relação à necessidade de uma espiritualidade global, a constituição de um «nós» é fundamental para capacitar a «casa comum» de ser algo exequível. Um «nós» que terá necessariamente de estabelecer interdependências vitais.²⁵⁶

Neste contexto é realizada a proposta de imersão interpretativa na passagem evangélica que inspira ao segundo capítulo da *Fratelli Tutti* (FT): Lc 10, 25-37 (a parábola do Bom Samaritano). A escolha do termo «casa comum» fica a dever-se essencialmente à necessidade de vincar que os humanos habitam um espaço que deverá ser partilhado por todos os seres vivos do universo. Trata-se de uma expressão que, necessariamente, dilata a visão humana, tendo em vista a necessidade de converter hábitos e de emergir uma nova reflexão antropológica.²⁵⁷

Na encíclica FT, especifica-se o horizonte dos novos modos de habitar a «casa comum»: a necessidade de um modelo vivencial inclusivo, a necessidade de uma atenção a todos os elementos criados, a relação cuidadosa para com os bens criados, tendo em vista o amanhã da criação.²⁵⁸

A concretização da categoria de «casa comum» é uma aspiração deste pontificado que se poderá tornar possível mediante a conversão das relações interpessoais. Trata-se do grande sonho de Francisco, presente na LS: convidar explicitamente a humanidade a transformar-se num «nós».

Na linha do que estamos a dizer, esta possibilidade atravessa crentes e não crentes, quanto à necessidade de se olhar para a criação como um legado que deverá ser passado com os mesmos frutos às gerações vindouras.²⁵⁹ Podemos encontrar este desejo na proposta da construção de uma «moral em situação de aliança».²⁶⁰ É necessário perceber que o mundo tem em si a marca relacional trinitária.²⁶¹

Na expressão «casa comum», a ênfase está na dimensão qualitativa de que ela é realmente portadora, uma vez que nela está implícito o «fazer algo em comum». Este é o ponto de destaque, na medida em que a salvação cristã se estende de forma universal, na comunhão com Deus e com todos (1Cor 15,28).

²⁵⁵ Cf. Mendonça, 36.

²⁵⁶ Cf. Dominique Coatanea, «Propositions : constituer le “ nous ” de la maison commune», *Ephata* 4, n. 1 (2022): 185, <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10831>.

²⁵⁷ Cf. Coatanea, 186.

²⁵⁸ Cf. Coatanea, 187.

²⁵⁹ Cf. Coatanea, 189–90.

²⁶⁰ Coatanea, 196.

²⁶¹ Cf. Coatanea, 188.

Apesar da civilização moderna tender à individualização, há um impulso no ser humano para o bem-comum que indica que este (e mais amplamente, qualquer criatura) é um ser relacional. Existe em cada pessoa uma aspiração de comunhão. Embora haja a tentação frequente de o ser humano se refugiar no seu egoísmo (individual ou coletivamente), há nele uma aspiração intemporal de participar na vida comum. Não há nova chave antropológica, nesta ordem de ideias, sem a abertura do ser humano à sociabilidade.²⁶²

Falar de «casa comum» implica o início de um processo de comunhão. Pressupõe o despertar da dimensão relacional no ser humano e nas instâncias que compõem o mundo.²⁶³

É notória uma necessidade de retornar à «metáfora» «casa comum», enquanto fator que fomenta a interligação de toda a família que habita o universo. A essência dessa «metáfora» reconhece e estimula o agir solidário com os habitantes da casa de Deus, incluindo os seres não humanos.²⁶⁴

A necessidade de compreender a nossa «casa comum» leva-nos à conclusão de que há necessariamente de a enquadrar num âmbito escatológico, onde, de forma manifesta, podemos identificar a tensão entre o já e o ainda não do reino vindouro de Deus.²⁶⁵

Se entendermos a Terra como «casa comum», há ainda um longo caminho a efetuar para a consecução dos necessários equilíbrios na obra da criação de Deus, que grita com as manifestações de sofrimento, injustiça e opressão. A Terra está indelevelmente marcada pela dimensão relacional, não circulasse no Autor da criação vida intratrinitária. Nesta ordem de ideias, a relação intratrinitária de Deus projeta-se no ser humano, não fosse ele uma consequência dessa comunhão trinitária, convertendo-o num ser vocacionado à comunhão. Por conseguinte, a categoria «casa comum», mesmo envolta pela semântica metafórica que já vimos, ajusta-se plenamente à nova chave antropológica desejada pelo Papa Francisco, no que concerne a uma humanidade mais fraterna e atenta ao grito da Terra e dos pobres.

²⁶² Cf. François Euvé, «Sauvegarder la maison commune», *Ephata* 4, n. 1 (2022): 138–39, <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10347>.

²⁶³ Cf. Euvé, 142.

²⁶⁴ Cf. Ernest Conradie, «Rethinking Root Metaphors in Ecotheology: Oikos and Hodos amid a Changing Climate», *Ephata* 4, n. 1 (2022): 302, <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10356>.

²⁶⁵ Cf. Conradie, 303.

2.5. Ecologia integral

2.5.1. A ecologia integral e a questão social

A encíclica LS é a primeira, desde Leão XIII até ao presente, que se dirige a qualquer ser humano do planeta, apresentando como especial preocupação o problema ecológico. É conhecida a preocupação com a ecologia, desde os tempos em que Francisco era arcebispo de Buenos Aires.²⁶⁶

Sendo certo que a encíclica nasce de convicções cristãs, reveste-se de uma vocação de cariz global. A ideia motora desta carta é a defesa da ecologia integral, ou seja, o Papa desmonta a habitual ideia de que a ecologia integral, no seu afã de defender os seres vivos, exclui muitas vezes o ser humano como se ele não formasse parte da lógica do que está vivo.²⁶⁷ Quando se fala em ecologia integral deve-se ter a consciência e a preocupação de mencionar que no seu eixo está o bem-comum.²⁶⁸

Por isso mesmo, a ecologia integral, desejada por Francisco, tem como objetivo integrar todos os seres vivos. Este ponto de vista tem como grande intuito considerar a criação como dom de Deus. Tudo o que existe tem de ser amado e cuidado, apesar de o criado possuir graus distintos de perfeição. Quer isto dizer que uma ecologia integral inclui não só uma ecologia verde, mas também incorpora a ecologia humana.²⁶⁹

Se a ecologia, normalmente, é entendida como um corpo teórico que estuda o conceito de ecossistema, esta sofreu uma inovação, na medida em que alia as realidades sociais e as ecológicas. Nesta conformidade, a ecologia pode ser considerada uma ciência que estuda os ecossistemas, que, por sua vez, congregam seres vivos de muitas espécies num ambiente com características muito próprias, integrados num processo dinâmico. Está necessariamente alicerçada e estruturada, ao nível científico, por um amplo conjunto transdisciplinar, com vista à construção de um mundo sustentável.²⁷⁰

Nestas circunstâncias, a encíclica LS contém um método muito querido ao Pontífice, relativamente ao estudo da obra da criação de Deus: é um conjunto de ferramentas hermenêuticas de verificação que se baseiam na análise e na transformação.²⁷¹

Na sequência do que acabámos de expor, o Papa afirma que as criaturas e os ecossistemas são obra de Deus, por isso deixa escrito o seguinte, no número 140 da LS: «cada

²⁶⁶ Cf. Francesc Torralba, «Hacia una ecología integral. Comentario a Laudato Si'», em *Hacia una ecología integral*. (Sant Salvador: Milenio, 2017), 53.

²⁶⁷ Cf. Torralba, 54.

²⁶⁸ Cf. Mendonça, «Conferência de encerramento do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal José Tolentino Mendonça», 33.

²⁶⁹ Cf. Clemente, *La ecologia del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*, 134.

²⁷⁰ Cf. Ramón Margalef em Clemente, 139–40.

²⁷¹ Cf. Clemente, 141.

organismo é bom e admirável em si mesmo por ser uma criatura de Deus, o mesmo ocorre no conjunto harmonioso de organismos num espaço determinado, funcionando como um sistema».

Outro dos fatores que leva à necessidade de ancorar a ecologia integral prende-se com a deriva da economia atual. É consensual que o crescimento da economia financeira foi desproporcionado, no respeitante à economia produtiva, saturando e usurpando os recursos ambientais ao ponto de se chegar à encruzilhada das mudanças climáticas. Tudo isto originou, em contrapartida, alarmantes assimetrias na economia global, sem precedentes na história do planeta e da humanidade.²⁷² Por conseguinte, a questão social não é alheia à questão ecológica, porque faz parte da mesma problemática.

Muito dificilmente haverá harmonia na «casa comum», que nos foi dada para viver, enquanto houver desigualdade e a exploração de seres vivos. Chegamos a uma síntese quanto à consecução de uma ecologia integral: ela deverá ouvir o grito dos pobres e o grito da Terra. Para tal, os mecanismos da justiça devem ser atuantes, como forma de garantir um futuro melhor, só possível quando o meio ambiente e o sofrimento dos excluídos forem verdadeiramente pensados.²⁷³

Concluimos, assim, que as soluções ecológicas integrais devem ter em conta que «Tudo está interligado» (LS 16, 91, 117, 138, 240), e que «não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social» (LS, 139). Logo, a solução desta crise socioambiental exige uma abordagem integral (LS 139), capaz de criar uma relação com a natureza e com um novo ser humano (LS 118). Nesta lógica, os problemas ambientais implicam a resolução dos problemas que o ser humano tem com a natureza, mas também com as suas relações humanas e com Deus (LS 119).

É importante, nesta conformidade, a leitura dos desafios ecológicos à luz dos desafios ambientais e das suas raízes antropológicas (LS 14). As duas dimensões – ambiente e ser humano – evoluem ou degradam-se em conjunto (LS 48). Logo, uma procura de soluções para esta crise ambiental que tenha como pilar apenas as áreas de saber relacionadas com as ciências exatas será sempre ineficaz e limitada. É fundamental, portanto, que estes domínios mais positivistas se associem à filosofia, à ética social (LS 110), procurando uma solução integral.

²⁷² Cf. Clemente, 145.

²⁷³ Cf. Torralba, «Hacia una ecología integral. Comentario a Laudato Si'», 55–56.

2.5.2 Tudo está interligado: chave relacional à imagem da Trindade

A maior novidade da LS prende-se com o facto de assumir que todas as realidades estão interligadas, reconhecendo, portanto, que há uma influência mútua.²⁷⁴

Assim se ergue o paradigma no qual tudo está relacionado (LS 120) e interligado (LS 16, 91, 117, 138, 240), formando uma rede de relações que trespasa todas as criaturas, ligando e religando todas as ordens. Esta interligação entre todas as realidades deriva de um dado teológico, do Deus-Trindade, que é por natureza uma relação perene e simultânea entre Pai, Filho e Espírito Santo. Logo, «Se Deus-Trindade é relação, então tudo no universo é também relação».²⁷⁵

Na senda terminológica de localizar a «palavra justa» para dizer o Mistério de Deus, foi o «vocábulo» *logos* que melhor se ajustou.²⁷⁶ Este conceito poderá ser entendido como «comunicação». Na sequência do âmbito semântico de *logos*, a asserção de que «Deus é amor» (1 Jo 4, 8) é a forma mais justa de definir o que Ele é.²⁷⁷ A abertura concetual que este termo (*logos*) implica conecta-nos, também, à perspectiva de Deus como Amor. É um amor que gera «vida», que recria e que implica relação. Encontramos, aqui, a lógica que só no «outro eu» verdadeiramente me esclareço e me encontro na minha verdade.²⁷⁸

Esta atitude de ir ao encontro do outro é um gesto de amor que, assim entendido, constitui o grande motivo que torna possível falarmos da Trindade. Traduz-nos o amor como uma «analogia aberta», na medida em que não fecha o mistério da Trindade num só sentido.²⁷⁹ O amor que une o eu e o tu, sendo que o amor conserva o tu como um outro, não o diluindo nem assimilando no eu.²⁸⁰

No Deus Trindade, as pessoas conservam-se nele, unindo-se para ser um só Deus, sem, no entanto, se «diluírem ou assimilarem a sua alteridade pessoal e divina».²⁸¹

Esta hermenêutica da experiência do amor ao outro comporta muito daquilo que o Cristianismo confessa no Deus Trindade.²⁸² Fica claro que quando vemos o amor, vemos qualquer coisa de trinitário, mesmo que disso não nos apercebamos.²⁸³ A vida trinitária é, nesta

²⁷⁴ Cf. Boff, *Una Ecología Integral: Por una eco-educación sostenible*, Capítulo IV, Wook Reader.

²⁷⁵ Cf. Boff, Capítulo IV, Wook Reader.

²⁷⁶ Cf. Alexandre Palma, *A Trindade é um mistério. Mas podemos falar disso* (Lisboa: Paulinas, 2014), 130.

²⁷⁷ Cf. Palma, 130.

²⁷⁸ Cf. Palma, 131.

²⁷⁹ Cf. Palma, 133.

²⁸⁰ Cf. Palma, 137.

²⁸¹ Palma, 137–38.

²⁸² Cf. Palma, 138.

²⁸³ Cf. Palma, 134.

ordem de ideias, o equilíbrio entre o pessoal e o comunitário, que há de encontrar um justo reflexo no viver eclesial.²⁸⁴

É este Mistério que nos leva a anuir que o universo é uma rede extremamente complexa de relações, onde tudo está relacionado com tudo. Esta imagem sugere uma verdade central do Cristianismo que afirma: «Deus é um jogo de relações de inclusão e de amor entre as três pessoas divinas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo».²⁸⁵ O Universo é relacional porque foi criado à imagem e semelhança de Deus-relação. Assim, a Trindade deixa de representar um enigma matemático para nos fazer compreender o Mistério último que sustenta e impregna todo o universo: a relação, a comunhão e o amor. O Pai, o Filho e o Espírito Santo estão eternamente vinculados no Amor, na mútua doação e na infinita comunhão. Na Trindade, ser é ser-para-o-outro. Ser é relação descentrada de si.²⁸⁶ Este dado não provoca qualquer crise de identidade em cada uma das pessoas divinas, porque é esse modo de ser que as faz ser quem são e o que são.²⁸⁷

Não deixa de ser curioso que muitos dos estudos acerca da Trindade, nomeadamente de São Boaventura, abordem mais a Trindade criadora do que Deus criador. Para ele, o mundo é um conjunto de relações harmónicas que formam o cosmos, ou seja, a ordem. Esta perspetiva relacional estende-se ao Criador bem como aos membros de uma família comum e interdependente.²⁸⁸

Neste sentido, a relação trinitária é visível no modo como me relaciono com outros, na minha capacidade de me descentrar de mim e das minhas necessidades. Estes «outros», mais próximos ou afastados, são os seres humanos, mas, também todas as criaturas que habitam a nossa «casa comum».

«Ser-para-o-outro» é refletir sobre os efeitos das minhas condutas ambientais, de consumo, sociais, antecipando as possíveis consequências dos meus atos. Por conseguinte, a procedência da vida intratrinitária é promotora de uma solução antropológica conscienciosa e cuidadosa, no respeitante à ação do ser humano sobre os ecossistemas. «Ser-para-o-outro» é agir, com a certeza de que os meus comportamentos não afetarão os ecossistemas que me rodeiam. Por vezes, estas decisões não são tarefas fáceis, pois implicam que ultrapassemos o nosso egocentrismo e os dilemas éticos que a vida nos coloca.

²⁸⁴ Cf. Palma, 140.

²⁸⁵ Cf. Boff, *Una Ecología Integral: Por una eco-educación sostenible*, Capítulo IV, Wook Reader.

²⁸⁶ Cf. Boff, Capítulo IV, Wook Reader.

²⁸⁷ Cf. Palma, *A Trindade é um mistério. Mas podemos falar disso*, 142.

²⁸⁸ Cf. José Antonio Merino, «Ecología y fraternidad global», *Didaskalia* XLVI (2016): 110.

2.5.3. Diagnóstico do Papa Francisco para uma Ecologia Integral

O Papa reconhece o valor intrínseco de todos os ecossistemas, enquanto criaturas de Deus (LS 140), todavia, dá primazia à pessoa humana quando comparada com as restantes (LS 118).

Mais do que uma ecologia que «estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem» (LS 138), o Santo Padre defende uma ecologia integral que abarque em si as dimensões humanas, éticas e sociais.

Se a crise ambiental é portadora de uma componente espiritual e civilizacional, e se tudo está interligado, então a solução para estas problemáticas terá de ter em conta os sistemas naturais e sociais (LS 139).

O crescimento económico, nesta lógica, deverá ter em conta o meio ambiente como uma dimensão integrante, potenciando uma visão mais integral e integradora (LS 141). Logo, havia a necessidade urgente de o ser humano tomar «consciência da necessidade de mudança de estilo de vida, de produção e de consumo» (LS 23). Os padrões de consumo terão de ter em conta as realidades sociais dos que mais sofrem. Relacionado intimamente com este diagnóstico, estão o cuidado da natureza e o ganho financeiro, assim como a «preservação do meio ambiente com o progresso» (LS 194). Só uma postura firme e equilibrada neste aspeto evitará o colapso. Face à realidade preocupante dos números o ser humano tem de recriar a sua relação com o ambiente. A nova solução antropológica proposta, em sequência do que acabamos de dizer, caracteriza-se, nestas circunstâncias, por uma mudança de estilo de vida menos despesista e mais sensível às assimetrias humanas.

Segundo a LS, a ecologia integral deverá, do mesmo modo, abarcar uma ecologia cultural que «envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade» (LS 143).

O afã consumista não poderá conduzir a uma massificação ou ao desaparecimento cultural, na medida em que a cultura faz parte da identidade dos povos. Urge uma ecologia que respeite as especificidades culturais dos povos da mesma maneira que proteja as espécies animais ou vegetais, possibilitando ao ser humano a manutenção dos valores e da identidade. Neste sentido, é prestada especial atenção às comunidades aborígenes, amazónicas e às suas tradições culturais.²⁸⁹ Mas a preocupação do Papa não se estende apenas aos povos da Amazônia ou da Austrália. Também ele manifesta, nas suas encíclicas LS e FT, grandes preocupações com a qualidade de vida das cidades. É o próprio Papa que critica os estudos de impacto ambiental que não têm em conta as questões inerentes à identidade ou à sua memória histórica,

²⁸⁹ Cf. José Lucia, *Ética de la Ecología Integral* (Barcelona: Herder Editorial, 2020), Capítulo IV, Kobo Reader.

chegando-se ao ponto de expulsar as pessoas das suas zonas de origem para exploração de petróleo, de minérios ou por causa da exploração imobiliária.

No âmbito cultural, o Papa preocupa-se não só com a perda de identidade dos grupos sociais locais, mas também com a degradação dos seus recursos de subsistência que foram o seu modo de vida ao longo da sua evolução antropológica, permitindo-lhes estabelecer equilíbrio com o seu meio ambiente.²⁹⁰

As soluções ecológicas integrais não podem também descurar da noção de bem-comum e acarretam necessariamente uma boa espiritualidade,²⁹¹ como já referimos anteriormente, promovendo o respeito pelos direitos fundamentais e inalienáveis (LS 157) que empreendem um desenvolvimento integral. Esta noção de bem-comum que a LS nos traz, tem subjacente a si as gerações futuras, na medida em que o ambiente é um empréstimo que partilharemos com estas (LS 159).

A procura do bem-comum deve ser considerada como uma categoria ecológica. Se o bem-comum consiste no bem-estar integral de todos os membros da sociedade, tanto na família, como na sociedade local e com o mundo global, então terá de ter um enquadramento ecológico. O Papa Francisco, através do número 156 da LS, afirma que «a ecologia integral é inseparável da noção de bem-comum, um princípio que cumpre um papel central e unificador na ética social». O número 26 da GS define «o bem comum – como o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição».²⁹²

Esta interdependência que a LS tão bem ressalva implica que o ser humano pense num mundo comum e que siga um projeto comum (LS 164), no qual ninguém fique para trás para que todas as dimensões da ecologia integral supramencionadas sejam tidas em conta. De modo a alcançar este desiderato, urge que se construa uma espiritualidade ecológica para que os seres humanos contemplem a Terra como um ecossistema espiritual. Se Deus (na sua dimensão trinitária) é transcendente e imanente ao processo histórico, então a natureza remete-nos necessariamente para o Criador. Neste novo paradigma «a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais quanto se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas» (LS 240).

Mais do que entrar em prognósticos fatalistas sob o ponto de vista ambiental, o Papa descreve o arco de tempo das principais agressões que aconteceram nos últimos dois séculos, ao nível das devastações ambientais mais graves acontecidas no mundo. Francisco descreve um

²⁹⁰ Cf. Clemente, *La ecologia del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*, 153.

²⁹¹ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 63.

²⁹² Cf. Lucia, *Ética de la Ecología Integral*, Capítulo IV, Kobo Reader.

arco temporal que se reporta aos últimos duzentos anos: desde a Revolução Industrial até à Revolução digital.²⁹³ Por conseguinte, há aqui implícito um convite a uma conversão da humanidade à ecologia integral. Portanto, a nova chave antropológica sugerida requer a conversão e a mudança de vida, como temos vindo a falar.

O Santo Padre parte da premissa que se ultrapassaram os níveis máximos de exploração da Terra. A ecologia integral deverá englobar o reino animal, vegetal, o reino humano, mas, também, todos os seres que são imprescindíveis para o ciclo da vida, mesmo que sejam microscópicos. Por conseguinte, a ecologia não poderá olvidar a importância fundamental dos microrganismos. O ser humano não poderá interferir ou alterar o ciclo de vida que está inscrito na natureza, até porque a unidade da criação está caracterizada ao mesmo tempo pela extraordinária diversidade de seres vivos.²⁹⁴ A bondade criadora de Deus não pode ser representada por uma só criatura.²⁹⁵ Há uma necessidade de o ser humano captar a variedade das coisas nas suas múltiplas relações.

A LS identifica a causa da devastação ambiental – o ser humano – e em particular o seu egoísmo, a sua avidez consumista.²⁹⁶ Inclusive, o Papa chega mesmo a apontar o dedo aos países do Norte. Segundo Francisco, há uma dívida do Norte para com o Sul, no respeitante à poluição e à exploração desenfreada de matérias-primas. É aqui que entra a célebre designação do Papa – «a globalização da indiferença».²⁹⁷

No âmbito da ecologia integral exige-se, nesta ordem de ideias, um ser humano convertido a uma visão global, com vista a libertar-se da sua tendência para se apoiar nos mais diversos particularismos. As medidas até agora implementadas nos países mais poluentes são francamente insuficientes, sendo que, na maior das vezes, são os países mais industrializados que não cumprem os acordos estabelecidos a nível intercontinental.²⁹⁸

Contudo, a crise ecológica é também uma oportunidade para emendar e para se entrar num processo autocrítico. Portanto, os diagnósticos sobre a situação ambiental não podem ser mais recusados como documentos catastrofistas ou fatalistas.²⁹⁹ Pelo contrário, o Papa, na sua encíclica ambiental, pede atos concretos e objetivos para se alterar a atual situação.

Apesar de no relato bíblico da criação o ser humano ter sido criado à imagem e semelhança de Deus, conferindo-lhe uma dignidade especial, isto não quer dizer que esta lhe

²⁹³ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

²⁹⁴ Cf. Lluç Torcal, «Una panorámica del estado de la tierra a la luz de Laudato Si' del Papa Francisco», em *Hacia una ecología integral*. (Sant Salvador: Milenio, 2017), 22.

²⁹⁵ Cf. Summa Theologiae, de São Tomás d'Aquino em Torcal, 22.

²⁹⁶ Cf. Torralba, «Hacia una ecología integral. Comentario a Laudato Si'», 60.

²⁹⁷ Torralba, 61.

²⁹⁸ Torralba, 62.

²⁹⁹ Torralba, 63.

dê o direito de assumir um domínio absoluto sobre a Terra. Pelo contrário, o ser humano consciente está convidado a amar o seu planeta, a cuidar do mundo e a custodiá-lo.³⁰⁰

Se, por um lado, é notória a diferença ontológica do ser humano relativamente às outras criaturas, por outro, é preciso ter em conta que o ser humano está no plano criatural e que, por isso mesmo, não é autossuficiente. Proveio das mãos de Deus e está destinado a voltar às mãos de Deus.³⁰¹ Para a liquefação de um antropocentrismo exacerbado por parte do ser humano é necessário erguer, no ponto de vista do Papa Francisco, tal como aludimos previamente, o facto de que Deus é «Pai e Criador e o único dono do mundo», como vem referenciado no número 75 da LS. Sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis, em que todos os seres estão interconectados.

Há um movimento claro a partir da LS quanto à imprescindível inversão da marcha consumista que tem a sua origem na consciência cada vez maior da vulnerabilidade da natureza, erguendo-se, deste modo, a necessidade de uma nova cultura ecológica.³⁰² O objetivo da constituição de uma ecologia integral não pretende sentenciar um juízo negativo sobre a industrialização ou sobre a tecnicização do mundo, mas deve ter em conta também «o crescimento social e espiritual dos povos que tem na sustentabilidade o grande princípio de referência».³⁰³

A visão de uma ecologia integral contém duas vertentes fundamentais: a gestão responsável e a contemplação.³⁰⁴

2.5.4. As bases para uma ecologia integral

Francisco coloca o problema social dentro do problema ecológico. Segundo o Papa, não será a economia que poderá regular o ambiente, nem muito menos tem capacidade para criar equilíbrios na natureza.³⁰⁵ Para o Pontífice há uma só e complexa crise socioambiental (LS 139), que requer uma ecologia integral e, consequentemente, uma conversão também ela integral. Ora, este processo de conversão integral não é algo imediato. O coração terá de abrir-se lentamente a um olhar contemplativo capaz de louvar a Deus pelas suas obras e de trabalhar pela cura da «casa comum», do nosso planeta³⁰⁶. Trata-se de um olhar que, após a mencionada conversão integral, observa o universo como um todo harmónico. Esta conversão é um dos

³⁰⁰ Cf. Torralba, 65.

³⁰¹ Cf. Torralba, 66.

³⁰² Cf. Torralba, 70.

³⁰³ Torralba, 71.

³⁰⁴ Cf. Torcal, «Una panorámica del estado de la tierra a la luz de Laudato Si' del Papa Francisco», 33.

³⁰⁵ Cf. Torcal, 71.

³⁰⁶ Cf. Torcal, 18.

pilares fundamentais para a ecologia integral, na medida em que só ela é capaz de modificar o coração do ser humano. As razões profundas do desastre ecológico que vivemos podem ser encontradas na violência do coração das pessoas. É neste sentido que é advogada a existência de uma economia ecológica que não é mais do que o estudo das relações entre os sistemas ecológicos e os sistemas financeiros.³⁰⁷

A economia ecológica, como é sonhada pelo Papa, poderá ser definida como a ciência que garante a sustentabilidade. O modo como esta atua integra-se no âmbito da economia social. Ela estuda as características que, eventualmente, possam perturbar o equilíbrio entre a biosfera e a vida humana.³⁰⁸

A esperança da humanidade radica na sua capacidade de se converter e de se deixar educar, tendo em vista um olhar novo sobre a «casa comum».³⁰⁹ Ora, a ecologia integral procura tornar o mundo habitável no qual todos os seres, humanos e não humanos, possam viver e disfrutar. Para tal, é fundamental desenvolver o sentido de pertença a uma casa na qual tudo está interligado.³¹⁰

Outro dos pilares que fundamentam uma ecologia integral tem a ver com uma necessária perspetiva teleológica, ou seja, consciencializar que o ser humano tem um importantíssimo dever ambiental: cuidar da «casa comum» para as gerações vindouras.

2.5.5. Ecologia integral: algumas propostas

O Santo Padre, manifesta-se contra a racionalidade instrumental referida no número 20, da LS: «a tecnologia [...] ligada à finança, [...] é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas, e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros», defendendo o termo deste ciclo imparável de um mundo tecnológico que não questiona os seus fins,³¹¹ substituindo, por conseguinte, a racionalidade instrumental por uma racionalidade ética. A racionalidade instrumental crê, inocentemente, que as novas tecnologias resolverão o grave problema ecológico gerado pelas gerações anteriores. É esta fé cega e imparável nas tecnologias que nos está a conduzir quase ao colapso planetário.³¹²

Seguidamente serão apresentadas propostas para uma possível operacionalização da ecologia integral.

³⁰⁷ Cf. Clemente, *La ecologia del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*, 145.

³⁰⁸ Cf. Clemente, 146.

³⁰⁹ Torcal, «Una panorámica del estado de la tierra a la luz de Laudato Si' del Papa Francisco», 19.

³¹⁰ Cf. Torralba, «Hacia una ecología integral. Comentario a Laudato Si'», 73.

³¹¹ Cf. Lucia, *Ética de la Ecología Integral*, Capítulo IV, Kobo Reader.

³¹² Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

a) Modelo ecológico circular

O modelo ecológico circular tem como principal objetivo ser um modelo autossuficiente, o que os economistas designam de economia circular.³¹³

A economia e a ecologia partilham o étimo - «eco» - que alude ao termo «*oikos*», isto é, casa, logo, ambos estão ligados ao nível do seu objeto. «A relação entre ecologia e economia projeta-nos, por sua vez, para o conceito de “ecologia integral” (...)»³¹⁴ que não pode excluir da sua reflexão modelos de desenvolvimento económico.

As populações de há dois mil anos tinham uma visão circular da realidade.³¹⁵ A observação do ciclo dos dias, das noites, das estações do ano, das plantas e dos animais, levou à perceção de que estes se sucedem sem cessar. Tudo isto suscitou um olhar para a realidade e para a natureza de uma forma circular, como um ciclo sem fim.

Também o Iluminismo e a Revolução Industrial, no campo económico, abraçaram a ideia que quanto mais rápido fosse o crescimento melhor seria. Segundo alguns especialistas, aqui começou a loucura económica com as consequências catastróficas ambientais que bem conhecemos.³¹⁶ A «terra é ilimitada» era, por exemplo, um lema da Revolução Industrial. Até metade do século XX, acreditava-se que os recursos do planeta eram infinitos.³¹⁷ A partir da década de setenta tudo mudou, tendo-se percebido que, no respeitante a recursos, afinal não estamos num mundo infindo.

Ora, a economia circular supõe recuperar precisamente aquela circularidade da antiguidade que havia ficado esquecida. Assim, garantir o carácter cíclico do sistema natural é essencial para a sua sobrevivência. A nível empresarial há que pensar em chave circular. Em primeiro lugar, há que passar progressivamente para a economia virtual – a teletrabalho, etc. – que requer um menor uso de recursos naturais – madeira para fabricar papel, metal, petróleo para fabricar plástico, etc. – e de transportes – metro, carro, etc. Em segundo lugar, no que seja inevitável gastar, há que aderir às categorias de reciclagem; a natureza funciona com uma circularidade em que o empreendimento num processo pode constituir recursos para um outro. A economia deveria imitar essa circularidade da natureza, e isso seria possível mediante a coordenação de empresas sensíveis às questões ambientais e através de políticas económicas públicas.³¹⁸

³¹³ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

³¹⁴ Diniz, *O Clamor do «não homem»*, 272–73.

³¹⁵ Cf. Lucia, *Ética de la Ecología Integral*, Capítulo IV, Kobo Reader.

³¹⁶ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

³¹⁷ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

³¹⁸ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

Os governos, as empresas e os cidadãos deveriam reformular as suas atividades para se converterem numa economia ecologicamente circular.

b) As cidades como ecossistemas

A construção de ecobairros que mais não são do que ecossistemas de desenvolvimento da ecologia e da cultura dentro da cidade, constituem uma perspetiva essencial na linha de pensamento das ideias do Papa Francisco acerca da sua conceção do que deverá ser a cidade hoje.³¹⁹ O Papa desenvolve uma ideia de cidade, integrada no âmbito dos estudos da Psicologia Ambiental e da Sociologia, com o objetivo de trazer melhores equilíbrios pessoais face aos desajustes urbanísticos exteriores. Fazem falta espaços de convivência nos bairros. Uma das frases mais fortes de Francisco na LS, no número 148, é quando ele diz que «qualquer lugar deixa de ser um inferno quando contribui, ao nível da qualidade dos seus espaços físicos, para uma vida digna». O Papa recorda que as carências externas, para além dos sofrimentos individuais e comunitários que geram, podem ser ambientes propícios para o surgimento de comportamentos associais.³²⁰

Um comportamento associal tem sempre uma base de injustiça que deve ser eliminada. Segundo Francisco, os espaços públicos comuns são territórios de oportunidade, de encontro, de socialização. Ora o marco conceptual do ecobairro na cidade, pode ser concebido como um ecossistema, onde podem ser eliminadas as diferenças entre o centro das cidades e as periferias.

Portanto, chega-se à conclusão de que não se pode promover a dignidade da pessoa se não se cuidar da família, das associações, das realidades territoriais locais.³²¹

c) A realidade humana na ecologia integral

No âmbito dos atuais problemas ecológicos é fulcral que haja uma especial atenção para a relação do ser humano com a natureza, mas também consigo mesmo, com os outros e com Deus.

O Papa não acredita que o único sentido que damos à realidade possa ser apenas imanente, mas sim transcendente: se nos limitamos à ordem do visível e do palpável – o imanente –, não podemos falar de sentido; para isso faz falta que ascendamos a um nível transcendente, não visível.³²²

³¹⁹ Cf. Clemente, *La ecología del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*, 159.

³²⁰ Cf. Clemente, 158.

³²¹ Cf. Clemente, 167.

³²² Cf. Lucia, *Ética de la Ecología Integral*, Capítulo IV, Kobo Reader.

Para a concretização da integralidade ecológica, nada da realidade humana deve ficar excluída. Vamos ver cada uma das quatro relações humanas no interior da ecologia integral: i) Cada um consigo mesmo (antropologia); ii) Com os outros (solidariedade); iii) Com a natureza (meio-ambiente); iv) Com o transcendente (espiritualidade).

Quanto à primeira relação - consigo mesmo - a raiz do problema ecológico é antropológica: o que está na origem do desastre ecológico é uma conceção errónea do que é o ser humano. O Papa denomina esta maneira errónea de entender o ser humano de «paradigma tecnocrático» (LS, 106,136). No âmbito deste paradigma, o ser humano utilizou muito mal o poder que tinha, dado que destruiu boa parte do planeta, e, com ele, está a destruir-se a si mesmo. O verdadeiro problema reside no facto de as pessoas utilizarem os mecanismos tecnocráticos, onde cada vez mais se desenvolve as suas possibilidades tecnológicas, ficando com escasso tempo para refletir sobre as dimensões antropológica, espiritual e moral.³²³

No que concerne à segunda relação - com os outros (solidariedade) – foi influenciada, de forma nefasta, pelo colonialismo ocidental, em dois dados que elencamos: em primeiro lugar, permitiu o desenvolvimento comercial, industrial, tendo em vista os interesses das metrópoles. Em segundo lugar, dinamitou as economias das colónias, fazendo-as passar de autónomas a dependentes. Nos países da América Latina isto é claro, pois mesmo passados duzentos anos, continua a haver uma dependência cultural, científica, tecnológica e económica relativamente ao Ocidente – Europa e Estados Unidos. Ainda estamos imersos num período de dependência colonial. Isto explica muitas partes do mundo estarem submersas na pobreza e no subdesenvolvimento.³²⁴

Atinente à terceira relação - com a natureza (meio ambiente) - ao longo dos séculos, a humanidade transformou a sua relação com a natureza: passou do medo ao respeito, do respeito à despreocupação e da despreocupação ao desprezo. Sobretudo, a civilização ocidental enfermou deste procedimento. A ecologia integral promove a ideia de «comunidade natural». Trata-se de uma ideia que recusa que o ser humano esteja por cima da natureza, mas, pelo contrário, seja parte integrante dela.³²⁵

Por último, no que respeita à quarta relação - com o transcendente (espiritualidade) – esta alude à capacidade humana de amar, de criar, de raciocinar, de solidarizar-se, de entrar em comunhão com o transcendente. O espírito é a morada exclusiva do ser humano aberto à

³²³ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

³²⁴ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

³²⁵ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

transcendência, à pergunta pelo sentido da vida. A dimensão espiritual da ecologia é a capacidade que temos de expressar o nosso espírito na natureza.³²⁶

Quanto à aliança entre a natureza e espiritualidade, há diversos dados interessantes que apontam para um novo paradigma sobre o vínculo entre estas duas.³²⁷ Entre os diversos indicadores exteriores é assinalada a revalorização de antigos espaços santos ou sagrados enquadrados na natureza; o ressurgimento de numerosas peregrinações; a proliferação de ofertas de cursos que decorrem em estâncias de meditação e de contemplação em espaços naturais.³²⁸

No número 22 da encíclica verde, é asseverado a necessidade de uma «espiritualidade cristã que proponha um modelo alternativo de entender a qualidade de vida, e alenta um estilo de vida profético e contemplativo». Este novo paradigma respeitante à espiritualidade com a natureza vem retomar, como proposta da LS, a oração pela natureza. Este convite à oração trata-se de uma oportunidade para revitalizar e fortalecer a espiritualidade com a natureza que, obviamente, vai ajudar a impulsionar a conversão ecológica que todos estamos convidados a efetuar.³²⁹

2.6. O imperativo de uma espiritualidade ecológica

Para fazer face à crise ecológica que vivemos, a humanidade necessita de mudar, é um dado indiscutível que atravessa todas as páginas da LS. A encíclica ambiental propõe a educação e a espiritualidade ligadas à natureza como forma de desenvolver a consciência ecológica. Este conceito alude à compreensão do ambiente, enquanto ecossistema que tem os seus próprios ritmos. A verdadeira aquisição desta consciência, por parte dos seres humanos, implica o reconhecimento autêntico da dependência que apresentam em relação ao ecossistema.³³⁰

Numa dimensão transcendente, o Papa defende que uma educação ambiental deveria proporcionar «um salto para o Mistério» (LS, 210), que confere o sentido pleno à ética ecológica, conduzindo a uma cidadania ecológica que promove a doação de si mesmo e dos seus dons, tal como preconiza a UL «A Partilha do Pão». São vários os contextos educativos em que este itinerário pedagógico, conducente à espiritualidade ecológica, pode medrar,

³²⁶ Cf. Lucia, Capítulo IV, Kobo Reader.

³²⁷ Cf. Josep Mallarach, «El vínculo entre naturaleza y espiritualidad: hacia un nuevo paradigma», em *Hacia una ecología integral*. (Sant Salvador: Milenio, 2017), 47.

³²⁸ Cf. Mallarach, 47.

³²⁹ Cf. Mallarach, 52.

³³⁰ Cf. Morin, *O ano I da Era Ecológica. A Terra depende do homem que depende da Terra*, 17–18.

nomeadamente: «a escola, a família, os meios de comunicação, a catequese e outros» (LS, 213). Ousamos acrescentar as aulas de EMRC.

A aquisição desta consciência fará com que o cristão do futuro tenha como característica distintiva a valorização dos recursos da criação.³³¹ A demanda do ser humano de amanhã ancorará na pacificação cósmica prometida em Isaías, destacando-se nesta conhecida períclope o versículo nove, que proclama o benefício do «fator-deus» na ordem das coisas criadas: «a terra está cheia do conhecimento do Senhor» (Is 11, 9). O profeta agraça o conhecimento de Deus à paz que a criação vivenciará.

Na encíclica LS há uma clara vontade de atualização, por parte do Papa Francisco, da espiritualidade franciscana. No número 10, da LS, que define o santo de Assis como um «místico e um peregrino que vivia na harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo», há um convite implícito para irmos ao encontro da mística que sempre olhou para a criação como uma escola de oração, como um palco de excelência para a reverberação da mensagem divina. A esse respeito, a sabedoria vetero-testamentária realça, tal como vimos anteriormente, que «na grandeza e na beleza das criaturas, contempla-se, por analogia, o seu Criador» (*Sab* 13, 5).

Nesta sequência, apraz-nos afirmar que ao falarmos de espiritualidade contemporânea é convicção de muitos autores que as espiritualidades que sobreviverão são aquelas que levam em conta a responsabilidade do ser humano, que atribuem valor à existência material, ao mundo técnico e, em geral, à história. Por conseguinte, Francisco de Assis, ao propor uma espiritualidade integradora, em que todos os seres da natureza são chamados de irmãos, convida o ser humano a ter uma atitude responsável de obediência à ordem criada por Deus (LS 218).

Nesta conformidade, a espiritualidade do futuro não poderá retalhar a criação em «dualismos» ou em «evasões oníricas», não terão hipóteses de progressão no mundo contemporâneo. Elas terão de ser necessariamente integradoras e responsabilizadoras.³³² Ora, a questão ecológica deverá ser entendida como relação, interação e diálogo de todas as coisas existentes – «no universo, tudo está conectado»³³³. A espiritualidade ecológica desabrocha quando o ser humano se abre ao mistério presente na interligação de tudo o que envolve a criação.

³³¹ Cf. S. De Fiores e T. (Orgs.) Goffi, «Espiritualidade contemporânea», *Dicionário de espiritualidade*. (Edições Paulinas, 1989), 354.

³³² Cf. De Fiores e Goffi, 354–55.

³³³ Muriel Zapata, “Ecoteología: Aportes de La Teología y de La Religión En Torno Al Problema Ecológico Que Vive El Mundo Actual,” *Revista Producción + Limpia* 13, no. 1 (2018): 94.

Nesta ordem de ideias, a espiritualidade aqui proposta faz parte da ecologia integral. A ecologia é a ciência das inter-relações da casa, quanto à ecoespiritualidade, se quisermos, «é o caminho interior de resignificação da casa».³³⁴

A ecoespiritualidade pretende resignificar a espiritualidade tendo em vista os desafios pelos quais passa «a vida e a mãe-terra». A proposta da designada ecoespiritualidade pretende construir de forma integrada as relações da casa, através do cuidado e do respeito com toda a «comunidade de vida», reconhecendo que a fonte originária de onde tudo provém é Deus Trindade, Mistério do qual procuramos aprender a vivência das relações. Neste sentido, a ecoespiritualidade explana-se em atitudes de gratidão aos humanos e à criação, e de louvor a Deus pelos benefícios inerentes à obra da sua criação. Este modo espiritual de louvar tem a sua raiz na pulsão interior de gratidão do ser humano para com a Terra. Ela é, no final de contas, a «casa comum» que dispõe das condições necessárias para a nossa existência.³³⁵

A maneira como a religião e a cultura imaginam Deus é fundamental na relação do ser humano com a natureza.³³⁶ Se é apanágio da ideia de Deus o atributo da onipotência, ser humano, que é a sua imagem e semelhança, receberá um poder ilimitado sobre a natureza.³³⁷ O maior problema antropológico acontece quando o ser humano pela sua autossuficiência se esquece da sua origem e se acredita dono e senhor da natureza, à imagem do que vimos anteriormente.

É neste sentido que aventamos que uma das expressões fundamentais para a devida vivência de uma espiritualidade ecológica pode encontrar-se nas seguintes expressões: a necessidade de despojamento para que o ser humano se sinta parte efetiva da criação; a necessidade de interagir com a criação através da contemplação; a tentativa de se irmanar física e espiritualmente com as coisas criadas.³³⁸ Estas expressões, embora a nosso ver passíveis de discussão, são capazes de sustentar uma ética da responsabilidade, do cuidado e da solidariedade para com a vida planetária.

A espiritualidade ecológica, mencionada na LS 208, pode ser definida como um impulso inerente ao próprio ser humano: «atitude basilar de se auto-transcender, rompendo com a

³³⁴ Helena Rech, «Espiritualidade Ecológica O caminho do coração Partilha de uma experiência», *Atualidade Teológica* 37 (2011): 140.

³³⁵ Cf. Afonso Murad, «Ecoteologia: ciência da fé e espiritualidade», *Revista Pistis Praxis Teologia e Pastoral* 12, n. 3 (2020): 533, [https://doi.org/https://doi.org/10.7213/2175-1838.12.003.DS01](https://doi.org/10.7213/2175-1838.12.003.DS01).

³³⁶ Cf. Zapata, «Ecoteología: aportes de la teología y de la religión en torno al problema ecológico que vive el mundo actual», 95.

³³⁷ Cf. Zapata, 103.

³³⁸ Cf. Elias Wolff e Suzana Matiello, «Espiritualidade ecológica para a humanização da “casa comum” – Aproximações a partir do cap. VI da Laudato Si’», *Revista de Cultura Teológica* 96 (2020): 20, <https://doi.org/10.23925/rct.i96.49902>.

consciência isolada e a auto-referencialidade, é a raiz que possibilita todo o cuidado dos outros e do meio ambiente».

A dimensão interna da espiritualidade franciscana para com o meio-ambiente foi encontrada numa mesa-redonda na qual se debateram formas de proteção da natureza. No decorrer deste debate, um índio decidiu intervir com o seguinte comentário: «não entendo o discurso de vocês, todos querem proteger a natureza; eu sou a natureza e protejo-me».³³⁹ O espanto surgiu pelo facto de todos falarem sobre a natureza como quem está fora dela, porque ninguém se sentia parte dela. O indígena «sentia-se natureza». Protegê-la é proteger-se a si mesmo. Haverá melhor filão para o exercício da espiritualidade ecológica?

2.7. Conversão ecológica

A proposta da encíclica LS sugere uma dupla conversão ambiental: por um lado, mostra-nos o que é necessário mudar ao nível do pensamento e, ao mesmo tempo, confere as ideias desse novo modo de atuação que Deus espera de nós.³⁴⁰

O conceito de conversão apresenta-se como um dos vocábulos determinantes na relação entre o ser humano e Deus. Transporta em si um halo de esperança em que se reconhece o ser humano como um ser que não quer ficar preso na falha cometida. A conversão tem em si a vitalidade de se poder começar de novo, havendo a possibilidade de o ser humano reerguer-se diante de Deus e dos homens. A conversão é complementar ao conceito de redenção, sendo «o ato criador do amor misericordioso de Deus».³⁴¹ «a exigência da conversão acompanha todo o crescimento da fé e toda a vida do crente, sendo a principal expressão da sua fidelidade».³⁴²

Um dos sinais da conversão ecológica verifica-se num projeto que envolveu diversas confissões religiosas, designado «Igrejas Verdes». Esta iniciativa começou em 2006, na Igreja Unida do Canadá (a segunda maior Igreja cristã do país), e estendeu-se às confissões protestantes e inter-religiosas. O objetivo desta iniciativa espiritual, passa por conferir às comunidades ferramentas para dinâmicas ambientais, com base em três linhas gerais de ação: a espiritualidade, a educação e a práxis. É neste âmbito que entra a dinâmica da ecoespiritualidade.³⁴³

³³⁹ Cf. Leonardo Boff, “La Tierra Como Baúl de Recursos Infinitos o Como Casa Común Viva?,” 2019, acedido a 8 de outubro de 2021, <https://amerindiaenlared.org/>;

³⁴⁰ Cf. Arturo Montano, «La conversión ecológica, hacia un nuevo estilo de vida», *Teología y Catequesis* 3 (2016): 105.

³⁴¹ José Policarpo, «Conversão», *Enciclopédia de Fátima* (Principia, 2007), 150.

³⁴² Policarpo, 151.

³⁴³ Cf. Anderson Barroso, «“Igrejas verdes”: uma proposta eclesial de conversão ecológica», em *Decolonialidade e práticas emancipatórias. Novas perspectivas para a área de Ciências da Religião e Teologia* (Belo Horizonte, 2019), 734, file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/32.pdf-150621165334.pdf.

À semelhança do projeto «Igrejas Verdes», foi criada em Portugal a «Rede Cuidar da Casa Comum» que engloba Movimentos da Igreja Católica e de outras Igrejas cristãs, pessoas a título individual, instituições, organizações e movimentos.

O projeto em causa – «Rede Cuidar da Casa Comum» –, surgiu inspirado nas indicações do Papa Francisco na Encíclica *LS*. Trata-se de uma proposta que tentou encetar um caminho para melhorar as práticas ambientais e ecológicas das comunidades cristãs. Esta rede procura intervir, ao nível do contexto eclesial, escolar, incluindo movimentos eclesiais, numa busca efetiva de uma conversão ecológica, que implica propostas pastorais concretas. Para isso, a rede dispõe de materiais de âmbito pedagógico para sessões de esclarecimento e sensibilização, promovendo a criação de focos de conversão ecológica que visam promover uma ecologia integral. Divulga, ainda, boas práticas neste âmbito, ou seja, projetos desenvolvidos no país que fomentaram a ecologia integral. As propostas educativas apresentadas, no último capítulo deste trabalho, serão parcialmente inspiradas nos planos de ação dos focos de conversão ecológica, em contexto escolar.

Podemos então refletir, de uma forma mais geral, sobre a ecologia integral, no contexto da disciplina de EMRC, na qual é cada vez mais usual cruzarmo-nos com jovens não crentes ou com alunos que vivem a sua espiritualidade desconetada de qualquer instituição, tendo como premissa a adesão a questões ambientais. A pergunta que se levanta, primeiramente, é: os jovens portugueses interessam-se por questões ambientais? Num estudo realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, com uma amostra de quatro mil novecentos e quatro jovens portugueses, com idades entre os 15 e os 34 anos, foi analisada «a atitude dos jovens perante as questões climáticas e ambientais», tendo sido avaliado o «grau em que os jovens sentem que têm a responsabilidade de tentar reduzir as alterações climáticas», medido numa escala de 0 («não sinto nenhuma responsabilidade de tentar reduzir as alterações climáticas») e 10 («sinto muita responsabilidade de tentar reduzi-las»).³⁴⁴ Da amostra total, 64% dos inquiridos, referiram valores superiores a 6, logo, sentem-se responsáveis por tentar reduzir as alterações climáticas.³⁴⁵

Note-se que os dados percentuais, mais evidentes remetem-nos para valores que dão atualidade às preocupações do pontificado de Francisco, fazendo-nos entender que os jovens se sentem sensibilizados pelas causas ambientais, a pergunta que se ergue é simples: que resposta é que a Igreja tem para dar, na medida em que não se pode dissociar do interesse ambiental dos jovens portugueses? Embora o estudo não apresente a posição desta amostra em relação à fé,

³⁴⁴ Laura (coord) Sagnier e Alex (Coord) Morell, *Os jovens em Portugal, hoje. Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021), 296, <https://www.ffms.pt/FileDownload/f2d755a7-044a-42f1-ac22-a58dc3fa166b/os-jovens-em-portugal-hoje>.

³⁴⁵ Cf. Sagnier e Morell, 296.

os agentes pastorais não podem baixar os braços. Este é o *kairós*, o tempo da conversão! Urge que a Igreja, quiçá, munida dos apelativos materiais produzidos pela «Rede da Casa Comum», ou, porventura, adaptados das «Igrejas Verdes», atue, indo ao encontro dos jovens. A criação de projetos ambientais poderá ser uma forma de criar pontes de ligação com este público-alvo, tornando-os agentes de mudança nas comunidades, dando-lhes «ouvidos», liberdade, valorizando as suas capacidades, envolvendo-os em projetos de voluntariado. Tudo isto levará os jovens a entender que a Igreja é uma referência, que pode ser um modelo a seguir, que atua efetivamente junto do Povo de Deus. A maioria das iniciativas supramencionadas podem ser desenvolvidas na disciplina de EMRC, envolvendo a escola, as famílias e estruturas comunitárias.

No capítulo que se segue, vamos refletir e propor uma readaptação da UL «A Partilha do Pão» à luz da LS, tendo em conta a espiritualidade ecológica inerente à designada encíclica verde, por considerarmos que os conteúdos desta UL podem ser expandidos e atualizados com esta transformação proposta.

CAPÍTULO III

REVISÃO DA UL «A PARTILHA DO PÃO» À LUZ DA *LAUDATO SI'*

3.1. Introdução

Cabe-nos uma justificação inerente ao facto de termos plasmado neste capítulo os conceitos, e as respetivas reflexões teológicas, acerca da UL «A Pessoa Humana» e da UL «A Partilha do Pão». Não é despiciendo entremear os dois conceitos. É bom não esquecer que o valor da pessoa acontece quando é validado e valorizado na alteridade com os outros. Ao afirmarmos que a pessoa é valorizada na sua abertura a um processo relacional, concluímos que esta relação é partilha: partilha do que tem materialmente, espiritualmente ou, melhor dizendo, «partilha de si» e dos seus dons. As interligações do conceito de pessoa com a atitude da partilha ajustam-se, na medida em que culminam num dos campos relacionais mais notáveis, sob o ponto de vista antropológico: a doação, a partilha, a entrega, a gratuidade. A partilha acaba por ser, na sequência do que estamos a dizer, um reconhecimento e uma validação do valor da pessoa, ou seja, do respeito absoluto pela sua dignidade.

O caminho pedagógico da UL «A Pessoa Humana» possibilita incutir nos alunos um novo olhar sobre os capítulos da formação da identidade, desenvolvida na comunhão com os outros. Nesta perspetiva, a pessoa enquanto ser para os outros molda-se na relação com estes. Tudo isto é um caminho desvelado progressivamente nesta UL. E, aqui, podemos trazer novamente à colação a importância da UL «A Partilha do Pão» – para o aprofundamento do ser-se pessoa. O contacto com instituições de solidariedade que esta UL pode potenciar, de forma direta ou indireta, é muito importante para cimentar os valores da partilha, sendo também decisiva para se perceber que a pessoa se forma na atenção relacional com as outras pessoas. Por exemplo, «pequenas» experiências de voluntariado que possamos proporcionar aos alunos nesta UL acerca da partilha constituem uma «brecha», na qual poderá desabrochar o sentido do dom, enquanto experiência teofânica de proximidade com Deus. Se o amor, tal como o entendemos no cristianismo, é pura gratuidade, sem expectativas de granjear reciprocidades, podemos concluir que estes possíveis momentos constituirão uma abertura ao transcendente.

As duas UL's possibilitam dar a conhecer aos alunos instituições que zelam pelo valor da pessoa humana, ao nível da saúde, da educação, da caridade. O contacto, direto ou indireto, com este tipo de «organizações altruístas» é, na nossa ótica, uma revelação de instituições que, no mais abnegado voluntariado, são capazes de zelar pela outra pessoa, decaída no seu valor enquanto pessoa. É também uma forma dos alunos se sentirem interpelados pelos valores subjacentes ao voluntariado, à entrega «de si mesmo» e ao «estar ao serviço» dos outros. Com estes exemplos é possível, com o devido distanciamento, criar uma analogia entre o sinal de

serviço de entrega, que Jesus nos deixou no Lava-Pés e na Última Ceia, e o serviço que tantos voluntários desempenham. Com estas propostas pedagógicas é possível contribuir para a nova reflexão antropológica que a LS propõe, fazendo com que os discentes entendam o ser humano como cuidador da criação, neste caso, de outros seres humanos. Assim sendo, tornam-se participantes ativos da criação, na medida em que contribuem para que todos vivam com dignidade. Nenhum ser humano se pode resignar, vendo outra pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus, desprovida da sua dignidade.

Esta coresponsabilização dos seres humanos em relação à natureza é também visível nas duas UL's aqui articuladas, embora na UL «A Partilha do Pão» esteja presente de um modo mais explícito do que na UL «A Pessoa Humana». Ora vejamos, nesta última UL há um apelo à autenticidade como fidelidade à vocação de cada um. A principal vocação dos crentes é «colaborar com Deus na construção de um reino de amor».³⁴⁶ Cada qual contribui para este reino, segundo as suas particularidades, procurando descobrir de que modo pode colaborar através das pessoas que nos rodeiam, dos acontecimentos da vida, da natureza que nos fala de Deus. Esta UL impele-nos a escutar a linguagem da criação e a «dignificarmos a nossa natureza sobre todas as outras espécies».³⁴⁷

Na UL «A Partilha do Pão» a coresponsabilização dos seres humanos em relação à natureza é notória de forma mais explícita, pois, nesta parte-se do pressuposto que muitas das situações sociais que conduzem à pobreza e fome ocorrem devido a uma má gestão dos recursos naturais. Esta UL apela para uma intervenção urgente que evite que a água, como bem essencial, se esgote, apelando à resolução dos problemas ecológicos através de um freio na ganância humana. Muitas das causas que conduzem à injusta distribuição de bens são apontadas como sendo de responsabilidade humana e derivadas da exploração excessiva do ser humano sobre a natureza, conduzindo, conseqüentemente, a desequilíbrios ecológicos.

Seguidamente, serão apresentadas algumas reflexões teológicas, à luz da LS, que constam do Relatório de Prática de Ensino Supervisionada, sobre todos os objetivos que constituem a UL «A Partilha do Pão» e a UL «A Pessoa Humana».

³⁴⁶ Urbano, Pires, e Martins, *Estou contigo*, 28.

³⁴⁷ Urbano, Pires, e Martins, 45.

3.2. Reflexão Teológica a partir dos objetivos da UL3 «A Partilha do Pão»

1. Descobrir a dimensão simbólica da refeição

A primeira abordagem que nos apraz efetuar à dimensão simbólica da refeição é que ela constitui um acelerador de reunião e de estruturação comunitária. As refeições conjugam, em si, uma dimensão reparadora dos laços que catalisam a convivialidade. A comensalidade compõe uma ferramenta decifradora fundamental acerca da maneira de ser dos povos.³⁴⁸

A alimentação não se cinge a um mero esforço de sobrevivência. Por isso mesmo, as refeições, nas suas diversas formas de consumir os alimentos, geram uma linguagem que permite aos seres humanos comunicar entre si, outrossim transforma-se na mediação entre o Humano e o Sobrenatural. Há uma dimensão de vinculação inerente à celebração da refeição, seja ela um encontro de amigos, seja ela uma ritualização para o encontro com o transcendente.³⁴⁹

A comensalidade nas culturas judaicas era reservada. Os judeus, devido à alimentação *kasher*, não se misturavam devido aos higienismos inerentes à forma de comer da comunidade judaica.³⁵⁰ Há, por isso mesmo, uma diferença significativa entre as comunidades judaicas, extremamente ciosas da seleção alimentar que efetuavam, e as comunidades cristãs primitivas, que tentam quebrar com as barreiras da separação comensal dos judeus.

No Antigo Testamento é notório que, através da mesa e dos alimentos, surge uma linguagem de aceitação que Deus pronuncia a favor da humanidade. Aceitar ou rejeitar uma pessoa é dar-lhe ou rejeitar-lhe comida e aceitar partilhar a mesa com ela. Fica claro que Deus abençoa os seres humanos que lhe são fiéis com uma mesa abundante e farta.³⁵¹

Os convívios alegres em que Jesus sacia a multidão também se podem confirmar na passagem Mc 6, 34, quando Jesus, com cinco pães e dois peixes, manda servir a multidão.³⁵² Através deste milagre da partilha, Jesus fez-nos antever a oferta de Si próprio que faria mais tarde na Última Ceia e que continua a fazer em cada Eucaristia.³⁵³

A ordem comensal tinha um elemento fundamental nas refeições, importantíssimo para o bom curso dos convívios. O vinho assumia um papel capital. A intervenção de Jesus é claramente no sentido de repor a ordem. Enquanto nas bodas anteriores o vinho era, por vezes,

³⁴⁸ Cf. Lavrador, *Ao sabor da Bíblia*, 5.

³⁴⁹ Cf. Lavrador, 13.

³⁵⁰ Cf. Lavrador, 15.

³⁵¹ Cf. Lavrador, 26.

³⁵² Cf. Lavrador, 41.

³⁵³ Vatican News, «Audiência: alimento não é propriedade privada. O apelo do Papa pelas crianças famintas», 2019, acedido a 16 de maio de 2022, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-03/papa-francisco-audiencia-geral-pai-nosso-alimento.html>.

um elemento desagregador, nas Bodas de Caná, o vinho assume um papel importantíssimo (Jo 2, 3).³⁵⁴

Um pormenor importante, ao nível da Sagrada Escritura, é que as refeições no Antigo Testamento são descritas ao pormenor, no respeitante à forma como os alimentos são cozinhados e servidos tendo em vista a comemoração da Páscoa. Ao passo que o Novo Testamento apenas refere o pão e o vinho e mais nada diz acerca do que se comeu naquela ocasião. Neste sentido, é comum ver-se no Novo Testamento alusões ao pão e ao vinho. O pão e o vinho conjugam a significação mais completa da Páscoa: sacrifício, morte e renascimento (Cor 11, 26).³⁵⁵

A manifestação de Deus aos homens, no contexto de uma refeição coletiva, procura salientar uma linguagem de abundância e de convivialidade e, ainda, destacar as refeições como momentos cruciais na vida religiosa dos homens. Na verdade, dar de comer entende-se como «metáfora» para «ensinar», «iluminar».³⁵⁶ Tirar a fome, saciar ou viver em abundância é o modo como se descreve a plenitude da relação com Deus.³⁵⁷

Comer com os outros, na sequência do que nos diz a Sagrada Escritura, constitui um gesto simbólico de expressiva solidariedade, de amizade e de comunicação interpessoal. Comer com alguém é algo mais do que satisfazer a fome ou adquirir os nutrientes necessários para suprir as necessidades do corpo. Uma refeição é, acima de tudo, ambiente, conversação e comunicação interpessoal. É amizade, aliança e reconciliação.

Na senda de explicar aos alunos a dimensão simbólica dos alimentos, a UL propõe que se analise o simbolismo particular de alguns alimentos, que são dádivas de Deus, isto é, oferta do Criador ao ser humano, transmitindo aos discentes que a Bíblia retrata e fala de banquetes, mas também de alimentos simples e singelos, que se encontram às nossas mesas diariamente.

Foi abordado,³⁵⁸ tal como preconizava o anterior programa ao vigente, o leite e o mel como dois alimentos retirados pelo ser humano diretamente da natureza. O leite como alimento essencial para a sobrevivência dos mamíferos é uma bebida que dá vida, simbolizando a riqueza alimentar. Por sua vez, o mel, enquanto enigmático produto das abelhas, representa a energia. A sua doçura é comparada à mensagem de Deus (Ap 10, 9). O leite e o mel estão associados a uma vivência paradisíaca. Deus prometeu a Abraão uma «terra que mana leite e mel» (Ex 3, 8), ou seja, uma terra fértil e com abundância de alimentos para o povo.³⁵⁹

³⁵⁴ Cf. Lavrador, *Ao sabor da Bíblia*, 49.

³⁵⁵ Cf. Lavrador, 55.

³⁵⁶ Cf. Lavrador, 61.

³⁵⁷ Cf. Lavrador, 61.

³⁵⁸ Foi uma forma de criar uma atividade alusiva à semana da alimentação, de modo a realizar uma atividade dinâmica em sala de aula.

³⁵⁹ Cf. Manfred, *Dicionário de Figuras e Símbolos Bíblicos*, 133–34; 148–49.

No que diz respeito à água, é fonte de vida física e espiritual, tornando novas as coisas, renovando a vida, purificando-nos. O Batismo e a aspersão de água benta são dois momentos conhecidos pelos nossos discentes em que «A água derramada (...) é sinal de vida nova» (LS, 235), renovada e purificada. Jesus intitula-se como «água viva», isto é, como Aquele que tem a capacidade de matar a sede do nosso coração.³⁶⁰

Em relação ao pão, este é considerado o alimento base. Falar em pão é falar em comida. Durante muitos séculos foi a base de toda a alimentação. O pão é o resultado da união de muitos grãos de trigo, por isso, também é símbolo da unidade. No Antigo Testamento o pão ázimo representa as privações do povo hebreu escravizado no Egito. O maná é o pão que caiu do céu, alimentou o povo, constituindo uma prova de compaixão de Deus com o seu povo. No Novo Testamento Jesus é o novo maná, o pão que desceu do céu. Jesus adota o pão, dizendo que Ele próprio é o «Pão da Vida» (Jo 6).³⁶¹

Quanto ao vinho, este simboliza a alegria (Sl 104,15) e tem o poder de levar o ser humano aos píncaros, mas também pode destruir vidas. Tomar um copo de vinho com os que mais gostamos significa entrar numa comunicação íntima, exprime a vontade de partilhar a vida. A vida que o vinho significa está ligada ao sangue que Cristo derramou por nós na cruz e que foi pré-anunciado nos relatos da Última Ceia.³⁶²

No que concerne ao azeite, este simboliza a bênção divina. Era considerado um produto que «(...) com toda a sua força simbólica (...)»³⁶³ servia para curar feridas, temperar alimentos, iluminar e incorporar-se no louvor (LS, 235). Os reis e os governadores eram abençoados com o azeite. O azeite é por excelência o sinal do Espírito Santo. Ser ungido nos sacramentos é ser escolhido como alguém único e especial.³⁶⁴

Para além de todos os alimentos anteriores, temos também o cordeiro. Este é um animal simples e tolerante que sempre foi comparado ao Pastor Divino. A mansidão com que se deixa conduzir ao matadouro, desprovida de qualquer sinal de resistência, é inigualável. Foi traçado um paralelo entre o cordeiro e Jesus que aceitou de forma humilde e silenciosa, o seu sacrifício na cruz. No Antigo Testamento é o símbolo mais antigo da Páscoa Judaica. Em contrapartida, no Novo Testamento o cordeiro é o próprio Jesus Cristo.³⁶⁵

A encíclica LS aborda o simbolismo de alguns dos supramencionados alimentos, mas, acima de tudo, propõe uma espiritualidade que valoriza o agradecimento destes antes das

³⁶⁰ Cf. Manfred, 2.

³⁶¹ Cf. Manfred, 172–73.

³⁶² Cf. Manfred, 262–63.

³⁶³ Manfred, 20.

³⁶⁴ Cf. Manfred, 19–21.

³⁶⁵ Cf. Manfred, 65–67.

refeições (LS 227), o cuidado com a criação e, consequentemente, o consumo ponderado dos mesmos (LS 211) de modo que, aquilo que uns desperdiçam, não seja roubado da mesa de outros (LS 50).

2. Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição de bens

A montante da injusta distribuição de bens entre a humanidade é apontada, no número 203 da LS, que uma das principais razões para os desequilíbrios redistributivos, está precisamente no facto de o mercado suscitar pela sua natureza «um mecanismo consumista compulsivo para vender os seus produtos», conduzindo as pessoas a uma espiral desenfreada «de compras e gastos supérfluos».

A obsessão inerente ao consumismo desenfreado tem assim a sua raiz, segundo este número da LS, no paradigma tecno-económico. A esse respeito defende-se que o ser humano «aceita os objetos comuns e as formas habituais da vida como lhe são impostos pelos planos nacionais e pelos produtos fabricados em série e, em geral, age assim com a impressão de que tudo isto seja razoável e justo».³⁶⁶ «O homem é livre de poder usar o seu poder como quiser»,³⁶⁷ mas é aí, precisamente, que o ser humano se vê confrontado com a possibilidade de utilizar o poder de uma forma má e, inclusive, destruidora.

Poderíamos perguntar: mas então o que é que garante uma utilização correta do poder? Nada: «Nada garante que a liberdade tome uma decisão certa. Tudo o que pode existir é apenas probabilidade, que reside no facto de a boa vontade se tornar num estado de espírito, numa atitude, num carácter».³⁶⁸ Concluimos, dizendo que não existe uma educação de carácter que torne provável a utilização correta do poder, ou melhor dizendo, «ainda não há uma ética elaborada e operativa sobre a utilização do poder».³⁶⁹ É nestas circunstâncias que se afirma o começo de uma nova era da história.

É neste sentido que a LS, no número 203, face à carestia e à distribuição injusta de alimentos com os consequentes problemas ao nível da fome e da subnutrição, trabalhados nos conteúdos deste objetivo, alerta para o facto de que se parte de um pressuposto falso quando se faz crer que todos «são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a minoria que detém o poder económico e financeiro».

³⁶⁶ Romano Guardini, *O fim dos tempos modernos* (Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1964), 66.

³⁶⁷ Guardini, 110–11.

³⁶⁸ Guardini, 111.

³⁶⁹ Guardini, 111.

Face à questão da boa utilização do poder que se detém, é notório que a humanidade pós-moderna ainda «não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e esta falta de identidade é vivida com angústia» (LS 203).

Por outro lado, nem tudo está perdido, pois segundo o ponto 205 da LS «o homem pode superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionalismo psicológico e social que lhes seja imposto». A esperança não poderia ser mais vivaz quando nos é dito que «não há sistemas que anulem, por completo, a abertura ao bem, à verdade e à beleza, nem a capacidade de reagir que Deus continua a animar no mais fundo dos nossos corações» (LS 205).

No que se refere à injusta distribuição de bens e às situações de pobreza e subnutrição que o mundo apresenta podemos ir ao encontro do que Bento XVI refere no seu discurso à Cúria Romana sobre o conceito «linguagem da criação»,³⁷⁰ que já falámos no ponto 2.3.4..

Se formos a ver, a palavra «linguagem» sinaliza a ideia imediata de comunhão, de comunicação, de expressão. «Escutar», na semântica bíblica, é sinónimo de obediência. Há uma inversão no olhar antropológico sobre a criação, na medida em que a escuta da linguagem da criação convida a um relacionamento reverente, respeitador da natureza, por parte do ser humano. O Papa Bento XVI defendeu que escutar a linguagem da criação significa ir em busca de uma harmonia, em parte inscrita na lei natural das coisas criadas. Em contrapartida, a não escuta da linguagem da criação reflete-se quando o ser humano se autoemancipa da criação do criador.³⁷¹

Ora, a escuta da criação tem como grande foco a edificação de uma relação harmónica entre o ser humano e a natureza. Este seria um dos objetivos que mais ganharia ao ser revisto à luz da LS, pois mais do que explorar causas naturais que conduzem à pobreza, que são amplamente analisadas em outras disciplinas, importa aprofundar as causas humanas que levam à injusta distribuição de bens.

3. Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome

No número 213 da LS são apontadas soluções de ordem educativa, tendo em vista a sensibilização na luta contra a fome. A disciplina de EMRC poderá ter uma palavra a dizer na escola tendo em ordem a sensibilização educativa. Por outro lado, a família, os meios de

³⁷⁰ Cf. Bento XVI, Discurso ao Bundestag, Berlim (22 de setembro de 2011) citado em António Martins, «Para uma ecologia integral - acentuações de *Laudato Si*», em *Eu vim para que tenham vida. A vida que brota de Deus no acontecer na História.*, 2017, 178.

³⁷¹ Cf. Ponto 1 e 4, Papa Bento XVI, «Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana por ocasião dos votos de Feliz Natal».

comunicação e as catequeses têm necessariamente de contribuir para essa sensibilização contra a fome. A família tem um papel inultrapassável, porque é lá que se cultivam os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, nomeadamente a proteção de todas as criaturas e, sobretudo, é lá que se incute o respeito pelo que nos rodeia.

No número 214 da LS há um convite para que as associações, onde a Igreja também se inclui, tenham uma parte ativa no atendimento às manifestações de indigência. Segundo Francisco, será fundamental «o cuidado da fragilidade dos pobres e do meio ambiente».

Interessante verificar que, na atenção à humanidade, que está privada de alimentos, as instituições têm um papel fundamental. Mas ainda antes de se focar nas diversas instituições, o Pontífice sublinha, em primeiro lugar, a família, no número 227 da LS. Ela é a primeira instituição que deve estar atenta a situações de carestia alimentar. Para tal, o Papa estimula as famílias a agradecer a Deus as refeições. O objetivo desta prática será as famílias consciencializarem «que a nossa vida depende de Deus, fortalece o nosso sentido de gratidão pelos dons da criação, dá graças por aqueles que com o seu trabalho fornecem estes bens, e reforça a solidariedade com os mais necessitados» (LS 227).

O papel de algumas instituições internacionais, como a FAO ou, ao nível particular de cada país, a Cáritas e os Bancos Alimentares Contra a Fome, que se regem parcial ou totalmente pelos princípios da DSI, enquadra-se naquilo que a LS sugere no número 231 da LS, o conceito de «amor social». É considerado pelo Papa como a chave para um desenvolvimento autêntico: «Para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social – nos planos político, económico, cultural – fazendo dele a norma constante e suprema do agir» (LS 231). Deste modo, «o amor social impele-nos a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade» (LS, 231), conduzindo-nos a uma cultura de cuidado do outro.

Mergulhando na Carta Encíclica FT, mais propriamente no número 162, a grande questão social apontada pelo atual Papa é o trabalho. A melhor ajuda para um pobre, o mais correto caminho para uma existência digna é o trabalho, pois, «ajudar os pobres com o dinheiro deve sempre ser um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho» (FT, 162).

No número 175, da Carta Encíclica FT, o Papa dá graças a Deus pela existência de muitos grupos e organizações da sociedade civil, embora não mencionando nenhum em particular, que ajudam a compensar as debilidades da Comunidade Internacional. Vale a pena

citar o Santo Padre quanto ao apreço que tem sobre as diversas instituições que atuam no terreno onde grassam as carestias mais diversas:

adquire uma expressão concreta o princípio da subsidiariedade, que garante a participação e a ação das comunidades e organizações de nível menor, que integram de modo complementar a ação do Estado. Muitas vezes, realizam esforços admiráveis com o pensamento no bem comum, e alguns dos seus membros chegam a cumprir gestos verdadeiramente heroicos que mostram de quanta bondade ainda é capaz a nossa humanidade.

Mostrar aos alunos estes gestos heroicos, de quem muitas vezes faz muito com pouco, é fazê-los contactar com casos reais de pessoas e/ou instituições que partilham uma parte de si mesmo, sendo pão para os outros, certos de que este testemunho irá despertar nos estudantes a certeza de que a dimensão religiosa não está desligada da realidade, interpelando-os à reflexão sobre a fonte de inspiração para tais comportamentos.

4. Reconhecer o valor da solidariedade

O Santo Padre chama ao valor da solidariedade – «virtude moral e comportamento social» (LS, 114), defendendo, no número 158 da LS, que esta é uma consequência inevitável advinda da luta pelo bem-comum que os homens deverão encetar perante as desigualdades sociais existentes nos tempos que correm. Nesta lógica, a solidariedade impele «que todos se sintam responsáveis por todos» (CV 38). O amor fraterno que nos implica e responsabiliza pelos outros advém de Deus ser o nosso Pai comum. Esta relação amorosa manifesta-se no cuidado do outro, mas também com a natureza, pois, tudo está interligado (LS 228). Somos, desta forma, convidados a zelar (individual e comunitariamente) pela qualidade de vida daqueles que têm menos, e pelo mundo, conscientes que habitamos uma «casa comum» que nos foi deixada pelo Criador (LS 232). É-nos pedida solidariedade com as gerações futuras, mas também com aqueles que hoje habitam a mesma casa que nós.

O Papa Francisco indica, no número 106 da FT, que o caminho para a fraternidade universal e para a sobrevivência humana é reconhecer que as pessoas têm todas um valor incalculável, independentemente do sítio ou condição social em que nascem. Se assim fosse, o ser humano não poderia ser conivente com o facto de inúmeras pessoas viverem em condições pouco dignas. Esta consciencialização do valor do outro é um passo imprescindível para que se pratique a solidariedade, indo ao encontro das necessidades daqueles que se encontram mais fragilizados.

É ressaltado, no número 115 da FT, que a família é o espaço charneira onde medra uma cultura de voluntariado e fraternidade, de cuidado pelo outro. O valor da solidariedade pode ser

transmitido desde a mais tenra idade. A FT preconiza que a solidariedade «manifesta-se concretamente no serviço». O Pontífice deixa claro que entende por serviço «cuidar da fragilidade, cuidar dos frágeis das nossas famílias, da nossa sociedade, do nosso povo» (FT 115). O serviço nunca é ideológico, porque o atendimento se situa num âmbito antropológico, no qual a pessoa está em primeiro lugar.

O atual Papa chama a atenção para a força da palavra solidariedade, uma vez que ela tem a capacidade de remeter para um âmbito comunitário, «de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais» (FT 116).

A questão da solidariedade é colocada na LS num âmbito em que, claramente, a pessoa sente uma superação das suas amarras subjetivistas. A solidariedade remete necessariamente para o cuidado pela «casa comum». Na prática sincera da solidariedade há uma dinâmica que leva a própria pessoa a transcender-se, a adquirir uma consciência universal que se verifica no «cuidado mútuo que ainda possa existir nas pessoas. De facto, se alguém tem água de sobra, mas poupa-a pensando na humanidade, é porque atingiu um nível moral que lhe permite transcender-se a si mesmo e ao seu grupo de pertença. Isto é maravilhosamente humano!» (FT 117).

Ergue-se, a este respeito, a questão: até que ponto são separáveis a preocupação pela natureza e da justiça para com as populações mundiais desfavorecidas? Ou, se quisermos colocar a questão de outra maneira, será que se pode falar de cuidados ambientais sem mencionar a necessidade de uma ecologia humana verdadeiramente integradora (LS 10)? Não estará tudo interligado? A solidariedade pode ser apenas dirigida a pessoas, preterindo o seu contexto ecológico?

Em causa, na discussão dos ecossistemas, está também a sobrevivência do próprio ser humano, seja ele um embrião humano ou uma pessoa com deficiência (LS 117). A encíclica pretende interligar o ser humano como parte indissociável do ecossistema, a que se dá o nome de natureza. Quer isto dizer que a preocupação ambiental contida no documento papal não confere primazia antropológica ou primazia à natureza. Pelo contrário, assume o conceito de criação ou ecossistema como algo indissociável da existência humana. Até porque, se nos debruçarmos sobre o ponto 25 da LS, nomeadamente no que à relação entre o ser humano e a natureza diz respeito, há um firmar de que a indiferença face aos dramas humanos «é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil».

A fraternidade que nos impele à solidariedade não nos limita à intervenção junto dos habitantes, mas responsabiliza-nos pela «casa comum» que a todos abriga. O Papa Francisco reforça inúmeras vezes esta ideia, através da períclope mais repetida na sua segunda Encíclica «Tudo está interligado» (LS 16, 91, 117, 138, 240), fazendo-nos antever que «Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social», logo, a solução desta crise socio-ambiental exige uma abordagem integral (LS 139) capaz de criar uma nova relação com a natureza e um novo ser humano (LS 118). Nesta lógica, dissolver os problemas ambientais implica que o ser humano resolva os seus problemas com a natureza, mas também com as suas relações humanas e com Deus (LS 119).

Mais do que uma ecologia que «estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem» (LS 138), o Santo Padre defende uma ecologia integral que abarque em si as dimensões humanas, éticas e sociais. Se a crise ambiental abrange uma componente espiritual e civilizacional, e se tudo está interligado, então a solução para estas problemáticas terá de ter em conta os sistemas naturais e sociais (LS 139). O crescimento económico, nesta lógica, deverá ter em conta o meio ambiente como uma dimensão integrante, potenciando uma visão mais integral e integradora (LS 141), como vimos anteriormente. Logo, o ser humano deveria tomar consciência da urgência de modificações no seu tipo de vida (LS 23), nos padrões de consumo que deverão ter em conta as realidades sociais dos que mais sofrem, o cuidado da natureza e o ganho financeiro, assim como a «preservação do meio ambiente com o progresso» (LS 194).

Esta interdependência, que a LS tão bem ressalva, implica que o ser humano pense num mundo comum e que siga um projeto comum (LS 164).

5. Reconhecer nos relatos da Última Ceia o seu significado essencial para a mensagem cristã

Ao debruçarmo-nos sobre a Última Ceia, vemos que a Palavra tem um papel de grande relevo em todo o desenlace da última refeição histórica de Jesus antes da sua morte. Há vários pormenores na metódica preparação desta grande refeição: decorreu num tempo (no primeiro dia dos ázimos), foi de tarde (Mc 14, 15). Em termos de espaço, a cena decorre numa grande sala no andar de cima, mobilada e toda pronta, tendo em vista a comensalidade de Jesus e dos doze.³⁷²

Há, na Última Ceia, no que respeita à convivialidade que as refeições proporcionam, uma interminável discussão, na versão lucana do Evangelho, entre os discípulos. Ou seja, a

³⁷² Cf. Lavrador, *Ao sabor da Bíblia*, 51.

Última Ceia foi palco de acesas partilhas de ideias e de aprofundamento daquilo que Jesus estava a realizar.³⁷³

A tradição de lavar os pés na ceia judaica era efetuada obrigatoriamente ao hóspede por um escravo ou por um empregado da casa. Era um gesto hospitaleiro de acolhimento. Jesus fê-lo com os seus discípulos como forma de revelar a sua entrega total. Deus quer levantar/elevar a pessoa em toda a sua dignidade nem que para isso tenha de fazer o papel do escravo.³⁷⁴ A falsa imagem de um Deus terrível e implacável, no gesto do lava-pés, fica completamente desconstruída, sendo substituída pela imagem de um Deus misericordioso, compassivo que se rege pela lei do amor.

Por isso mesmo, o gesto de lavar os pés é portador de uma humilde submissão por parte de quem realizava este gesto. É impressionante a lição de serviço que Jesus quis demonstrar. A missão do espírito de serviço, do verdadeiro amor contido na Última Ceia fica assim mais esclarecida do que nunca: «Ele veio servir e não ser servido», reafirmou nesta sequência que se amassem uns aos outros, exortou que não exercessem autoridade como os reis da terra, e, por último, que estivessem sempre em espírito de serviço. Ao fim ao cabo, anuímos com o evangelista Lucas que Jesus estava no meio deles como quem serve (Lc 22, 27).

Ao refletirmos acerca da Última Ceia, em três tópicos, a saber: a discussão já referida dos discípulos; a palavra semeada à mesa; e os próprios gestos de Jesus, entendemos que constitui um fortíssimo prenúncio do que vai acontecer pouco depois com a sua Paixão.³⁷⁵ Ora o gesto de lavar os pés e, sobretudo, a doação do pão e do vinho antecipam o mistério da Páscoa.

Ambas as cenas, quer a do Lava-Pés quer a da doação do Pão e do vinho, terminam de uma forma muito semelhante, com a mesma recomendação: «Fazei vós o mesmo», «fazei isto em memória de Mim».³⁷⁶

Ora participar na Eucaristia – alimentarmo-nos de Cristo «entregue por nós» –, apesar de ter uma grande densidade espiritual, levanta, outrossim, uma questão determinante: pode ter sentido a Eucaristia se não vai acompanhada da atitude de serviço e de caridade? A esse respeito é preciso lembrar que Paulo teve de dizer aos Coríntios que o que celebravam não era a «Ceia do Senhor», porque lhes faltava a caridade (1Cor 11).³⁷⁷ A caridade não deverá ser para a Igreja vista como uma forma de assistência social, mas como parte intrínseca da sua natureza. A Igreja e os seus membros não deverão ser complacentes com o sofrimento de outros que não têm o necessário para viver (*Deus Caritas Est* 25).

³⁷³ Cf. Lavrador, 53.

³⁷⁴ Cf. Casiano Floristán, *Celebraciones de la comunidad* (Maliaño: Sal Terrae, 1996), 113.

³⁷⁵ Cf. José Aldazábal, *Gestos y símbolos* (Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 1989), 315.

³⁷⁶ Cf. Aldazábal, 318.

³⁷⁷ Cf. Aldazábal, 318.

6. Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si

Este tema enquadra-se no âmbito da educação e da espiritualidade ecológicas, aliás bem presente na reflexão da LS, nomeadamente no número 208. Segundo o Santo Padre, é sempre possível ser pão para os outros. Tanto mais que o sentido comunitário de ir ao encontro do outro está cravado no mais íntimo da alma cristã. Sem essa sensibilidade interior é impossível reconhecer nas outras criaturas o seu valor, nem muito menos qualquer interesse em cuidar de algo para os outros. O «gastar-se» pelo outro gera um mecanismo de auto-transcendência, sobretudo, quando se rasga o autocentramento individualista. É a partir desse mecanismo de mudança pessoal que se torna possível o cuidado dos outros e pelo meio ambiente. A LS entende que este sair de si se converte, inclusive, numa «reação moral» que mais não é do que uma ação e decisão pessoal fora de si mesmo. Registamos a citação literal do número 208, da encíclica papal, sobre o ambiente por ser extremamente eloquente: «quando somos capazes de superar o individualismo, pode-se realmente desenvolver um estilo de vida alternativo e torna-se possível uma mudança relevante na sociedade».

A mudança relevante na sociedade, em consequência da partilha de si próprio, também é subscrita na FT quando Francisco propõe que deve ser suscitada no interior do ser humano uma «paixão compartilhada por uma comunidade de pertença e solidariedade, à qual saibamos destinar tempo, esforço e bens» (FT 36). Segundo o Santo Padre, é esse doar-se que evitará que muitos fiquem condenados à «náusea e ao vazio». O número 36 da FT remata o seu pensamento de uma forma profundamente sapiencial: «“salve-se quem puder” traduzir-se-á rapidamente no lema “todos contra todos”, e isso será pior que uma pandemia» (FT 36).

Retornando à encíclica sobre a «casa comum», LS, no seu número 220, há que haver uma conversão tendo em vista a gestação do cuidado generoso e cheio de ternura pelo outro. Isto necessariamente implica «disposições gratuitas de renúncia e gestos generosos, mesmo que ninguém os veja nem agradeça». «Que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua direita (...); e teu Pai, que vê o oculto, há-de premiar-te» (Mt 6, 3-4). Estes laços da caridade vincam o facto de não se estar apartado dos outros, uma vez que há uma «consciência amorosa de não estar separado das outras criaturas» (LS 220), mas de estar em comunhão universal com outros. É nestas circunstâncias, que o crente é convidado a olhar o mundo, «não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres» (LS 220).

Em auxílio do que acabamos de dizer, podemos citar também o número 234 da FT, mormente quando o Santo Padre faz menção de que, por vezes, os mais pobres e os descartados

reagem com atitudes que parecem antissociais. Será fundamental o cristão perceber que, em muitos casos, «tais reações têm a ver com uma história de desprezo e falta de inclusão social».

Por isso mesmo, quando nós rezamos: «o pão nosso» estamos implicitamente a dizer que «O pão da solidão não tem metade do sabor, ou um centésimo da alegria».³⁷⁸ Nós pedimos a Deus o nosso pão, o pão de todos, o pão para todos. Pedir o «pão nosso» é pedir, ao fim e ao cabo, pela fraternidade. É rogar não apenas pela minha seara, mas por todas as searas. E é comprometer-se em amassar um único pão, capaz de saciar os outros.³⁷⁹

Esta partilha de si próprio coloca-nos ao serviço dos outros, como vimos no objetivo quatro «Reconhecer o valor da solidariedade», através da partilha dos nossos carismas. São Paulo é claro, quando fala da diversidade de dons e de serviços e do facto de estes terem sido concedidos gratuitamente por Deus, devendo, pois, contribuir para o bem de todos (1Cor 12).

O Papa Francisco defende que entre os dons existem alguns que são carismas pela sua preciosidade «para a edificação e o caminho da comunidade cristã».³⁸⁰ Mais do que uma qualidade ou talento pessoal, o carisma é «uma graça, um dom conferido por Deus Pai, por obra do Espírito Santo».³⁸¹ O carisma não é recebido por mérito ou superioridade, mas é uma escolha que Deus faz para que este possa ser colocado ao serviço do bem-comum. O discernimento dos nossos carismas não é tarefa fácil, sendo em contexto comunitário que desabrocham e são reconhecidos. É no serviço aos outros que entendemos de que forma podemos marcar aqueles que por nós passam.³⁸²

À luz da LS, no seu número 155, a aceitação do mundo como dom de Deus que recebemos gratuitamente e, como tal, devemos colocar ao serviço do bem-comum e não de desejos egoístas, é fulcral para que possamos olhar uns para os outros como irmãos e para o mundo como «casa comum» que devemos estimar, preservar e cuidar. Nesta carta encíclica, somos desafiados a olhar o mundo e as pessoas como dons da criação dos quais dependemos e para os quais devemos contribuir (LS 226).

7. Valorizar a atitude de voluntariado

Falar-se hoje de voluntariado é abraçar um caminho de criatividade em que o pobre se transforma num desafio ao nível do apoio e da doação pessoal. Ora, o voluntariado é algo

³⁷⁸ José Tolentino Mendonça, *Pai-nosso que estais na Terra* (Lisboa: Paulinas, 2011), 100.

³⁷⁹ Cf. Mendonça, 101–2.

³⁸⁰ Papa Francisco, «Audiência Geral. Praça de São Pedro. Quarta-feira, 1º de Outubro de 2014», 2014, acedido a 20 de fevereiro de 2022, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2014/documents/papa-francesco_20141001_udienza-generale.html.

³⁸¹ Papa Francisco.

³⁸² Papa Francisco.

que se entronca plenamente na memorável expressão proclamada pelo Papa João Paulo II: «a fantasia da caridade» (NMI 50).

O voluntariado evoca novas maneiras e processos de responder às necessidades do pobre. Por isso mesmo, Francisco reafirma que é fundamental não nos deixarmos desencorajar pelo número crescente de novos pobres e de formas de pobreza: «São muitas e estão a aumentar! Continuai a cultivar sonhos de fraternidade e a ser sinais de esperança».³⁸³

O Papa Francisco, ao afirmar que é preciso uma imunização contra o vírus do pessimismo, reforça que é o Espírito Santo, criador e criativo, que irá estar nos voluntários, oferecendo-lhes novas ideias, adequadas à época em que vivemos. É neste quadro que se insere o dinamismo de tantos irmãos voluntários que procuram aliviar as muitas situações de indigência de tantos que veem nos voluntários corações sensíveis, talhados por Cristo, como aliás está bem vincado, à guisa de desejo, pelo Papa na FT. No número 112 da FT é asseverado que não podemos deixar de afirmar que o desejo e a busca do bem dos outros é fruto do Espírito Santo (Gal 5, 22). Segundo São Paulo, os frutos do Espírito Santo manifestam-se no apego ao bem, na busca do bem; mais ainda, na procura do que vale mais, no melhor para os outros. No latim, a expressão *bene-volentia* é a atitude de querer o bem do outro. É um forte desejo do bem, uma inclinação para tudo o que seja bom e exímio, que leva a encher a vida dos outros com coisas belas, sublimes, edificantes. O voluntariado insere-se no âmbito deste bem-fazer, descrito no número em análise da FT.

A dinâmica do voluntariado ainda é mais aprofundada, no número 113 da FT, se atentarmos no facto de que cada sociedade precisa de garantir a transmissão dos seus valores humanos mais importantes. O contrário da dinâmica do voluntariado é a transmissão do egoísmo, da violência, da corrupção nas suas diversas formas, da indiferença e, «em última análise, de uma vida fechada a toda a transcendência e entrincheirada nos interesses individuais» (FT 113).

Muitos são os exemplos de instituições cristãs que são «pão para os outros», dos quais o Programa de EMRC destaca: Cáritas; Conferências Vicentinas de São Vicente Paulo e a Comunidade Vida e Paz.³⁸⁴ Apesar de as suas particularidades de intervenção, todas estas instituições se regem pelos princípios da DSI. Tal como já foi dito anteriormente, procuram defender a dignidade da pessoa humana, dado que, enquanto criaturas criadas à imagem e semelhança do Criador, somos detentores de um valor imensurável só pelo simples facto de

³⁸³ Papa Francisco, «Discurso do Papa Francisco aos membros da Cáritas Italiana no 50º aniversário de fundação», 2021, acedido a 8 de maio de 2022, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/june/documents/20210626-caritas-italiana.html>.

³⁸⁴ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 69.

existirmos. Lutam pelo bem-comum, isto é, pelo «(...) conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição»,³⁸⁵ suportados no princípio da destinação universal de bens, que assenta no pressuposto que Deus criou a Terra, e tudo o que nela existe, para que todos os seres humanos possam usufruir dos bens que nela existem, de forma equitativa, justa e caridosa.³⁸⁶

Essa luta tem como pilar valores como a solidariedade e baseia-se no princípio da interdependência de todos os seres humanos.³⁸⁷

Na senda do combate pela dignidade da vida humana, muitas vezes, estas instituições recorrem ao princípio da subsidiariedade, dando diferentes apoios, provisórios como o económico, o institucional, o legislativo, entre outros, que servem de suporte, e muitas vezes, de catapulta, para que os indivíduos/famílias possam (re)organizar as suas vidas e participar ativamente, contribuindo para a vida cultural, social, económica e política da comunidade a que pertencem.³⁸⁸

A luta destas instituições firma-se nos princípios supracitados, mas também tem pilares fundamentais como a verdade, a liberdade, a justiça, o amor, que são fulcrais para mudanças sociais profundas e autênticas.³⁸⁹

3.3. Reflexão Teológica a partir dos objetivos da UL1 «A Pessoa Humana»

Tal como fizemos em relação à UL3 «A Partilha do Pão» iremos, na secção que se segue, analisar os objetivos e conteúdos que constituem a UL «A Pessoa Humana» do ponto de vista teológico, relacionando-os sempre que possível com a LS.

1. Reconhecer a pessoa como ser único que vive em relação com os outros

No número 49 da LS o Santo Padre evoca a importância do conceito de pessoa, tendo em vista que só a pessoa humana poderá fazer face aos desequilíbrios causadores da indiferença individualista: «a falta de contacto físico e de encontro» que ajudam a «cauterizar a consciência e a ignorar parte da realidade». Ora, face a este olhar glacial do sujeito individualista há que contrapor o conceito de pessoa.

³⁸⁵ Ponto 164, Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (Cascais: Principia, 2022), 117.

³⁸⁶ Cf. Ponto 171 Conselho Pontifício «Justiça e Paz», 121.

³⁸⁷ Cf. Ponto 193, Conselho Pontifício «Justiça e Paz», 134–35.

³⁸⁸ Cf. Ponto 189, Conselho Pontifício «Justiça e Paz», 131–32.

³⁸⁹ Cf. Ponto 197, Conselho Pontifício «Justiça e Paz», 137–38.

A moldura conceptual de pessoa é exatamente o contrário do entendimento do ser humano para si e por si. A pessoa desponta ao entrar em relação com as outras pessoas. Somente a relação possibilitada pelo encontro é fator de «aparição» das pessoas, os que se encontram. Por isso mesmo, o encontro trabalha a personalidade dos que se encontram mutuamente, na medida em que os extrai de si mesmos para um patamar de alteridade. Quando o outro se dirige a mim e derruba as minhas muralhas egocêntricas, é aí que me torno pessoa. Também eu faço que o «tu» que sai de «si» e vem a mim seja pessoa.³⁹⁰

A necessidade de erguer a pessoa na sua plenitude relacional é vincada por Francisco, no número supramencionado da LS, quando afirma que uma verdadeira abordagem ecológica é aquela que resulta dos debates e dos encontros onde «o clamor da terra como o clamor dos pobres» (LS 49) são realmente escutados.

Mais adiante no ponto 119, o Santo Padre formula uma veemente crítica ao antropocentrismo desordenado que desvaloriza «as relações entre as pessoas». Na perspectiva de Francisco, só há cura ambiental quando houver cura de todas as relações humanas fundamentais. Aliás, a importância do conceito de pessoa estimula o reconhecimento do outro.

«A abertura a um “tu” capaz de conhecer, amar e dialogar continua a ser a grande nobreza da pessoa humana», (LS 119) diz-nos o Papa. Com efeito, não se pode propor uma relação com o ambiente, prescindindo da relação com as outras pessoas e com Deus. Neste ponto da encíclica ambiental de Francisco, fica claro que o conceito de pessoa pressupõe sempre a outra pessoa que não sou nem posso ser, com a qual, porém, chego à consciência do meu eu, e daquilo que ele poderá fazer para além das fronteiras da minha individualidade.³⁹¹

A determinação do ser humano para a auto-presença em reconhecimento recíproco, correspondendo um ao outro, constitui o cerne do conceito de pessoa. O agir comunicativo transforma o outro como pessoa. Ser-se pessoa é ser-se agente do agir comunicativo.³⁹²

A encíclica papal não poderia, a nosso ver, prescindir do conceito de pessoa (LS 65). A manifestação do universo pessoal não vem deter a história da natureza, antes a compromete na história do ser humano sem inteiramente a submeter.³⁹³

As relações entre a pessoa e a natureza não são, pois, relações de pura exteriorização, mas relações dialéticas de permuta e ascensão, ou seja, de complementaridade.³⁹⁴

³⁹⁰ Cf. Jürgen Werbick, «Pessoa», em *Dicionário de conceitos fundamentais da teologia* (São Paulo: Paulus Editora, 1993), 681.

³⁹¹ Cf. Werbick, 681.

³⁹² Cf. Werbick, 682.

³⁹³ Cf. Emmanuel Mounier, *O Personalismo* (Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010), 6.

³⁹⁴ Cf. Mounier, 10.

O conceito de pessoa foi imprescindível para a estruturação antropológica do ser humano, algo bem patente na construção da LS. Não fosse, aliás, o ser humano formado à imagem e semelhança de Deus. Sob o ponto de vista antropológico, o que reveste a sua personalização está dotado de uma enorme complexidade relacional, desde a comensalidade, por exemplo, até à partilha dos dons. É aí, nesse ultrapassar da bolha da individualidade, que cada ser humano se revela como dom para os outros. É aí, também, na partilha, que a pessoa se revela como um ser dotado de especificidades únicas.

2. Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente

Deus funda o ser-pessoa do ser humano, ao convencê-lo da pecaminosidade do seu ser-em-si fechado e ao abri-lo para o dom da justificação. O ser humano justificado vive diante de Deus, voltado para Deus que com a sua condescendência salvífica fá-lo pessoa.³⁹⁵

É precisamente nesta linha de ideias que no número 240, da LS, se afirma que as «pessoas divinas são relações subsistentes; e o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações». O pensamento de Francisco vai mais longe quando afirma que «as criaturas tendem para Deus» (LS 240). Todo este mistério inter-relacional e de profunda interligação entre todos os seres, leva-nos a clarificar qual a chave da nossa própria realização. São claras as palavras da encíclica ambiental: «na verdade, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas» (LS 240). É, por conseguinte, inexorável afirmar-se que a existência está repleta do «dinamismo trinitário que Deus imprimiu nela desde a sua criação» (LS 240). A perceção do dinamismo trinitário nas relações humanas inspira necessariamente o ser humano a uma solidariedade global que brota do mistério da Trindade.

O «ser-outro» aponta para a plenitude do ser-humano vivido no reconhecimento recíproco e inteiro. É aí que ocorre o ser-pessoa na sua verdade; e a verdade do ser-se pessoa é precisamente isto: ganhá-la pelo mergulho, mergulhar no outro, tal como acontece na interconexão das três pessoas trinitárias.³⁹⁶

A conceção teologal da pessoa, fundamentada no processo relacional intratrinitário, faz-nos sublinhar com ênfase o valor irredutível da pessoa.³⁹⁷ O ser pessoa ascende hierarquicamente sobre qualquer outro valor, não se confundindo com a natureza nem se dissolvendo no anonimato coletivista da espécie.

³⁹⁵ Cf. Werbick, «Pessoa», 680.

³⁹⁶ Cf. Werbick, 681.

³⁹⁷ Cf. Juan Ruiz De La Peña, *Imagen de Dios. Antropología teológica fundamental* (Maliaño: Sal Terrae, 1988), 186.

Ora, a potenciação da dignidade da pessoa humana, influencia todas as suas dimensões, desde a física, sexual, moral, entre tantas outras. O critério de relação personalista implica um reconhecimento da natureza social da pessoa humana, que se exprime na família, na amizade, na sociedade civil e na solidariedade universal. Daí que a liberdade e a responsabilidade (logo, dignidade) da pessoa humana estejam interligadas.³⁹⁸

Na LS, a afirmação do Papa quanto à procedência sacral da pessoa assenta na relação que ela é capaz de estabelecer com os outros. Por conseguinte, a questão relacional e de partilha do ser humano é algo inato à pessoa por ela ser imagem e semelhança do seu Criador.

3. Promover a autenticidade como fidelidade ao próprio projeto

De acordo com o número 67, da LS, fundamentada na passagem de *Gn* 2, 15, é conferido um papel vocacional ao ser humano sobre a natureza e o mundo: «guardar e cultivar». Se «cultivar» está conotado com a atividade laboral, «guardar» significa proteger, cuidar, preservar, velar. Por conseguinte, chegamos à conclusão de que a vocação primacial do ser humano está na construção da reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza.

Se entendermos que o ser de Deus é o fundamento do ser pessoal do ser humano, quer isto dizer, que é também por sua vez o fundamento das relações «eu-tu» enquanto relações interpessoais.³⁹⁹ Esta é a genuinidade da pessoa humana que tem como primordial vocação ser parceiro de Deus na criação. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG) é muito clara neste ponto de vista quando afirma que todo o povo de Deus, por causa do sacerdócio comum dos fiéis, é chamado a uma vida santa (LG 10). Aliás, não só os católicos, mas também os demais cristãos e toda a humanidade são destinados a ser povo de Deus (LG 13).

Nessa perspetiva, a LG, fala de vocação universal à santidade. O chamamento divino para a pessoa humana cooperar com o Criador na criação conduz o ser humano a um permanente inconformismo que colhe o agrado de Francisco, no número 13, da LS: «os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos».

Mais adiante, no ponto 89 da LS, Francisco sublinha que as criaturas deste mundo não podem ser consideradas um bem sem dono. No mesmo número, o pontífice romano parece ir na linha da Constituição Dogmática LG ao reafirmar a convicção conciliar de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde.

³⁹⁸ Cf. Michael Novak, *A ética católica e o espírito do capitalismo* (Lisboa: Principia, 2001), 305.

³⁹⁹ Cf. Ruiz De La Peña, *Imagen de Dios. Antropología teológica fundamental*, 183.

Tudo isto acontece quando a produção recíproca do «eu pelo tu» e do «tu pelo eu» aponta para a esfera da relação, que faz com que os outros que se encontram existam um para o outro e para Deus, o verdadeiro e eterno Tu. Quando os homens são uns para os outros de forma irreduzível o caminho da santidade é inaugurado.⁴⁰⁰

A esse respeito, podemos rematar dizendo que a pessoa, ao ter inerente a dimensão relacional, se torna *per se* também, devido à procedência do seu Criador, um cuidador também da criação. Assim se estabelece uma interligação profunda da pessoa com a obra criadora de Deus, obedecendo ao mandato da própria encíclica: tudo está interconectado.

4. Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção de dignidade humana

Foi, sobretudo, a partir do Vaticano II, que a doutrina da Imagem de Deus foi determinante para o desenvolvimento de uma reflexão antropológica teológica sobre o ser humano. O interesse por esta doutrina teve uma relevante importância na teologia contemporânea, reafirmando a consciência da orientação fundamental do ser humano a Deus, base da dignidade da pessoa humana com os seus direitos inalienáveis, e a determinação cristológica da imagem: Cristo é a imagem do Deus invisível (Cl 1,15). Daqui resulta a asserção de que não se pode desagregar dignidade humana dos direitos da pessoa humana. A teologia da «Imagem de Deus» destaca o valor intrínseco da criação e as possibilidades de transformação e realização que Cristo abre para o ser humano de acordo com a imagem perfeita do Filho.⁴⁰¹ Para tornar-se imagem de Deus, o ser humano deve promover a sua transformação de acordo com o padrão da imagem do Filho, que manifestou sua identidade através do movimento histórico da sua encarnação.

A esse respeito, Francisco, no número 43 da LS, menciona que o ser humano «tem uma dignidade especial», fazendo uma veemente crítica à cultura do descarte na vida das pessoas. Mais adiante, no número 52 da LS, o Papa alerta para o facto de ter de se combater a toda a força a designada globalização da indiferença. Tal luta só é possível com a assunção do conceito da dignidade da pessoa humana enquanto resultado de ele ser imagem de Deus.

No ponto 205, Francisco dá uma tónica de esperança, afirmando que nem tudo está perdido. A razão desta asserção está no facto de os seres humanos, apesar de, muitas vezes, tocarem na subcave da degradação, têm em si o condão da superação, da regeneração, «para

⁴⁰⁰ Cf. Werbick, «Pessoa», 681.

⁴⁰¹ Cf. Pontifício da Universidade Católica Rio, «O princípio cristológico na Gaudium et Spes», 61, acedido 23 de Maio de 2022, https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17521/17521_4.PDF.

além de qualquer condicionalismo psicológico e social que lhes seja imposto» (LS 205). São capazes de encetar caminhos novos rumo à verdadeira liberdade. Não deixa de ser tocante o apelo que é feito pelo Sumo Pontífice a cada um de nós: «peço a cada pessoa deste mundo que não esqueça esta sua dignidade, que ninguém tem o direito de lhe tirar» (LS 205).

Na carta encíclica *FT*, no número 22, Francisco faz menção ao facto de os direitos humanos não serem iguais para todos. Os direitos humanos são a condição preliminar para o próprio progresso económico e social de um país, diz claramente o Santo Padre.

Ora, quando a dignidade e os direitos humanos são reconhecidos e garantidos florescem também a criatividade e a audácia, podendo a pessoa humana explicar as suas inúmeras iniciativas a favor do bem comum.

Para a construção da dignidade da pessoa humana e dos direitos que lhe são decorrentes há que ver o ser humano como pessoa – não bastará olhá-lo, mas, admirá-lo.⁴⁰² Quer isto dizer que há também de surpreender-se pela originalidade e profundidade do seu ser único; decifrar as suas características e captar nele a presença vivente de Deus; há que responder a essa interpelação com um ato de confiança e disponibilidade.

A dignidade da pessoa humana procede de uma visão mais ampla e profunda acerca do ser humano. A teologia da imagem de Deus contribuiu para a consolidação do ser humano enquanto imagem e semelhança de Deus. Esta conceção acerca da pessoa enquanto ser primordial da grande obra de Deus na criação, da qual o ser humano é o ápice dessa mesma criação acaba, também, por ser uma permuta fraterna com os seus semelhantes. Esta interpretação, quer queiramos quer não, concede uma dimensão sacral não só ao ser humano enquanto imagem de Deus, como é também causa de partilha com o resto da criação. Acaba por haver uma partilha com a criação, uma vez que é a própria pessoa que estende uma relação sacral com os outros seres da criação.

5. Conhecer organizações católicas que trabalham pela promoção da dignidade humana

Ao nível local, não podemos deixar de focar o papel incontornável da Cáritas, enquanto organização católica que está presente em diversos núcleos paroquiais insulares. O papel do Banco Alimentar contra a Fome, que nasceu em Portugal através da ação da Igreja, nomeadamente através do padre Vítor Feytor Pinto, assume um papel decisivo junto das instituições e agregados familiares mais carenciados. Na Região Autónoma dos Açores, pouco

⁴⁰² Cf. Ruiz De La Peña, *Imagen de Dios. Antropología teológica fundamental*, 181.

tempo depois, foi através do então presidente da Cáritas diocesana, Monsenhor Weber Machado, que o Banco Alimentar Contra a Fome iniciou as suas atividades nas ilhas dos Açores. Destacamos estas duas instituições pela capacidade agregadora que demonstram e pela ação capilar que conseguem junto das populações, fomentando, não haja dúvida, uma significativa elevação da dignidade humana.

Contudo, apraz-nos dizer a esse respeito que o Papa Francisco, na sequência de João Paulo II, propõe nas suas recentes encíclicas uma «nova fantasia da caridade», como já verificámos no número 213, da LS. Nesse número, realça-se, em primeiro lugar, o papel incontornável da educação. Segundo Francisco, são vários os âmbitos educativos que têm a possibilidade de desde tenra idade colocar «sementes que podem produzir efeitos durante toda a vida» (LS 213). Todavia, é na família, na sua importância central, que o Papa se foca, porque, segundo a sua perspetiva, na família «cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, como, por exemplo, o uso correto das coisas, a ordem e a limpeza, o respeito pelo ecossistema local e a proteção de todas as criaturas» (LS 213). É daqui que a cultura de respeitabilidade pela dignidade humana necessariamente desabrocha.

Podemos encontrar outro ponto de vista inovador no número 152, da FT, no qual o Papa chama a atenção para a importância do espírito de vizinhança «segundo o qual cada um sente espontaneamente o dever de acompanhar e ajudar o vizinho» (FT, 152). A conservação destes valores comunitários faz com que as relações de proximidade sejam «marcadas pela gratuidade, solidariedade e reciprocidade» (FT 152).

A Igreja e as suas associações de elevação da dignidade humana devem contrariar em absoluto uma educação inspirada no medo e na desconfiança.

Por isso mesmo, as diversas associações socio-caritativas da Igreja, contribuem para a perceção de que a verdadeira religião, começa quando eu transformo o «Outro» num «Tu».⁴⁰³ O cristianismo consiste, com efeito, em fazer do semelhante um próximo, e do próximo um irmão. Esta postura torna-me responsável pelo outro, não como um fardo, mas como um participante ativo na criação.

6. Perceber como o elemento fulcral da mensagem cristã é o carácter pessoal da relação de Deus com cada ser humano

No número 77, da LS, o Santo Padre deixa claro que a criação, onde o ser humano é o seu principal parceiro, pertence à ordem do amor. O amor de Deus é a razão fundamental de

⁴⁰³ Cf. Ruiz De La Peña, 181.

toda a criação. Nesta sequência cada criatura é objeto da ternura do Pai que lhe atribui um lugar no mundo, através de uma relação pessoal.

No ponto 81 da LS, Francisco afirma que cada pessoa tem em si «uma identidade pessoal, capaz de entrar em diálogo com os outros e com o próprio Deus». Por conseguinte, a pessoa humana é capaz de uma relação plena de singularidade que transcende o âmbito físico e biológico. A dimensão pessoal pressupõe uma ação direta de Deus, um chamamento «para uma relação de um Tu com outro tu» (LS 81). Esta dimensão pessoal é capaz de captar a mensagem emitida por essa realidade interior que lhe interpela. Quem não for capaz de perceber a realidade dialogal que o habita «é cego para a presença real de Deus»;⁴⁰⁴ renega Cristo, a imagem de Deus; não amando a quem vê, não pode amar a quem não vê, como chama a atenção São João na sua primeira carta.

De tudo isso se deduz que quem é incapaz de amizade, de assumir a realidade pessoal que o habita, é incapaz de religião, de estabelecer uma ligação ao Absoluto. Vejamos: se formos a Génesis 1, 27 – «no princípio os fez homem e mulher» –, damos conta de que esta sociedade de homem e de mulher é a primeira expressão da comunhão de pessoas humanas. O ser humano é, com efeito, pela sua íntima natureza, um ser social, e não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem se relacionar com os outros, como afirma o número doze da GS.⁴⁰⁵

Em resumo, o ser humano enquanto ser pessoal é um ser relacional. A relação com Deus é a primeira e fundamenta todas as relações do ser humano com o mundo e com as outras pessoas.⁴⁰⁶ A partilha surge no seio desta dimensão relacional e a aproximação ao próximo implica uma aproximação a Deus, isto é, uma abertura ao transcendente. Neste sentido, a partilha é vista como uma participação na criação e como uma extensão em nós do amor do Criador pela sua obra.

7. Promover as condições para que cada um viva como a pessoa que é

As condições para que cada um viva como a pessoa que é implicam a construção de um sujeito responsável, dador de respostas. A responsabilidade pressupõe a liberdade, então é claro que os conceitos de pessoa e liberdade se implicam mutuamente: o ser pessoa é ser livre, e vice-versa.⁴⁰⁷ Por conseguinte, sem a dimensão da liberdade garantida haverá inevitavelmente condicionamentos ao ser pessoa.

⁴⁰⁴ Ruiz De La Peña, 181.

⁴⁰⁵ Cf. Ruiz De La Peña, 181.

⁴⁰⁶ Cf. Ruiz De La Peña, 188.

⁴⁰⁷ Cf. Ruiz De La Peña, 187.

Embora a pessoa esteja mergulhada na natureza, o ser humano é integralmente corpo e inteiramente espírito. Como tal, é condicionada pelo clima, pela geografia, pela sua situação telúrica, pela sua hereditariedade.⁴⁰⁸ Contudo, e lembrando o que já foi dito, é importante afirmar que a pessoa transcende a natureza, embora estando na natureza, continua a ser ela própria.⁴⁰⁹

O ser pessoa medra como uma presença voltada para o mundo e para as outras pessoas, misturada com elas numa perspetiva de universalidade. Mais importante para a nossa reflexão é saber que o ser pessoa não é limitado ou apoucado pelas outras pessoas, antes fazem-na ser e crescer.⁴¹⁰ Por isso mesmo, a pessoa não existe senão para os outros, não se conhece senão pelos outros, não se encontra senão nos outros.

Nesta conformidade, nem os bens de produção, nem a origem social, nem o Estado, e muito menos o progresso pelo progresso são fins últimos da atividade humana, mas, sim, a pessoa, que não pode ser colocada em função de nada, dado que tudo está colocado em sua função.

Contudo, quando o ser humano é sacrificado ao progresso técnico, trata-se de um atentado contra a essência e o reto sentido da ação humana que poderão afetar o ser pessoa.⁴¹¹

Por último, reiteramos que em cada criatura, habita o Espírito vivificante de Deus, que nos chama a um relacionamento com Ele e que, conseqüentemente, torna cada pessoa única e autêntica (LS 88).

3.4. Contributos de EMRC para a formação integral dos alunos na linha de uma conversão ecológica

Apesar da última revisão do programa de EMRC ser anterior ao lançamento da Encíclica LS, é notória, na nossa disciplina, uma preocupação com temáticas alusivas à ecologia. Este não é, definitivamente, um tema olvidado por aqueles que desenharam as matrizes curriculares da disciplina, estando o mesmo presente nos conteúdos e metas em todos os anos, exceto nos 3.º e 9.º.

Se a conversão ecológica é recriar uma nova comunhão com a criação, se uma ecologia integral é muito mais do que resolver problemas ambientais pontuais e circunscritos, passando também por promover programas educativos e «um estilo de vida e uma espiritualidade» (LS 111) que coloquem de parte a primazia tecnocrática, procurando resolver a crise ambiental e

⁴⁰⁸ Cf. Mounier, *O Personalismo*, 2.

⁴⁰⁹ Cf. Mounier, 4.

⁴¹⁰ Cf. Mounier, 15.

⁴¹¹ Cf. Ruiz De La Peña, *Imagen de Dios. Antropología teológica fundamental*, 224.

social (que estão profundamente interligadas), então, podemos afirmar que a disciplina de EMRC poderá contribuir proficuamente para a resolução da crise antropológica e ecológica que vivenciamos e, conseqüentemente, para a conversão ecológica dos nossos alunos.

A tarefa dos estabelecimentos de ensino, nos dias de hoje tornou-se mais árdua, transitando de uma empreitada «meramente» instrucional, para a missão de «formar pessoas», contribuindo para o seu desenvolvimento (integral) multidimensional.⁴¹² EMRC, tal como consta no programa em vigor atualmente, procura contribuir para este desiderato, na medida em que busca promover o desenvolvimento integral dos alunos, tendo como objeto a totalidade da realidade, isto é, do agir humano – corpo, sociabilidade e transcendência.⁴¹³

É impossível estudar o fenómeno humano (e a crise ambiental), preterindo o fenómeno religioso, logo, a disciplina tem um papel fundamental no desenvolvimento integral dos educandos,⁴¹⁴ na medida em que a escola, enquanto transmissor cultural, deverá potenciar o acesso dos alunos «ao substrato religioso das culturas e às dimensões civilizacionais da actividade e pensamento religiosos»⁴¹⁵ que, por sua vez, possibilitará a aquisição de uma chave de leitura do mundo e das questões ambientais.

Enquanto disciplina, contribuímos para este ser humano integral, e, conseqüentemente, para uma sã antropologia, almejada na Encíclica LS, que ajudará a uma conversão ecológica, dado que EMRC procura dar ferramentas aos alunos para que estes possam adotar um agir ético-moral.⁴¹⁶ Numa época marcada por desafios, logamos ajudar a dar critérios para lidar e assumir as tensões com que o ser humano atual se depara e que afetam questões ambientais (tradição e modernidade, global e local, racionalidade e afetividade, entre outras),⁴¹⁷ podendo ainda coadjuvar neste sentido, clarificando uma série de princípios axiológicos que nortearão o supramencionado agir ético-moral no decorrer das inquietudes advindas da experiência humana, que, muitas vezes, coloca em extremos opostos as questões ambientais e a sede de poder.

A dimensão religiosa, sobre a qual o ensino religioso se debruça, relaciona-se com a formação da consciência caracterizadora da interioridade do ser humano.⁴¹⁸ Este é o sítio onde

⁴¹² Cf. Africano, «La educación religiosa escolar en un contexto plural. Reflexiones preliminares», 154.

⁴¹³ Cf. Juan Ambrosio, «Finalidades, Domínios de Aprendizagem e Metas Curriculares», *Pastoral Catequética* 31/32 (2015): 71.

⁴¹⁴ Cf. Alfredo Teixeira, «A cultura religiosa na escola», *Pastoral Catequética*, n. 5 (2006): 41.

⁴¹⁵ Teixeira, 41.

⁴¹⁶ Cf. Juan Ambrosio, «Conferência: A narrativa da existência e da história a partir da dimensão religiosa», 2014, acedido a 10 de janeiro de 2022, <http://www.educris.com/v2/tv/emrc/1522-conferencia-a-narrativa-da-existencia-e-da-historia-a-partir-da-dimensao-religiosa-por-juan-ambrosio>.

⁴¹⁷ Cf. João Duque, «Contributos para uma hermenêutica cristã da cultura contemporânea», *Pastoral Catequética* 5 (2006): 30–31.

⁴¹⁸ Cf. Africano, «La educación religiosa escolar en un contexto plural. Reflexiones preliminares», 154.

se constroem/acolhem princípios, valores humanos, éticos, morais, espirituais e religiosos que norteiam o «bem-comum», orientando o ser humano para o seu desenvolvimento integral.

A EMRC deverá contribuir para pensar no «nós», fulcral para a proteção da «casa comum», e para o acolhimento de questões ecológicas levantadas nos nossos dias, suscitando dilemas que conduzam os jovens a se debruçarem e refletirem, interpelando-os criticamente sobre determinados contextos culturais, sociais, económicos e ambientais.

Por último, de acordo com o trajeto apresentado nos capítulos deste relatório, ousamos delinear uma proposta de reformulação da UL «A Partilha do Pão», procurando transmitir o atual pensamento da Igreja sobre as questões ambientais e a conversão ecológica à comunidade discente, propondo uma visão integradora entre o ser humano e a natureza, entre antropologia e ecologia. Esta nova versão partirá essencialmente da versão atual da UL «A Partilha do Pão», mas irá também sorver inspiração na UL «A Pessoa Humana». A transformação em análise tem em conta as reflexões teológicas efetuadas e a análise crítica apresentada no ponto 1.5. do presente relatório. A nova UL aqui proposta intitula-se «Um marco na “Casa Comum”».

3.5. Da UL «A Partilha do Pão» à UL «Um marco na “Casa Comum”»

Na medida em que vimos, na revisão de literatura efetuada, que uma sã antropologia depende de uma sã ecologia, demonstra-se fundamental atualizar esta premissa na nossa disciplina de EMRC, no geral, e na UL «A Partilha do Pão», em particular. Com este propósito, foi efetuado um confronto entre a teoria, os princípios e a prática letiva de forma adaptada aos alunos do 6.º ano.

Neste sentido, seguidamente, será apresentada na tabela 1 a atual estrutura da UL «A Partilha do Pão» do 6.º ano, críticas e sugestões de reformulação da mesma à luz da LS e, finalmente, na tabela 2 a sugestão de uma nova UL designada de «Um marco na “Casa Comum”».

METAS ATUAIS	OBJETIVOS ATUAIS	CONTEÚDOS ATUAIS DA UL «A PARTILHA DO PÃO»
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	1. Descobrir a dimensão simbólica da refeição.	• A alimentação: - A refeição; - A refeição com festa e experiência de encontro; - O ritual da preparação da refeição e sua expressão cultural. • O significado simbólico-religioso do alimento e da refeição. • O pão, o azeite, o vinho, a água, o cordeiro.
	2. Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens.	• A produção e o comércio dos alimentos; • A fome e subnutrição; • A pobreza, a distribuição injusta dos bens de primeira necessidade.
	3. Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome.	• Instituições nacionais e internacionais vocacionadas para acabar com a fome: - FAO (Organização da Agricultura e Alimentação); - Bancos Alimentares Contra a Fome.
	4. Reconhecer o valor da solidariedade.	• Solidariedade e voluntariado. • Fraternidade, amor partilhado. • A vida em comum e partilha dos bens nas comunidades dos primeiros cristãos Act 2, 42-47.
J. Descobrir a simbólica cristã.	5. Reconhecer nos relatos da Última Ceia o seu significado essencial para a mensagem cristã.	• A Última Ceia, sinal da entrega de Jesus por amor: Mc 14, 12-25. • O Lava-Pés, sinal do serviço de Jesus por amor: Jo 13, 3-7.13-17.
	6. Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si.	• Ser pão para os outros: - A doação de si mesmo; - O amor partilhado com os mais necessitados. • A diversidade de carismas no serviço: 1 Cor 12, 4-11
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.	7. Valorizar a atitude de voluntariado.	• O exemplo cristão de «pão para os outros»: - Cáritas; - Conferências Vicentinas de São Vicente Paulo; - Comunidade Vida e Paz.

Tabela 1 – Programa da UL3 «A Partilha do Pão» do 6.º ano

O objetivo 1. «Descobrir a dimensão simbólica da refeição», foi erradicado de acordo com a justificação dada no ponto 1.5 deste relatório. Desta forma, este deu lugar ao objetivo «Identificar e reconhecer a conexão entre os problemas ambientais e sociais da “casa comum”». Neste último, são clarificados conceitos como «casa comum», problemas ambientais e sociais e exploradas as possíveis relações entre a dimensão social e ambiental no caso da escassez da água e do consumismo exacerbado. O aprofundamento desta leitura socioambiental será feito a partir dos dois exemplos referidos de modo a potenciar uma aprendizagem sedimentada numa dimensão palpável. Assim sendo, procuramos partir de dados concretos para conceitos abstratos, na medida que os nossos alunos estão a entrar no estágio das operações formais.

Quanto aos objetivos 3 «Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome», 4 «Reconhecer o valor da solidariedade» e 7 «Valorizar a atitude de voluntariado»⁴¹⁹ estes foram fundidos num só objetivo, na nova UL proposta, designado de

⁴¹⁹ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 68.

«Reconhecer o valor da solidariedade na atitude de voluntariado». Esta proposta de junção deve-se ao facto de estes três objetivos serem complementares, fazendo mais sentido, primeiramente, refletir sobre os conceitos de solidariedade e voluntariado e, de seguida, analisar casos concretos, contrariamente ao que é proposto na UL «A Partilha do Pão», na qual estes objetivos são analisados com o interregno dos objetivos 5 e 6. Na UL «Um marco na “Casa Comum”» serão analisados dois exemplos de projetos que potenciam uma ecologia integral: Comunidade Vida e Paz e o Projeto *Ocean Alive*. Neste projeto sugerido é notório uma maior incidência na dimensão ambiental, pois, este procura, através da mudança das condutas humanas, potenciar a proteção do meio ambiente, nomeadamente, do estuário do Sado.

Neste sentido, o valor da solidariedade e do voluntariado serão analisados como parte de soluções ecológicas integrais que não podem descurar da noção de bem-comum e de uma boa espiritualidade, promovendo o respeito pelos direitos elementares e intransmissíveis (LS 157) que empreendem um desenvolvimento integral.⁴²⁰

Quanto aos restantes objetivos 2, 5 e 6, na UL «A Partilha do Pão» parecem estar adequados aos conteúdos e às metas correspondentes, mas poderão ser expandidos se forem lidos à luz da LS, contemplando, assim, a dimensão antropológica e ambiental.

Analisar o objetivo 5 «Reconhecer nos relatos da Última Ceia o seu significado de serviço essencial para a mensagem cristã»⁴²¹ demonstra-se adequado à UL «A Partilha do Pão», mas se esta for lida à luz da LS julgo que seria mais adequado alargar estes relatos a passagens que nos permitem antever a interligação entre o ser humano e os restantes seres da natureza, sem nunca perder, claro, a dimensão de serviço fulcral ao processo relacional subjacente à partilha. Assim, na UL «Um marco na “Casa Comum”» optou-se por manter a análise dos relatos do Lava-Pés, suprimindo os referentes à Última Ceia, e, acrescentando a análise da passagem de Noé (Gn 6, 18-22), na qual se vislumbra a inter-relação e importância de todos os seres vivos.

Analisar o objetivo 2 «Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens»,⁴²² segundo a encíclica LS do Papa Francisco, permitiria que os alunos compreendessem que «Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social» (LS 139), fazendo-os analisar situações ambientais e sociais que conduzem a estas crises e procurar soluções que requerem uma abordagem integral (LS 139) capaz de criar uma relação com a natureza e um novo ser humano (LS 118). Nesta lógica, dissolver os problemas ambientais implica que o ser humano resolva os seus problemas com a natureza, mas também com as suas

⁴²⁰ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 60.

⁴²¹ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 68.

⁴²² Secretariado Nacional da Educação Cristã, 68.

relações humanas (sociais) e com Deus (LS 119). Em relação ao objetivo 6 «Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si»⁴²³ a sua revisão segundo a LS implicaria analisar esta partilha como um processo relacional e de proximidade com Deus, com a Terra e com o próximo.

Neste sentido, os objetivos 2 e 6 da UL «A Partilha do Pão» transformaram-se em três objetivos na nova UL, a saber:

i) «Reconhecer o ser humano como cuidador da “casa comum”» -no objetivo 2 da nova UL explana-se a interdependência, tão bem ressaltada pela LS, comprometendo o ser humano na construção de um mundo e projeto comum (LS 164), no qual nenhum ser vivo fica para trás. Através do relato da criação (Gn 1, 26-28) os discentes serão convidados a ser cuidadores da natureza; ii) «Tomar consciência da importância de soluções integrais» - No objetivo 3 da UL «Um marco na “Casa Comum”», procuraremos promover a reflexão acerca de soluções ecológicas integrais que combatam problemas concretos, como a pobreza, o cuidado da natureza e a promoção da dignidade dos «excluídos». Será proposta aos alunos a leitura do número 118 da LS; iii) «Reconhecer a partilha de si como um processo relacional» - No objetivo 5 da nova UL aqui proposta, a partilha de si mesmo é apresentada como um processo relacional de abertura do «eu» aos outros e, conseqüentemente, de rutura dos egoísmos pessoais em nome de um «nós». A UL «Um marco na “Casa Comum”» cooperará para a construção de uma espiritualidade ecológica, na qual os seres humanos contemplem a Terra como um ecossistema espiritual, sendo parceiros de Deus na criação.

A UL revista apresentará o ser humano como cuidador da «casa comum», fomentando a responsabilidade dos discentes na promoção do bem-comum e no cuidado do outro, «partilhando-se a si próprios», através dos seus dons, e, contribuindo para colmatar situações de injustiça social. Desta forma, a UL reformulada continuará a incidir maioritariamente, tal como a versão «original», no Domínio «Ética e Moral», promovendo uma reflexão sobre o porquê de os alunos considerarem e aceitarem como (in)válidas determinadas condutas que nos rodeiam e que afetam a distribuição de bens e questões ambientais.⁴²⁴

⁴²³ Secretariado Nacional da Educação Cristã, 68.

⁴²⁴ Cf. Fernando Savater, *Ética para um jovem* (Lisboa: Dom Quixote, 2007), 51.

METAS PROPOSTAS	OBJETIVOS PROPOSTOS	CONTEÚDOS PROPOSTOS PARA A UL «UM MARCO NA “CASA COMUM”»
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	1. Identificar e reconhecer a conexão entre os problemas ambientais e sociais da «casa comum»	• O mundo é a nossa «casa comum» (Explicação do conceito); • Problemas ambientais: poluição, mudanças climáticas, escassez da água e perda da biodiversidade. • Problemas Sociais: pobreza, fome e desigualdades sociais. • Relação entre os problemas ambientais e os sociais: - o exemplo da água; - o consumismo exacerbado.
	2. Reconhecer o ser humano como cuidador da «casa comum»	• Todos os seres vivos têm valor – inter-relação dos ecossistemas. • O ser humano, feito à imagem e semelhança de Deus, como cuidador da natureza: Gn 1,26.28.
	3. Tomar consciência da importância de soluções ecológicas integrais.	• Conceito de Ecologia (Integral) (LS 118); • Pegada ecológica: efeitos da Pegada Humana; • Soluções para a crise socioambiental da «casa comum»: - Combater a pobreza; - Devolver a dignidade aos excluídos; - Cuidar da natureza.
J. Descobrir a simbólica cristã.	4. Reconhecer nos relatos bíblicos um modelo de serviço ao próximo e de inter-relação com a natureza.	• O Lava-Pés, expressão do serviço de Jesus: Jo 13, 3-7.13-17. • A inter-relação das relações humanas com a natureza: Gn 6, 18-22.
	5. Reconhecer a «partilha de si» como um processo relacional.	• A dimensão relacional da partilha; • Ser pão para os outros: - A doação de si mesmo; - A rutura do egoísmo pela ação do amor a Deus, à Terra e ao próximo; • Realização plena do cristão: ser parceiro de Deus na criação.
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.	6. Reconhecer o valor da solidariedade na atitude de voluntariado.	• Solidariedade e voluntariado; • A diversidade de carismas no serviço: 1 Cor 12, 4-11; • O exemplo de «partilha de si mesmo» para a construção do Bem-Comum: - Comunidade Vida e Paz, - Projeto <i>Ocean Alive</i>.

Tabela 2 – Proposta da nova UL «Um Marco na “Casa Comum”»

Esta nova UL sugerida procura conciliar uma reflexão sobre a vivência de uma sã antropologia e ecologia, concomitantemente. As injustiças sociais são estudadas de forma integral, sendo analisadas à luz do paradigma ecológico e da nova chave antropológica sugerida pela LS. Não foi descurado na sua elaboração as características cognitivas dos alunos que frequentam o sexto ano de escolaridade.

CONCLUSÃO

Findo o percurso que nos conduziu ao presente relatório, apraz-nos desenvolver uma análise reflexiva sobre cada uma das suas etapas.

Ao debruçarmo-nos sobre a UL «A Partilha do Pão», agora com a distância analítica necessária, podemos afiançar que ela foi capaz de conduzir os alunos ao objetivo de antemão delineado: a descoberta da importância das refeições e do significado simbólico-religioso dos alimentos. Apesar do êxito didático conseguido, não descuramos que a compreensão do seu pleno significado tem de lidar com os condicionalismos inerentes às limitações cognitivas, teoricamente estudadas por Piaget, típicas dos alunos situados na faixa etária dos onze anos. Também os conteúdos causadores da fome no mundo, as instituições de solidariedade que lutam contra a carestia alimentar, a cultura da partilha de si e dos seus dons – com base no exemplo de serviço e entrega deixado por Jesus Cristo - constituem fortes catalisadores para a erradicação das mais variadas formas de injustiça social. A conjunção destes conteúdos consideramos estarem adequados aos objetivos e metas que a disciplina de EMRC preconiza.

A UL analisada neste trabalho, apesar de ser anterior à LS, oferece-nos já algo de premonitório, porque está em consonância com aquilo que um ano mais tarde a LS nos veio dizer. A arquitetura desta unidade temática permitiu-nos antever que as questões respeitantes às injustiças sociais estão intimamente ligadas à problemática ecológica. A avidez e a ganância desmedida do ser humano são já apontadas como o epicentro dos desequilíbrios na obra da criação. Neste sentido, procuramos expandir os conteúdos e objetivos da UL, lendo-os à luz da encíclica verde. Desta forma, ousamos, trabalhar o corpo teórico da UL. Aqui seguem algumas manobras didáticas que efetuamos para o melhor enquadramento à realidade da turma que nos foi conferida na EBIL. Decidimos efetuar supressões de conteúdos, junção de objetivos, perspetivamos novos objetivos com o intuito de agraphar uma leitura socioambiental de «A Partilha do Pão», tendo em conta a gestação da nova chave antropológica que a LS nos propõe.

À guisa de epílogo, considero que houve algum arrojo na abordagem do tema que impulsionou o relatório agora findado. Com a consciência do risco presente, atendendo a que a discussão sobre uma «nova antropologia», ancorada no conceito de «casa comum», é algo, convenhamos, ainda não aferível.

As crescentes preocupações com as questões ambientais, não obstante estarem na ordem do dia, não nos permitem estabelecer se o ser humano contemporâneo tem consciência da necessidade da sua interligação à totalidade da obra criadora, nem muito menos se percebe do que se trata quando falamos de «casa comum».

Entendemos que, muito provavelmente, será uma questão de tempo, até porque os indicadores mundiais são bem claros quanto à urgência de se estabelecer um paradigma que traga um novo enquadramento relacional antropológico com a natureza. «Não há tempo a perder!» – é o que mais se ouve por parte dos organismos das Nações Unidas. O paradigma relacional antropológico, presente na LS, tem o condão de consolidar, ao nível da consciência, a gravidade da agressão sobre a Terra. Não havendo lugar para o sobrehumanismo sobre a ordem da criação, há a crescente consciência de que a sustentabilidade do planeta está, cada vez mais, afetada.

É neste âmbito que EMRC se apresenta relevante, dado o contributo que a disciplina oferece aos alunos, quanto à indispensável tomada de consciência da importância das atitudes capazes de respeitar o equilíbrio da «casa comum».

Contrariamente aos seres vivos da obra criadora de Deus, não nascemos «prontos» e «acabados». Pelo contrário, nascemos num estado de absoluta dependência, havendo a hipótese de existir. Há um leque imensurável de possibilidades de «vir a ser».⁴²⁵ Aquilo que nos constitui como seres humanos procede em grande parte da educação que nos foi transmitida. Nesta ordem de ideias, os docentes têm a responsabilidade de preparar os seus alunos para um exercício ético desinstalador, capaz de agitar e quebrar com as certezas formatadas. Daqui inferimos a necessária constituição de seres humanos críticos, livres, autónomos, isto é, capazes de olhar para a «casa comum» como um dom dado a todos os seres. Só esta perspectiva de comunhão poderá fazer com que os seres humanos, no geral, e os nossos alunos, em particular, percebam que o «eu» não pode deixar de ter em conta o «nós», pois, tudo está interligado.

A carta Encíclica do Papa Francisco que inspirou o presente relatório repete como um refrão sálmico que tudo está em relação, que todos os seres, mesmo os menores, estão envolvidos numa imensa cadeia de conexões. Nada existe fora da relação.

A absoluta novidade do texto papal consiste em assumir o novo paradigma contemporâneo, segundo o qual tudo forma parte de um grande todo em que todas as realidades estão interconectadas, influenciando-se umas às outras. Por isso mesmo, a reflexão da LS, respeitante à inter-relação dos seres presentes na criação, enquanto modelo concetual, supera a fragmentação dos saberes e confere grande coerência e unidade ao texto papal sobre os cuidados ambientais. O Santo Padre reflete sobre uma nova chave antropológica, na qual o ser humano deixa de ser o centro, contudo sem perder a sua importância. Enquanto imagem e semelhança de Deus, o ser humano, é visto como cuidador e cocriador que participa ativamente na criação.

⁴²⁵ Jorge Renato Johann, *Educação e ética. Em busca de uma aproximação*. (Porto Alegre: EdiPucrs, 2009), 19.

Nesta lógica, não existem problemas exclusivamente ambientais ou antropológicos, mas tudo começa a ser visto numa perspectiva socioambiental.

A «casa comum» geme com «dores lancinantes», clamando com urgência aos seres humanos, principalmente aos detentores de incomensuráveis espólios económicos, que tenham consciência desta realidade. Para esta consciencialização, há formações, estudos, leis, pressões das Nações Unidas. Apesar de tudo os resultados não são risonhos. É notória a necessidade de se estabelecer uma educação ambiental que possibilite «o salto para o mistério».⁴²⁶ Este salto para a dimensão teologal, presente na natureza, que se reporta à vida de relação trinitária, padece daquilo que o Papa designa de conversão ecológica. Podemos anuir que se trata de um repto sem dúvida atualíssimo «para a vivência espiritual dos cristãos».⁴²⁷ É, por isso mesmo, solicitado pela encíclica, a promoção de um olhar teologal sobre a realidade criada. Esta reflexão foi por nós apresentada no modelo ético do «Criacionismo Humanista», que defende que o verdadeiro valor das criaturas é determinado por Deus. A finalidade da criação, nesta lógica, provém de Deus que possui a chave para a relação com a criação. Este ponto de vista assume especial importância na construção de uma nova reflexão antropológica. Trata-se de uma conjuntura indispensável para o entendimento sacral de todos os elementos da criação.

Emerge, por conseguinte, a proposta de uma nova compreensão ecológica, que vá ao encontro da noção cristã de criação. Nos relatos da criação, muito tempo interpretados como narrativas déspotas, conseguimos decifrar relatos ecológicos nos quais o ser humano é constituído como participante ativo da criação. O reconhecimento do valor de todos os seres vivos, infundido por Deus na hora da criação, coloca-nos numa posição de interdependência. Assim, formamos um «nós» que habita uma «casa comum» em que todos têm valor e deveriam ser tratados com respeito e dignidade.

A espiritualidade bíblica dos relatos da criação, inspira novas soluções para os problemas ambientais, propondo, à luz da LS, uma Ecologia Integral, onde tudo está interligado, à imagem da dimensão relacional da Trindade.

Face à realidade preocupante da nossa «casa comum», a nova proposta de chave antropológica da LS exige uma metamorfose do nosso estilo de vida, respeitando os limites do ambiente, as assimetrias humanas e o valor de cada obra da criação. A ecologia integral não pode descurar, na procura do bem-comum, as dimensões humanas, éticas e sociais, de todos os membros da sociedade. O desenvolvimento económico, nesta conformidade, deverá ter em conta o meio ambiente como uma dimensão integrante, potenciando uma visão mais integral e integradora (LS 141).

⁴²⁶ Martins, «Para uma ecologia integral - acentuações de Laudato Si», 188.

⁴²⁷ Martins, 190.

As soluções ecológicas integrais, tal como acima foi referido, devem ter em conta a noção de bem comum e transportar em si a necessidade de espiritualidade,⁴²⁸ capaz de fomentar o respeito pelos direitos básicos e intransmissíveis que intentam um desenvolvimento integral. Urge que o ser humano pense nesta busca de soluções ecológicas integrais, na sua relação consigo mesmo, na relação com os outros, com a natureza e com a sua espiritualidade.

O último capítulo deste relatório procura ser um contributo para a estruturação de uma espiritualidade ecológica. Um olhar espiritual ecológico manifesta apreço junto dos humanos, na criação. Concomitantemente louva a Deus pela Sua obra, permitindo observar a natureza criada como uma caixa de ressonância do processo intratrinitário de Deus na criação.

São vários os contextos educativos em que este itinerário pedagógico, conducente à espiritualidade ecológica, pode medrar, mas queremos destacar a escola e as aulas de EMRC como palco principal.

Através da reformulação da UL «A Partilha do Pão», procuramos dar sentido a uma cidadania ecológica que promove a doação de si mesmo e dos seus dons ao próximo, à criação e a Deus. Esta transformação da UL ancorou-se na LS; a UL «A Pessoa Humana» e em boas práticas inspirou-se na Rede Cuidar da Casa Comum.

A nova UL proposta, intitulada «Um marco na “Casa Comum”», decidiu promover «um estilo de vida e uma espiritualidade», (LS 111), que procurou transmitir aos alunos numa reflexão acerca da crise ambiental e social, apresentando as respetivas soluções para estas problemáticas. A arquitetura da UL visa contribuir para a conversão ecológica dos alunos, ou seja, para uma nova perspetiva acerca da criação que vai ao encontro de um entendimento sacral. Esta UL procura corresponsabilizar os estudantes quanto às problemáticas que a nossa «casa comum» vive.

A injusta distribuição de bens passa a ser analisada, segundo fatores antropológicos e ecológicos, interpelando assim os discentes sobre os contextos sociais e ambientais que não respeitam o ser humano e a natureza, levando, naturalmente, a desequilíbrios ecológicos.

A UL reformulada, tal como a disciplina de EMRC, procurará contribuir para a construção de um ser humano integral. É tarefa de EMRC desenvolver nos alunos uma reflexão acerca do que se entende sobre a sã antropologia: connosco próprios, com o próximo, com a criação e com Deus (no caso dos crentes).

«Um marco na “Casa Comum”» desafiará os alunos a ouvir os gemidos da criação, das criaturas e, conseqüentemente, do Criador. Esta escuta conduzirá a um agir ético assente numa sã antropologia e doação de si mesmo aos outros. Convidará os discentes a serem cuidadores,

⁴²⁸ Cf. Vaz, «Ecologia integral a partir de Gn 1», 63.

a refletirem sobre as suas condutas em relação ao outro, às criaturas que existem na Terra e a Deus. cremos que a extensão sacral conferida às criaturas nesta UL potenciará uma escuta ativa da criação que, conseqüentemente, conduzirá os alunos a deixarem o seu marco na «casa comum», ou pelo menos refletirem, acerca desta possibilidade.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

- Concílio Vaticano II. «Constituição Dogmática *Lumen Gentium*», *AAS* 56 (1964), 102-103.
- Conselho Pontifício «Justiça e Paz». *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Cascais: Principia, 2022.
- Papa Bento XVI. «Carta Encíclica *Caritas in Veritate*». *AAS* 101 (2009), 673.
- . «Carta Encíclica *Deus Caritas Est*». *AAS* 98 (2006), 236-237.
- Papa Francisco. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Lisboa: Paulinas, 2020.
- . «Carta Encíclica *Laudato Si'*». *AAS* 107 (2015), 848-942.
- . *Querida Amazônia*. Lisboa: Paulinas, 2020.
- Papa João Paulo II. «Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*». *AAS* 93 (2001), 303.

ESTUDOS E ENSAIOS

- Africano, Maria. «La educación religiosa escolar en un contexto plural. Reflexiones preliminares». *Revista de las Ciencias del Espíritu* 154 (2010): 53–83.
- Aldazábal, José. *Gestos y símbolos*. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 1989.
- Amaral, Priscylla, e Barbra Sabota. «Powtoon: análise do aplicativo web e seu potencial mediador na aprendizagem». *Revista Tecnologia e Sociedade* 13, n. 28 (2017): 72–89. <https://doi.org/DOI: 10.3895/rts.v13n28.4646>.
- Ambrosio, Juan. «A “marca” da ressurreição de Jesus na História da Humanidade». *Didaskalia* 2 (2008): 269–86.
- . «Finalidades, Domínios de Aprendizagem e Metas Curriculares». *Pastoral Catequética* 31/32 (2015): 63–81.
- Arends, Richard. *Aprender a ensinar*. Madrid: McGraw-Hill, 2008.
- Barroso, Anderson. «“Igrejas verdes”: uma proposta eclesial de conversão ecológica». Em *Decolonialidade e práticas emancipatórias. Novas perspectivas para a área de Ciências da Religião e Teologia*, 734–40. Belo Horizonte, 2019. <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/32.pdf-150621165334.pdf>.
- Boff, Leonardo. *Ecologia Mundialização Espiritualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- . *Una Ecología Integral: Por una eco-educación sostenible*. Madrid: Ediciones Khaf, 2020, Wook Reader.
- Carreiro, Francisco Costa. *Memorial da Vila da Lagoa e do seu concelho*. Ponta Delgada: Oficinas Tipográficas do Diário dos Açores, 1974.
- Chevalier, Jean Gheerbrant, Alain. *Diccionario de los símbolos*. Barcelona: Herder, 1999.
- Clemente, Enrique. *La ecología del papa Francisco: un mensaje para un planeta y un mundo en crisis*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2016.
- Coatanea, Dominique. «Propositions : constituer le “ nous ” de la maison commune». *Ephata* 4, n. 1 (2022): 183–97. <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10831>.
- Conradie, Ernest. «Rethinking Root Metaphors in Ecotheology: Oikos and Hodos amid a Changing Climate». *Ephata* 4, n. 1 (2022): 285–304. <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10356>.
- Cosme, Ariana, Daniela Ferreira, Anabela Sousa, Louise Lima, e Marina Barros. *Avaliação das aprendizagens. Propostas e estratégias de ação*. Porto: Porto Editora, 2020.
- Diniz, Gonçalo Pereira. *O Clamor do «não homem»*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020.
- Duque, João. «Contributos para uma hermenêutica cristã da cultura contemporânea». *Pastoral Catequética* 5 (2006): 27–39.
- Escola Básica e Integrada de Lagoa. «Projeto Educativo de Escola 2021-2024», 2022. PEE_202021-2024.pdf (azores.gov.pt).
- Estrela, Albano. *Teoria e prática de observações de classes. Uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora, 2015.
- Euvé, François. «Sauvegarder la maison commune». *Ephata* 4, n. 1 (2022): 127–44. <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10347>.
- Faus, José. *Proyecto de hermano. Visión creyente del hombre*. Santander: Editorial Sal Terrae, 1987.
- Ferrés, Joan. *Vídeo y educación*. Barcelona: Editora Laia, 1997.
- Fiores, S. De, e T. (Orgs.) Goffi. «Espiritualidade contemporânea». *Dicionário de espiritualidade*. Edições Paulinas, 1989.
- Floristán, Casiano. *Celebraciones de la comunidad*. Maliaño: Sal Terrae, 1996.

- Gil, Margarida, e Margarida Mateus. «Ética no ambiente». Em *Temas de ética. Reflexões e desafios.*, 177–98. Cascais: Principia, 2022.
- Guardini, Romano. *O fim dos tempos modernos*. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1964.
- Hilpert, Konrad. «Ecologia». *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*. Paulus Editora, 1993.
- Kureethadam, Joshtrom. *Creation in Crisis: Science, Ethics, Theology*. New York: Orbis Books, 2014.
- Lavrador, Luís. *Ao sabor da Bíblia*. Lisboa: Alêtheia, 2017.
- Lebrun, Marcel. *Teorias e Métodos Pedagógicos para Ensinar e Aprender*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.
- Lopes, José Pinto, e Helena Santos Silva. *50 Técnicas de avaliação formativa*. 2.^a. Lisboa: PACTOR, 2020.
- . «Planificar o ensino para promover o pensamento crítico». Em *Educar para o pensamento crítico na sala de aula*, 1–290. Lisboa: PACTOR, 2020.
- Lucia, José. *Ética de la Ecología Integral*. Barcelona: Herder Editorial, 2020, Kobo Reader.
- Luz, Pedro Manuel Monteiro da. «A educação da dimensão religiosa na escola pública O contributo do documento Princípios Orientadores de Toledo para o ensino acerca das religiões e das crenças.» Universidade Católica Portuguesa, 2018. <http://hdl.handle.net/10400.14/25582>.
- Malícia, Paulo. «A Bíblia na prática educativa». *Pastoral Catequética* 8 (2007): 65–73.
- Mallarach, Josep. «El vínculo entre naturaleza y espiritualidad: hacia un nuevo paradigma». Em *Hacia una ecología integral.*, 35–52. Sant Salvador: Milenio, 2017.
- Manfred, Lurker. *Dicionário de Figuras e Símbolos Bíblicos*. São Paulo: Paulus, 1993.
- Mansoldo, Ana. *Educação ambiental na perspectiva da Ecologia Integral*. São Paulo: Autêntica Editora, 2012, Wook Reader.
- Martins, António. «Para uma ecologia integral - acentuações de Laudato Si». Em *Eu vim para que tenham vida. A vida que brota de Deus no acontecer na História.*, 167–94, 2017.
- Mendonça, José Tolentino. «Conferência de encerramento do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal José Tolentino Mendonça». Em *As coisas podem mudar. Conferências de abertura e de encerramento do ano Laudato si'*, 21–43. Lisboa:

- Universidade Católica Editora, 2022.
- . José. *Pai-nosso que estais na Terra*. Lisboa: Paulinas, 2011.
- Merino, José Antonio. «Ecología y fraternidad global». *Didaskalia* XLVI (2016): 101–15.
- Mincato, Ramiro. «A questão do “subjugai a Terra” em Gn 1,28». *Teocomunicação* 39, n. 3 (2009): 366–77.
- Moderno, António. *A Comunicação audiovisual no processo didáctico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1992.
- Montano, Arturo. «La conversión ecológica, hacia un nuevo estilo de vida». *Teología y Catequesis* 3 (2016): 103–21.
- Monteiro, Sandra Maria Gonçalves. «O Concelho da Lagoa na génese republicana (1910-1933): população e sociedade.» Universidade dos Açores, 2012. <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1863/1/DissertMestradoSandraMariaGoncalvesMonteiro2012.pdf>.
- Moran, José. «O Vídeo na Sala de Aula». *Comunicação & Educação* 2 (1995): 27–35. <https://doi.org/https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i2p27-35>.
- Morin, Edgar. *O ano I da Era Ecológica. A Terra depende do homem que depende da Terra*. Lisboa: Edições Piaget, 2007.
- Mounier, Emmanuel. *O Personalismo*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010.
- Murad, Afonso. «Ecoteologia: ciência da fé e espiritualidade». *Revista Pistis Praxis Teologia e Pastoral* 12, n. 3 (2020): 519–40. <https://doi.org/https://doi.org/10.7213/2175-1838.12.003.DS01>.
- . «O núcleo da ecoteologia e a unidade na experiência salvífica». *Revista Pistis Praxis* 1, n. 2 (2009): 277–97.
- Neves, Rui. «Em torno da encíclica ecológica do Papa Francisco “Laudato Si. Sobre o cuidado da Casa Comum”. Os desafios da eco-espiritualidade para a vida religiosa (e cristã)». *Cadernos ISTA* 35 (2018): 5–29.
- Novak, Michael. *A ética católica e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Principia, 2001.
- Nóvoa, António. *Escolas e Professores. Proteger, Transformar, Valorizar*. Salvador, Bahia: Empresa Gráfica do Estudo da Bahia, 2022.
- Oliveira, Renato. «A Antropologia da imagem de Deus: uma aproximação bíblico-teológica».

Interações - Cultura e Comunidade 8, n. 13 (2013): 87–115.

Palma, Alexandre. *A Trindade é um mistério. Mas podemos falar disso*. Lisboa: Paulinas, 2014.

Petrini, Carlos. «Rumo a um novo Humanismo». Em *Chaves de leitura para o aprofundamento e aplicação da Encíclica Louvado Sejas do Papa Francisco*, 11–22. São Paulo: Paulinas, 2015.

Policarpo, José. «Conversão». *Enciclopédia de Fátima*. Principia, 2007.

Prensky, Marc. «Digital Natives, Digital Immigrants, Part II: Do They Really Think Differently?» *Innovate: Journal of Online Education* 9, n. 6 (2001): 1–9.

Prensky, Marc. «H. Sapiens Digital: From Digital Immigrants and Digital Natives to Digital Wisdom». *Innovate: Journal of Online Education* 5, n. 3 (2001): 1–11.
https://nsuworks.nova.edu/innovate/vol5/iss3/1/?utm_source=nsuworks.nova.edu%2Finnovate%2Fvol5%2Fiss3%2F1&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages.

Radcliffe, Timothy. *A arte de viver em Deus. A imaginação cristã para elevar o real*. Lisboa: Editora Paulinas, 2021.

Rech, Helena. «Espiritualidade Ecológica O caminho do coração Partilha de uma experiência». *Atualidade Teológica* 37 (2011): 137–45.

Ribeiro, António Carrilho, e Lucie Carrilho Ribeiro. *Planificação e avaliação do ensino-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1989.

Rioja, Carlos. «San Francisco de Asís y la Carta Encíclica Laudato Si». Em *Crisis Ecológica. Aportes para una ecología integral*, 1–138. ARGENTINA: Eucasa Ediciones Universidad Católica De Salta Salta, 2020.

Ruiz De La Peña, Juan. *Creacion, Gracia, Salvacion*. Maliaño: Editorial Sal Terrae, 1993.

———. *Crisis y apología de fe*. Santander: Editorial Sal Terrae, 1995.

———. *El don de Dios. Antropología teológica especial*. 2nd ed. Santander: Editorial Sal Terrae, 1991.

———. *Imagen de Dios. Antropología teológica fundamental*. Maliaño: Sal Terrae, 1988.

———. *Teología de la creación*. 2.^a ed. Santander: Editorial Sal Terrae, 1987.

Sá Carvalho, Cristina. «Metas educativas e avaliação pedagógica». *Pastoral Catequética* 8 (2007): 149–81.

- Sagnier, Laura (coord), e Alex (Coord) Morell. *Os jovens em Portugal, hoje. Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.
- Savater, Fernando. *Ética para um jovem*. Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- Sciadini, Patrício. *A espiritualidade do avental*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- Scruton, Roger. *Contra a corrente*. Braga: Edições 70, 2022.
- Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Moscavide: SNEC, 2014.
- Silva, Helena Santos, e José Lopes. *Eu, Professor, Pergunto 1*. Lisboa: PACTOR, 2015.
- . *Eu, professor, pergunto 2*. Lisboa: PACTOR, 2015.
- Silva, Helena Santos, José Pinto Lopes, e Sónia Moreira. *Cooperar na sala de aula para o sucesso*. Lisboa: PACTOR, 2018.
- Sprinthall, Norman, e Andrew Collins. *Psicologia do Adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista*. 3.^a. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Tagle, Cardeal Luis. «Conferência de abertura do ano Laudato si'. Discurso de Sua Eminência o Cardeal Luis Antonio Tagle». Em *As coisas podem mudar. Conferências de abertura e de encerramento do ano Laudato si'*, 7–19. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.
- Teixeira, Alfredo. «A cultura religiosa na escola». *Pastoral Catequética* 5 (2006): 41–67.
- Torcal, Lluç. «Una panoràmica del estado de la tierra a la luz de Laudato Si' del Papa Francisco». Em *Hacia una ecología integral.*, 17–34. Sant Salvador: Milenio, 2017.
- Torrallba, Francesc. «Hacia una ecología integral. Comentario a Laudato Si'». Em *Hacia una ecología integral.*, 53–87. Sant Salvador: Milenio, 2017.
- Urbano, Eliseu, Mónica Pires, e Sérgio Martins. *Estou contigo*. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014.
- Vaz, Armindo. «Casas da Nova Aliança: chaves antropológicas, apelos ecológicos». *Ephata* 4, n. 1 (2022): 79–98. <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/ephata.2022.10877>.
- . *Criação Divina sem pecado humano. Uma história com sentido: Génesis 2-3*. Lisboa: Editora Paulinas, 2019.
- . «Ecologia integral a partir de Gn 1». *Theologica* 51, n. 1 (2016): 51–67.

- Viana, Lucas, Filomena Moita, Marlon Cavalcante, e Leandro Lucas. «Perspectivas técnicas e pedagógicas sobre o uso do Plickers em sala de aula». Em *Anais IV CONAPESC*. Campina Grande: Realize Editora, 2019. http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_MD1_SA4_ID755_17072019032104.pdf.
- Vieira, Liliana de Sousa, e Clara Pereira Coutinho. «Mobile learning: perspetivando o potencial dos códigos QR na educação». Em *Artigo em ata de conferência*, 73–91. Minho: Universidade do Minho. Centro de Competência do Projecto Nónio Século XXI, 2013. <https://hdl.handle.net/1822/25450>.
- Werbick, Jürgen. «Pessoa». Em *Dicionário de conceitos fundamentais da teologia*, 678–83. São Paulo: Paulus Editora, 1993.
- Wolff, Elias, e Suzana Matiello. «Espiritualidade ecológica para a humanização da “casa comum” – Aproximações a partir do cap. VI da Laudato Si’». *Revista de Cultura Teológica* 96 (2020): 14–38. <https://doi.org/10.23925/rct.i96.49902>.
- Zapata, Muriel. «Ecoteología: aportes de la teología y de la religión en torno al problema ecológico que vive el mundo actual». *Revista Producción + Limpia* 13, n. 1 (2018): 92–105.

PÁGINAS WEB

- Ambrosio, Juan. «Conferência: A narrativa da existência e da história a partir da dimensão religiosa», 2014. Acedido a 10 de janeiro de 2022. <http://www.educris.com/v2/tv/emrc/1522-conferencia-a-narrativa-da-existencia-e-da-historia-a-partir-da-dimensao-religiosa-por-juan-ambrosio>.
- Boff, Leonardo. «Ecologia integral. A grande novidade da Laudato Si’. “Nem a ONU produziu um texto desta natureza”». Entrevista especial com Leonardo Boff». Instituto Humanitas Unisinos, 2015. Acedido a 8 de outubro de 2021. <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/543662-ecologia-integral-a-grande-novidade-da-laudato-si-qnem-a-onu-produziu-um-texto-desta-natureza-entrevista-especial-com-leonardo-boff>.
- . «La Tierra como baúl de recursos infinitos o como Casa Común viva?», 2019. Acedido a 08 de outubro de 2021. <https://amerindiaenlared.org/contenido/14900/la-tierra-como-baul-de-recursos-infinitos-o-como-casa-comun-viva/>
- Câmara Municipal de Lagoa. «Carta Educativa», sem data. Acedido a 02 de março de 2022.

- https://lagoa-acoeres.pt/menu/viver/educacao/carta_educativa.
- . «Descobrir Concelho de Lagoa - História», sem data. Acedido a 2 de fevereiro de 2022. <https://lagoa-acoeres.pt/menu/descobrir-visitar/concelho/historia>.
- «Flowcode». Acedido 18 de Novembro de 2022. <https://www.flowcode.com/codes>.
- Instituto Nacional de Estatística. «Resultados Provisórios. Censos 2021», 2021. Acedido a 2 de março de 2022. https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html.
- News, Vatican. «Audiência: alimento não é propriedade privada. O apelo do Papa pelas crianças famintas», 2019. Acedido a 16 de maio de 2022. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-03/papa-francisco-audiencia-geral-pai-nosso-alimento.html>.
- ONU. «Carta da Terra», 2000. Acedido a 12 de fevereiro de 2021. <https://docs.ufpr.br/~dga.pcu/Carta da Terra.pdf>.
- Papa Bento XVI. «Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana por ocasião dos votos de Feliz Natal», 2008. Acedido a 2 de fevereiro de 2022. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20081222_curia-romana.html.
- Papa Francisco. «Angelus. Domingo da Sagrada Família.», 2019. Acedido a 2 de fevereiro de 2022. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2019/documents/papa-francesco_angelus_20191229.html.
- . «Audiência Geral. Praça de São Pedro. Quarta-feira, 1º de Outubro de 2014», 2014. Acedido a 20 de fevereiro de 2022. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2014/documents/papa-francesco_20141001_udienza-generale.html.
- . «Discurso do Papa Francisco aos membros da Cáritas Italiana no 50º aniversário de fundação», 2021. Acedido a 8 de março de 2022. <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/june/documents/20210626-caritas-italiana.html>.
- Pontifício da Universidade Católica Rio. «O princípio cristológico na Gaudium et Spes». Acedido 23 de Maio de 2022. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17521/17521_4.PDF.